

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Ludmila Losada da Fonseca

**O COMPLEXO HIDRELÉTRICO GARABI-PANAMBI (RS): A INSERÇÃO DO
COSIPLAN-IIRSA EM TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert

PORTO ALEGRE
2017

LUDMILA LOSADA DA FONSECA

**O COMPLEXO HIDRELÉTRICO GARABI-PANAMBI (RS): A INSERÇÃO DO
COSIPLAN-IIRSA EM TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert

PORTO ALEGRE
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Fonseca, Ludmila Losada da
O COMPLEXO HIDRELÉTRICO GARABI-PANAMBI (RS): A
INSERÇÃO DO COSIPLAN-IIRSA EM TERRITÓRIO HISTÓRICO
MISSIONEIRO / Ludmila Losada da Fonseca. -- 2017.
165 f.

Orientador: Aldomar Arnaldo Rückert.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-
RS, 2017.

1. IIRSA. 2. Complexo Hidrelétrico Garabi Panambi. 3.
Integração Física. 4. Território Histórico
Missioneiro. I. Rückert, Aldomar Arnaldo, orient. II.
Título.

LUDMILA LOSADA DA FONSECA

**O COMPLEXO HIDRELÉTRICO GARABI-PANAMBI (RS): A INSERÇÃO DO
COSIPLAN-IIRSA EM TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 25 de Maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert (Orientador) – **UFRGS**

Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin – **UFRGS**

Prof. Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho – **UFRGS**

Prof^a. Dr^a. Claudete Castro Vitte - **UNICAMP**

AGRADECIMENTOS

O fim de uma etapa se inicia aqui. Como a ciência não se faz sozinha, nem mesmo a vida, cabe aqui alguns agradecimentos.

À UFRGS, por me proporcionar desde a graduação uma educação pública, gratuita e de qualidade. E por ter me posto em contato com mestres que admiro tanto.

À CAPES, que em nome do Estado brasileiro financiou meus estudos.

Ao LABETER, grupo de pesquisa que me proporcionou interações preciosas. Aos colegas Flavia, Regina, Roberto, Eduarda, muito obrigada pelas conversas e pelas trocas. Espero que nossas vidas ainda se cruzem na trajetória acadêmica.

Ao projeto Pró-Defesa, que possibilitou os recursos necessários para a realização dos Ateliês de Cartografia. Agradeço à Letícia Celise que foi nossa monitora nesta jornada pela cartografia temática.

Ao meu orientador, prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert, que me propiciou liberdade necessária a essa produção, pela orientação e pela leitura atenta. Obrigada pela prontidão de sempre.

Ao prof. Dr. Camilo P. Carneiro Filho, por me auxiliar na caminhada em busca do meu objeto de pesquisa e por incentivar minha produção acadêmica. Que o caminho seja próspero!

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, em especial ao prof. Roberto Verdum, Mario Lahorgue e Dirce Maria Suertegaray. Aproveito a oportunidade para agradecer o grande aprendizado em Cartografia Temática com a professora Christine Zanin da Universidade Paris 7 Denis Diderot.

Aos amigos da vida inteira: Luisa Dornelles, Rayssa Neckel, Liziane Lemos, Laura Woffenbüttel, Bruna Stephanou, Cris Maglia, Lucas Paes, Vinicius Fernandes, Artur Oliveira, Karen e Roberto. Eu sou o que vocês são.

Aos irmãos de uma vida toda, Gabriel Palma, Tainá Guimarães e Terena Thomassin. Sem vocês a vida seria outra. Obrigada por estarem tão presentes em todas as etapas da minha vida, inclusive nesta.

Aos meus amores geográficos, Luana de Lima e Silva, Lidia Kuhn e Luana Tavares. Obrigada por tudo, sempre.

Aos encontros que o Marcos me possibilitou: Rafael, Leca e Bruna. Grata pelos conselhos, pelas conversas, pelo carinho. E à sua família que a mim dedicou muito afeto.

Aos meus pais, obrigada por me proporcionarem tantas vivências e tantas leituras de mundo. Obrigada por me mostrarem o caminho da justiça como sendo o único possível. Obrigada pelo amor. Sem vocês isto seria impossível.

Às mulheres da família com quem aprendo a ser forte e sensível: Evelina, Marcia, Silvana, Sonia (*in memoriam*), Maria e Claudia.

Aos que dividem comigo o sonho por uma sociedade mais justa e fraterna e que dividem momentos de plena alegria: Naiara, Renato, Leila, Flavia, Silvio, Pedro, Vladi, Paulo e Ana. Venceremos!

Ao meu amor, Marcos Bohrer, com quem pude dividir a vida acadêmica, alegrias, conquistas, choros, angústias. Contigo caminho muito melhor.

Por fim, a todos que acreditam na integração como caminho para nos desamarrarmos de antigas correntes. Que um dia consigamos ser completamente livres.

RESUMO

A integração regional da América do Sul se faz presente de forma física através da iniciativa da IIRSA, que, com o advento da UNASUL, passa a ser integrada ao COSIPLAN. Assim, novas infraestruturas são implementadas, provocando alterações no território. A fim de que se desvende essas alterações nos municípios-sede das futuras hidrelétricas, a presente dissertação traz à tona a análise do projeto do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi na visão de três diferentes atores territoriais locais (dois prefeitos e MAB), traçando semelhanças e disparidades com hidrelétricas instaladas em diferentes tempos do século XX no território histórico missioneiro. Com o presente estudo, entende-se que a implementação do projeto hidrelétrico é vista como algo imposto pelo governo federal e pelo interesse internacional. Quanto às possíveis repercussões, compreende-se que elas se darão de forma negativa para as pessoas que serão removidas e também para o meio ambiente. As repercussões positivas poderão ser sentidas no desenvolvimento econômico através do turismo e do aumento de recurso para os municípios.

Palavras-chave: Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, Integração física, Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), território histórico missioneiro.

ABSTRACT

South American regional integration is physically present through the initiative of IIRSA, now integrated to COSIPLAN after the advent of UNASUL. Thus, new infrastructures are implemented causing changes in the territory. In order to disclose these changes in the host cities of future hydroelectric dams, this dissertation brings to light the implementation of the Garabi-Panambi Hydroelectric Complex, under the perspective of three different local territorial actors (mayors and MAB), drawing similarities and disparities with previously installed hydroelectric dams in different moments of the twentieth century in the historical missionary territory. With the present study, we understand that the implementation of the hydroelectric project is seen as something imposed by the federal government and by international interest. Concerning the possible repercussions, we understand that they will be negative to the people who will be removed from the area and for the environment too. The positive repercussions can be observed in economic development through tourism and the resources growth for municipalities.

Keywords: Garabi-Panambi hydroelectric complex, Physical integration, Integration of Regional Infrastructure in South American (IIRSA), historical missionary territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Situação Projeto de Garabi.....	20
Figura 2 - Situação Projeto de Panambi.....	21
Figura 3 - Ruínas da Redução de San Ignacio Miní (Posadas-ARG).....	52
Figura 4 - Vertedouro e reservatório de Itaipu Binacional	97
Figura 5 - Trecho do rio Paraná selecionado para implantação da hidrelétrica	98
Figura 6 - Hidrelétrica de Yacyretá. Vista do desnível do rio Paraná	102
Figura 7 - Parte do bairro Ituazingó de Yacyretá.....	104
Figura 8 - Itá antiga e Itá nova.....	108
Figura 9 - As torres da igreja na “antiga” Itá e as torres da igreja à mostra no reservatório da UHE de Itá	109
Figura 10 - Praça central de “Nova” Itá e a prainha.	111
Figura 11 - Balneário Porto Biguá	116
Figura 12 - RS-176. Estrada que dá acesso ao município de Garruchos	117
Figura 13 - Entrada da estrada que dá acesso ao Município de Garruchos (BRA)	119
Figura 15 - Projetos anteriores para o complexo de Garabi.....	121
Figura 16 - Localização das Hidrelétricas de Garabi-Panambi.....	125
Figura 14 - Principais atores e suas escalas de atuação.	128

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das Hidrelétricas de Yacyretá e Itaipu	18
Mapa 2 – Percurso do Trabalho de Campo	39
Mapa 3- Limites do Território Missioneiro	55
Mapa 4 - Adesão dos países por Projetos Integracionistas	63
Mapa 5 - Eixos de Integração e Desenvolvimento	75
Mapa 6- Infraestruturas em território histórico missioneiro.....	84
Mapa 7 - EID Mercosul-Chile	86
Mapa 8 - EID Capricórnio.....	88
Mapa 9 - EID Hidrovia Paraguai-Paraná	90
Mapa 10 - Área de Influência Direta do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Esquema de elementos da produção territorial	26
Quadro 2 - População de turistas que circulam entre Brasil, Paraguai e Argentina. .	53
Quadro 3 - EIDs que abrangem a zona transfronteiriça Brasil-Argentina-Paraguai ..	91
Quadro 4 - Caracterização do primeiro projeto para instalação de hidrelétricas	121
Quadro 5 - Caracterização do atual projeto para instalação de hidrelétricas	122

LISTA DE SIGLAS

AII – Área de Influência Indireta
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA-TCP – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado Comercial dos Povos
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANDE – Administración Nacional de Electricidad del Paraguay
API – Agenda de Projetos Prioritários de Integração
APP – Área de Preservação Permanente
AyE – Agua y Energia Eléctrica de la Argentina
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF – Corporação Andina de Fomento
CAN – Comunidade Andina de Nações
CASA – Comunidade Sul-americana de Nações
CEAS – Conselho de Energia da América do Sul
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIPP – Centros de Informação e Participação Pública
COSIPLAN – Conselho de Infraestrutura e Planejamento
CRAB – Conselho Regional dos Atingidos por Barragens
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
EBISA – Emprendimientos Energéticos Binacionales
EBY – Entidade Binacional de Yacyretá
EID – Eixo de Integração e Desenvolvimento
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural
FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MW – MegaWatts
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAE – Plano de Ação Estratégico
PARR – Plano de Ação para Reassentamento e Reabilitação
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Programas Nacionais de Desenvolvimentos
PNDR – Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional
PPA – Planos Plurianuais
PT – Partido dos Trabalhadores
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SIP – Sistema de Informações de Projetos
SMP – Sistema de Monitoramento Permanente
UHE – Usinas Hidrelétricas
UNASUL – União das Nações Sul-americanas
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-americana
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.2	HIPÓTESE.....	21
1.3	OBJETIVOS.....	22
1.4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
1.4.1	Compreender o Território e as Políticas Territoriais	22
1.4.2	Os novos usos do território	28
1.4.3	Integração e transfronteirização	29
1.4.4	A concepção do Regionalismo Pós-neoliberal: onde o COSIPLAN - IIRSA está inserido.....	30
1.4.5	Atores Territoriais	33
1.5	MÉTODO E TÉCNICAS.....	37
1.5.1	Procedimentos técnicos.....	37
1.6	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	40
2	TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO	42
2.1	HISTÓRICO	42
2.2	ASPECTOS CULTURAIS	51
2.3	COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO.....	53
3	O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO	59
3.1	A INTEGRAÇÃO REGIONAL	59
3.2	ORGANIZAÇÕES INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA DO SUL	62
3.3	O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA	68
4	O COSIPLAN-IIRSA: o promotor da integração física	72
4.1	UM MODELO DE INTEGRAÇÃO: COMO O TERRITÓRIO É PENSADO.....	79
4.2	PROJETOS PARA O TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO	83
4.2.1	EID MERCOSUL-Chile	84
4.2.2	EID Capricórnio	87
4.2.3	EID Hidrovia Paraguai-Paraná.....	89
4.3	INVESTIMENTOS NA PRODUÇÃO ENERGÉTICA.....	92
5	TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO E AS HIDRELÉTRICAS: UM OLHAR PARA O PASSADO	95

5.1 HIDRELÉTRICA DE ITAIPU	96
5.1.1 Implementação	97
5.1.2 Repercussões territoriais	99
5.2 HIDRELÉTRICAS DE YACYRETÁ	101
5.2.1 Implementação	101
5.2.2 Repercussões territoriais	104
5.3 HIDRELÉTRICA DE ITÁ	106
5.3.1 Implementação	106
5.3.2 Repercussões territoriais	108
6 O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE GARABI-PANAMBI: UMA PROJEÇÃO PARA O FUTURO	112
6.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	120
6.2 OS ATORES TERRITORIAIS	127
6.2.1 O Estado	128
6.2.2 A Igreja (Católica)	129
6.2.3 Movimentos Sociais	129
6.2.4 Atores Econômicos	130
6.3 VISÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E FUTURAS REPERCUSSÕES: OS ATORES TERRITORIAIS FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO E REPERCUSSÕES DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE GARABI-PANAMBI	131
6.4 ATUAIS E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO	139
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
BIBLIOGRAFIA	153
ANEXOS	165

1 INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre a temática da integração regional não é tarefa simples, pois trata-se de um tema de grande extensão histórica e de profundas raízes nas vontades políticas e ideológicas. Sendo assim, de forma a superar todas essas dificuldades, a presente pesquisa procura desvendar a atuação da iniciativa COSIPLAN-IIRSA por meio da implementação de suas obras e da geração de repercussões territoriais, tendo como estudo de caso o Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi situado no território histórico missioneiro.

Nesta parte introdutória à pesquisa, serão elucidados os principais elementos sobre seu tema. Também serão abordados aspectos basilares para o seu desenvolvimento. Para fins de sua localização no campo da Geografia, a presente pesquisa situa-se nos estudos destinados à Geografia Política, caracterizada como “o estudo dos elementos políticos estruturantes do espaço terrestre” (ROSIÈRE, 2007, p.29).

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

O subcontinente sul-americano seguiu a tendência mundial pós-Guerra Fria de formação dos blocos regionais. Esta movimentação foi motivada pela diminuição da influência econômica das grandes potências (Europa e Estados Unidos) em relação ao que ocorrera durante a Guerra Fria (1945-1991), quando elas desejavam obstruir a influência socialista no continente americano (HURRELL, 1993). Assim, essa nova etapa dá espaço à integração e à cooperação pensada através de blocos regionais.

Os blocos regionais, segundo Roseira (2011), articulam diferentes escalas políticas e econômicas, realizando uma força contrária à globalização¹, buscando a cooperação entre os Estados-membros. Logo, essa seria uma forma dos países com baixo desenvolvimento econômico colocarem-se como *atores* relevantes no cenário internacional.

Essas iniciativas romperam com séculos de pensamentos projetados para fora do subcontinente, em que se priorizavam articulações ou acordos bilaterais com

¹ Para Santos (2001), a globalização é o ápice do processo de internacionalização do capital, que ocorreu em razão do desenvolvimento das técnicas, mais precisamente no campo da comunicação, e das ações políticas que asseguram o surgimento deste mercado global.

países desenvolvidos que atuavam em território nacional, na maioria das vezes, de forma imperialista. Atualmente, as nações sul-americanas concentram suas forças para promover uma integração recíproca.

Nesse cenário, surge a iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), sendo a primeira incorporada à segunda no ano de 2010. A IIRSA foi criada oficialmente no ano 2000, em Brasília, tendo como objetivo a integração física da América do Sul por meio da modernização das infraestruturas, buscando, dessa forma, promover o desenvolvimento econômico e social. Baseada em três eixos principais (transporte, energia e comunicação), ela é a primeira a interferir na infraestrutura energética da América do Sul, pois antes esse campo não era articulado através de uma iniciativa agregadora, mas sim por acordos bilaterais. Como reflexo da importância da IIRSA para a integração proposta pela UNASUL, tem-se a criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). O COSIPLAN é um espaço de discussão sobre as políticas e estratégias que visam implementar programas e projetos para a integração da infraestrutura regional (IIRSA, 2012). Já a IIRSA tem como responsabilidade o monitoramento da execução da carteira de projetos, e também o planejamento da integração física, respeitando o desenvolvimento social e a economia sustentável.

Assim, a UNASUL desenvolve projetos associados ao COSIPLAN e, conseqüentemente, com a IIRSA que funciona como seu foro técnico. O objetivo deste projeto integracionista é que esse conjunto de obras promova a integração da América do Sul através dos transportes (construção de diferentes vias-hidroviárias, férreas ou rodoviárias), comunicação e energia (produção energética e interconexão). Para isso, conta-se com nove Eixos de Integração e Desenvolvimento (os EIDs), distribuídos espacialmente, onde se inserem os projetos. Os EIDs são divididos em: Amazonas, Andino, Capricórnio, Planalto das Guianas, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico, MERCOSUL-Chile, eixo Peru-Brasil-Bolívia e eixo Sul.

Com essa estrutura, o COSIPLAN-IIRSA insere projetos de cunho geopolítico em cada espaço, pois, ao pôr em prática uma iniciativa que altera o uso de um território, também está se fazendo um uso político e estratégico dele, marcando, assim, uma projeção de poder. Tem-se como exemplo disso a implementação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi.

A questão energética é o ponto crucial para o desenvolvimento econômico da América do Sul, aparecendo nas diferentes propostas de integração, ao exemplo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da UNASUL e da ALBA-TCP². Em razão da disponibilidade e volume hídrico e também por possuírem características físicas favoráveis, a energia hidrelétrica é utilizada de forma prioritária para abastecer a região.

O investimento na construção de hidrelétricas, no Brasil, surge da maior participação do Estado na produção de energia, durante a década de 1950, com o discurso de promoção da industrialização³, já que até então a produção era controlada por empresas estrangeiras. Nesse contexto, surge o acordo bilateral firmado entre Brasil e Paraguai na década de 1960, para a construção de Itaipu, cujos recursos captados totalizaram US\$ 27 bilhões, sendo o primeiro grande empreendimento hidrelétrico no território histórico missioneiro. O início das obras ocorreu em 1975 e a inauguração, em 1984 (ITAIPU BINACIONAL, 2014).

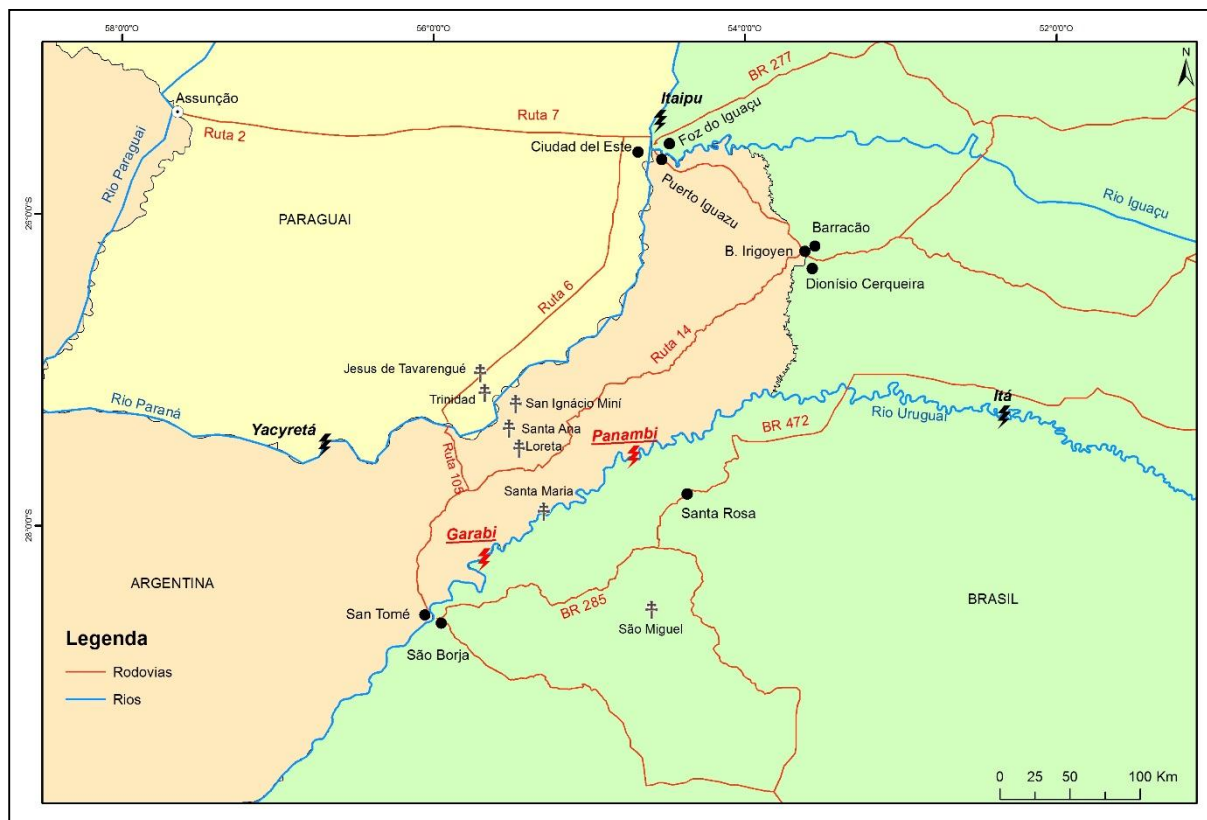
Outra obra de hidrelétrica que gerou repercussão no território histórico missioneiro foi a de Yacyretá, um empreendimento da Argentina e do Paraguai no rio Paraná, que começou a ser construída em 1983, mas foi inaugurada somente em 1998, custando US\$ 15 bilhões aos cofres de ambos os países (EBY, 2009). Esta hidrelétrica é estratégica para Argentina por dar sustentação ao movimento de urbanização que o país vivia e ao conseqüente aumento do consumo de energia. Apesar das repercussões negativas advindas da instalação dos empreendimentos, deve-se considerar que é notória a participação das hidrelétricas instaladas no território histórico missioneiro na geração de energia dos países que o conformam. Em 2014, Itaipu forneceu 75% da energia consumida no Paraguai e 17% da energia consumida no Brasil (ITAIPU BINACIONAL, 2014). Por sua vez, Yacyretá responde atualmente por 22% da eletricidade consumida na Argentina.

Itá apresentou-se também como uma importante hidrelétrica a ser estudada. Ela está sobre as águas do rio Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A inauguração da usina, no ano 2000, fez toda a cidade de Itá se realocar, já que seu espaço foi destinado ao reservatório gerado pela barragem do rio. A geração da energia equivale ao abastecimento de 30% do consumo do Rio Grande do Sul e 50% de Santa Catarina (CONSÓRCIO ITÁ, 2016).

² Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado Comercial dos Povos

³ Em 1952 foi criado o Plano Geral de Industrialização do país.

Mapa 1 - Localização das Hidrelétricas de Yacyretá, Itaipu e Itá



Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2016).

O rio Uruguai, local de instalação de Garabi-Panambi, situa-se na divisa do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Historicamente a divisa dos países citados é caracterizada pela implementação de hidrelétricas em razão do seu perfil longitudinal, apresentando quedas d'água, propícias para o aproveitamento hidrelétrico. O rio nasce na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo sua foz na divisa com o Uruguai, possuindo 2.200 Km de extensão.

O aproveitamento desse importante rio tem suas marcas na história. Ele inicia no fim da década de 1960 com o primeiro estudo de inventário. Somente em 1976 é que se tem um olhar mais específico para a região visando a implementação de projetos hidrelétricos, fazendo-se necessária uma atualização dos estudos. Assim, em 1979 foi elaborado o relatório "Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai – Estudos de Inventário Hidrenergético", mostrando que, à época, compreendia-se que as instalações dessas hidrelétricas seriam promotoras do desenvolvimento da região. Em razão do relatório, na década de 1980 foram projetadas outras dez hidrelétricas para o rio. Já foram construídos no rio Uruguai os projetos hidrelétricos de Machadinho,

Foz do Chapecó, Itá e Barra Grande. Além do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi, são previstas as construções de algumas outras, a saber: Pai Querê e São Pedro (ORTIZ; PAIM, 2006).

Em 2008, foram retomados os projetos hidrelétricos binacionais no território histórico missioneiro para aproveitar o potencial hídrico da região, promovendo, assim, a integração energética. Como exemplo desse novo momento, tem-se a iniciativa dos presidentes de Brasil (Luis Inácio Lula da Silva) e da Argentina (Cristina Fernández Kirchner), que autorizaram as estatais *Emprendimientos Energéticos Binacionales (EBISA)* e *Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS⁴)* – responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia – a darem início aos estudos de viabilidade da construção de duas novas hidrelétricas no Rio Uruguai, na fronteira entre os dois países. Esta iniciativa se concretizará através da construção das usinas Garabi e Panambi, formando o Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, incorporado à carteira de projetos do COSIPLAN-IIRSA no Eixo de Integração e Desenvolvimento MERCOSUL-Chile.

O Complexo Hidrelétrico também está presente no projeto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As informações oriundas do PAC 2 dão conta de que a hidrelétrica de Panambi está em fase de execução. Ela irá afetar, quando concretizada, de forma direta, onze municípios brasileiros e tem a previsão de custo de R\$ 67.800.000,00. Garabi tem situação semelhante: encontra-se em mesma fase, abrange nove municípios e a previsão do gasto é de R\$ 67.180.000,00. Por meio dos estudos de inventário realizados pela ELETROBRAS e EBISA, optou-se por construir a barragem de Garabi nos municípios de Garruchos (BRA) e Garruchos (ARG), e a barragem de Panambi em Alecrim (BRA) e Panambí (ARG).

Mesmo com a relevância da geração de energia para o subcontinente e sabendo que atualmente opta-se pela construção de barragens de menor extensão a fim de que se amenizem as repercussões negativas, ainda são esperadas diversas consequências territoriais advindas da instalação de uma hidrelétrica. As mais citadas são: remoção de pessoas, diminuição da biodiversidade, fim das relações topofílicas, incertezas quanto ao futuro, entre outras. Considerando esses cenários, o prognóstico para as populações locais e para o meio ambiente local é preocupante.

⁴ A ELETROBRAS é responsável técnica da maioria dos projetos do setor energético do COSIPLAN-IIRSA (SIMAS, 2012).

Tomando-se esse contexto, a pesquisa desenvolvida tem seu início no Trabalho de Conclusão de Curso, quando foram abordados aspectos mais institucionais da então chamada IIRSA. Ao longo dessa busca por material em artigos científicos, raros eram os casos encontrados em que se abordavam a forma como essa iniciativa se materializa no território, como ela se constitui de forma física, isto é, quais eram as obras que de fato se dão em nome desse projeto de integração. Assim, no início da presente pesquisa, objetivou-se descobrir se de fato a IIRSA – no que se limitava ao Eixo de Integração e Desenvolvimento Mercosul-Chile – era um projeto que se concretizava, ou se era apenas uma carta de intenções dos países da UNASUL. Em uma breve pesquisa bibliográfica e documental, encontram-se textos relacionados à problemática ambiental e social da construção das hidrelétricas de Garabi e Panambi realizados, em sua maioria, por ambientalistas e movimentos sociais (Rio Uruguai Vivo e Movimento dos Atingidos por Barragens) em que citam o COSIPLAN-IIRSA como um dos principais promotores desses projetos de grande repercussão. Assim, em uma busca no *site* oficial dessa iniciativa de integração, confirmou-se que, de fato, o Complexo Hidrelétrico está situado na carteira de projetos (não excluindo sua presença em outros programas, ao exemplo do PAC), conforme aparece em material disponibilizado:

Figura 1 - Situação Projeto de Garabi

NOME: CONSTRUÇÃO DA PLANTA HIDRELÉTRICA DE GARABI		CODIGO: MCC63
EIXO: MERCOSUL-CHILE	GRUPO: G05: G5 - GRUPO ENERGÉTICO	
PAÍS: ARGENTINA 🇦🇷, BRASIL 🇧🇷		
FASE: PRE-EXECUÇÃO 🟡	AMBIENTE: BINACIONAL	
SECTOR: Energia	SUBSECTOR: Geração elétrica	TIPO DE OBRA: Hidrelétricas (novas e adequação) - microcentrais
A.P.I.: NAO 🟡	ANCORA: NAO 🟡	
PROJECTO DE INVESTIMENTO TOTAL EM US\$: 2.728.000.000		

Fonte: COSIPLA-IIRSA, 2017a.

Figura 2 - Situação Projeto de Panambi

NOME: CONSTRUÇÃO DA PLANTA HIDRELÉTRICA DE PANAMBI		CODIGO: MCC138
EIXO: MERCOSUL-CHILE	GRUPO: G05: G5 - GRUPO ENERGÉTICO	
PAÍS: ARGENTINA 🇦🇷, BRASIL 🇧🇷		
FASE: PRE-EXECUÇÃO 🟡	AMBIENTE: BINACIONAL	
SECTOR: Energia	SUBSECTOR: Geração elétrica	TIPO DE OBRA: Hidrelétricas (novas e adequação) - microcentrais
A.P.I.: NAO 🟡	ANCORA: NAO 🟡	
PROJECTO DE INVESTIMENTO TOTAL EM US\$: 2.474.000.000		

Fonte: COSIPLAN, 2017b

A problemática principal, então, foi identificar de que forma esta iniciativa se faz presente de forma física na América do Sul ou se esta seria uma proposta que se limitava a acordos e aspectos mais institucionalizados. Com a confirmação de que a construção do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi fazia parte, efetivamente, da carteira de projetos da IIRSA, passou-se para a construção do projeto da presente dissertação. Dessa forma, a problemática da pesquisa foi alterada para o entendimento das repercussões e dos novos usos do território implementados pelo COSIPLAN-IIRSA em razão da construção do Complexo Hidrelétrico. Será que essas mudanças são distintas, de alguma forma, daquelas implementadas pelos governos quando da construção das hidrelétricas de Itaipu, Yacyretá e de Itá? Será que há uma preocupação quanto aos locais e às questões ambientais? Qual é a resposta dos atores inseridos ali a essa iniciativa? Questionamentos como esses foram postos na aproximação ao tema.

1.2 HIPÓTESE

Interroga-se, através da análise do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, se realmente o COSIPLAN-IIRSA traz um novo olhar sobre o tipo de interferência que ocorre no território, em comparação àqueles realizados nas décadas de 1970, 1980 e 1990, referentes às hidrelétricas de Itaipu, Yacyretá e Itá. Assim, surgem as hipóteses propostas para a presente dissertação: a primeira, a de que **a instalação do Complexo Hidrelétrico provocará as mesmas repercussões** geradas quando da construção das hidrelétricas em território histórico missioneiro; a segunda, a de que **a implementação do futuro Complexo está ocorrendo nos mesmos moldes** com os quais se deram as três hidrelétricas construídas no século XX.

1.3 OBJETIVOS

Para desvendar a hipótese da presente pesquisa, busca-se **compreender se o COSIPLAN-IIRSA, através da análise do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi, reproduz o mesmo tipo de implementação e de repercussão no território que aquelas provocadas pelas construções de hidrelétricas mais antigas**. Para cumprir com o objetivo principal, desmembra-se os objetivos específicos:

- a) identificar as repercussões ocorridas em Itaipu, Yacyretá e Itá.
- b) analisar de que forma está ocorrendo a implementação do complexo Garabi-Panambi, a partir da visão dos atores territoriais locais.
- c) identificar as mudanças de usos do território realizadas pelo COSIPLAN-IIRSA no território histórico missioneiro.

1.4 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico são trabalhados os conceitos balizadores para o desenvolvimento da dissertação. Aqui são mencionados os conceitos de território, de Políticas Territoriais, de Regionalismo Pós-Neoliberal, de Usos do Território, de Integração, de Transfronteirização e de atores territoriais, consolidando o estudo a ser desenvolvido e realizando uma especificação dos conceitos que são pertinentes ao tema e que permitem a sustentação da presente pesquisa.

1.4.1 Compreender o Território e as Políticas Territoriais

Na ciência geográfica, muitos são os conceitos centrais para a análise de questões da pesquisa, como *espaço geográfico, território, região, paisagem e lugar*. Para tanto, na realização desta dissertação, o *território* é o conceito escolhido, pois é onde acontecem os eventos e as problemáticas discutidas. Marcado pela disputa de poder e pela noção de limite, o território requer profundo entendimento, mesmo que não haja uma unicidade no pensamento quanto à sua conceituação. Ao longo do tempo, o conceito evoluiu, modificou-se, de acordo com o momento histórico e com a necessidade da própria ciência, como abordado por Gotmann (2012) no texto *A evolução do conceito de território*. Neste sentido, faz-se necessário para a pesquisa

referenciar de onde provém o conceito. Para isso, utilizar-se-á aquele desenvolvido principalmente por Raffestin, que dialoga com a proposta do trabalho, além de demais autores.

Na obra *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin aborda a importância de se ter um entendimento, em primeiro lugar, do que é o poder. Assim, classifica poder como algo que “[...] não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo.” (RAFFESTIN, 1980, p.6). Este poder pode ser aquele que está sujeito ao Estado, e, nesse caso, o Poder (com letra maiúscula). Essa relação se estabelece por meio de “[...] um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” (FOUCAULT, 1976 *apud* RAFFESTIN, 1980, p. 51). Já a palavra poder, quando não iniciada por uma letra maiúscula, é aquela que se insere em toda relação, presente nas ações. Quando há dois atores, já se cria um “campo de poder”. Sobre a sua natureza, Raffestin pontua que as relações de poder são “concomitantemente intencionais e não subjetivas” (RAFFESTIN, 1980, p.53). Isto é, as intencionalidades estão presentes nas relações de poder, e assim elas se projetam sobre o território, pois ele é “a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1980, p. 58).

O autor ainda aponta que a noção de espaço precede a de território, pois a territorialização de um espaço, que é conduzida por um ator (sintagmático⁵), ocorre a partir do espaço (traz uma noção de base material). Essa ação marca o poder desse ator sobre o espaço, que irá se transformar em “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1980, p.144).

O autor utiliza o termo *ator* para aquele responsável pela origem da representação que é realizada do espaço (construído), onde materializa seus objetivos intencionais através do sistema sêmico, marcando o território como uma produção social, na qual o *ator* se vê e se representa como um centro. Cabe ressaltar que, em um espaço, inscrevem-se as ações de vários atores que produzem representações distintas, formando, assim, diferentes territórios em um mesmo espaço. Nesse momento, uma relação de disputa de poder se estabelece (RAFFESTIN, 1980).

⁵ Ator que produz o território.

Ao retornar os olhos para o estudo de caso da pesquisa, identifica-se que, na obra do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, há objetivos distintos entre os governos brasileiro e argentino na construção das hidrelétricas, em comparação ao que almejam as prefeituras locais e a população que vive nas margens do rio Uruguai, representada pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Configura-se aí uma relação de poder e uma disputa sobre o que se faz desse território.

O poder se organiza no espaço por meio de malhas para a delimitação do campo de atuação do território, e essa malha não se realiza em apenas uma forma. Vários são os modos de pontos e redes se organizarem, dependendo do ator, de suas intencionalidades e da natureza de suas ações. Assim,

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (RAFFESTIN, 1980, p.152).

Assim, compreende-se que o território é fruto da ação dos chamados atores sintagmáticos, e, dependendo da sua atuação, ele pode assumir outra forma, outra função. Aquele que possui um maior poder sobre o espaço é quem vai imprimir o território à sua forma. Ainda se depara com o que o autor nomeia de sistema territorial, quando “diferentes estratégias de produção se chocam” (RAFFESTIN, 1980, p. 153), isto é, quando as várias relações de poder entram em contato. Por fim, o autor aponta que, mesmo sofrendo com algum tipo de transformação, o sistema territorial é passível de análise, por ser “suficientemente fixo”.

Essa fixação pode ser encontrada nos limites do território, e aqui cabem alguns esclarecimentos sobre essa delimitação. A delimitação abre portas para a categorização, a classificação e a hierarquização; é resultado da relação do grupo com determinado espaço e com a disputa de poder; como afirma Raffestin (1980), é a manifestação de um poder em uma área precisa. A delimitação, fornecida pela tessitura⁶, traz consigo a problemática da escala⁷, que também se traduzirá nas escalas de poder. Os poderes se manifestam de forma distinta e com abrangência

⁶ Termo utilizado para se referir à forma como se dá a produção no espaço pelos atores.

⁷ Quando se faz referências às escalas, vale ressaltar que se trata das escalas geográficas e não daquelas trabalhadas pela cartografia. Assim, considera-se escala grande as de maior expansão (que abrange maior área) e escala pequena aquelas que possuem área mais limitada.

também distinta, pois, enquanto alguns *atores* influenciam sobre o que se faz do território em todas as escalas, outros se manifestam de forma mais limitada.

As tessituras poderão ter quatro origens: econômica, política, cultural e social. Para a presente dissertação, faz-se necessário que se detenha ao entendimento das tessituras que possuam origem na política, pois são aquelas necessariamente promovidas pelo Estado que está de posse do Poder. Em uma noção mais atrelada ao território vinculado ao Poder, oriundo do Estado, Becker (1983) em seu texto sobre o uso político do território, afirma que é este último que “define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política” do Estado (BECKER, 1983, p.1). Mas também se faz necessário destacar a importância, nos dias de hoje, do elemento econômico na produção territorial, em vista de que atualmente o capital molda à sua forma o território, tornando-o mais fluído para maior rentabilidade. É relevante também a origem cultural das tessituras, já que, quando o Estado não se fazia presente, era esse elemento que dava forma e constituía antigos territórios.

Segundo Raffestin (1980), as tessituras políticas e culturais são de maior permanência por possuírem um poder legitimado. Como exemplo tem-se os limites políticos-administrativos como pouco mutáveis quando comparados às tessituras empreendidas de origem econômica, que estão ao sabor de muitas variáveis, “pois a *tessitura política* é a expressão de um estado de direito, de soberanias, mais que de ações contínuas, como no domínio econômico” (RAFFESTIN, 1980, p.155).

Considera-se que não mais o Estado é o único detentor do poder, sendo necessária, para uma análise mais completa, a compreensão de que o poder é multidimensional, cabendo, assim, os diversos atores. Neste sentido, conceitua-se território como “um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um ‘produto’ consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social” (BECKER, 1983, p.7).

Retomando a compreensão de Raffestin sobre o sistema territorial, tem-se que ele é composto pelos nós (pontos), responsáveis pelos atores que participam dessas relações de poder. Esses pontos se comunicam, dando origem às redes, que são um conjunto de linhas de comunicação de pontos interligados. A produção territorial será realizada a partir desses elementos (tessitura/nó/rede), esquematicamente postos por Raffestin da seguinte forma:

Quadro 1 - Esquema de elementos da produção territorial

Elementos do Espaço	Sist. de Objetos e de Ações
Superfícies	Tessitura
Pontos	Nó
Linhas	Rede

Fonte: adaptado de Raffestin (1980, p. 152).

A tessitura é a área de exercício dos poderes, ou seja, um “enquadramento do poder” (RAFFESTIN, 1980, p.154). De acordo com o sistema de Objetos e de Ações (os campos econômico/político/cultural/social), as tessituras terão permanência maior ou menor: por exemplo, aquela projetada pelo campo político é mais estável, temporalmente, do que a exercida pelo campo econômico, considerada mais volátil, conforme já citado (RAFFESTIN, 1980).

As infraestruturas implementadas pelo COSIPLAN-IIRSA, que podem ser representadas através de linhas ou de pontos, também podem ser compreendidas como elos da integração territorial, promovendo a interligação com outras localidades (BITENCOURT, 2008). Nesse momento, percebe-se que o COSIPLAN-IIRSA exerce esse exato papel de atuar na comunicação entre os territórios das diversas formas: rede de telecomunicações, na produção e transmissão de energia e na construção de vias para comunicação física. Essa comunicação pode ser tanto uma rede concreta (rodovias), quanto uma rede visível (instalação de cabos de fibra óptica e conexão energética), ou apenas pontos (hidrelétricas, passos de fronteira, aeroportos e portos).

O entendimento das políticas territoriais – como é o caso da COSIPLAN-IIRSA – se faz essencial frente à importância das recorrentes intervenções estatais nos territórios. Dito de outra forma, as políticas públicas alteram a estrutura territorial. Segundo Costa (1997), elas costumemente são pensadas em escala regional em consonância com as políticas de desenvolvimento. Em um sentido mais amplo, podem ser compreendidas como toda a atividade estatal que produz uma repercussão territorial. Assim, conforme caracteriza Costa (1997, p.13), as políticas territoriais são

[...] toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura nacional e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas.

Recorre-se ainda a Sanchez (1992), que aponta o caráter estratégico de longo e médio prazo de uma política territorial, mostrando que ela nada mais é do que a intervenção no território que se adequa à vontade daqueles que controlam o poder público: “um processo consciente de manipulação do território” (SANCHEZ, 1992, p.73). O entendimento trazido por Sanchez é mais específico em comparação ao proferido por Costa (1997) e consegue trazer a questão da intencionalidade para o território. Trata, também, dos conflitos políticos que ocorrem em razão da divergência entre os interesses públicos e dos proprietários (do lugar onde se dará tal política) em razão de uma política territorial (SANCHEZ, 1992). No entanto, há que se salientar que a utilidade das políticas territoriais não se dá unicamente para a manipulação do território; em certa medida, elas também existem para a resolução de problemas daqueles que habitam determinado lugar afetado por diversos problemas.

As políticas territoriais estão vinculadas a um pensamento estratégico destinado para determinada região ou mesmo para o Estado. Por tal fato, elas são pensadas para um longo período de tempo, como já evidenciado. Elas, para Cargnin (2014), “[...] possuem uma estratégia de intervenção definida no território e que possuem instrumentos de intervenção na realidade [...]” (CARGNIN, 2014, p.89). Assim, as políticas territoriais podem ser utilizadas para a territorialização ou para a geração de novos usos no território. Para a professora Tania Bacelar (2013), as políticas públicas se dividem em três: nas políticas regionais e setoriais – que objetivam a redução das desigualdades – e as políticas territoriais que objetivam a valorização das potencialidades regionais – onde as regiões são protagonistas.

O Brasil, na década de 1970 e 1980, foi marcado pelos Programas Nacionais de Desenvolvimentos (PND), instrumento constitucional para o planejamento territorial. No início da década de 1990, eles foram substituídos pelos Planos Plurianuais (PPA)⁸, utilizados até o presente momento. Em 1999, o governo de Fernando Henrique Cardoso retoma às políticas territoriais sobre a égide do governo federal por meio das Políticas de Eixos de Integração, que se dividiam entre rodoviário, ferroviário e aquático, com o objetivo de cumprir com as demandas exigidas pelo mercado externo. Assim, criou-se um ambiente de disputa entre as regiões para atrair estes investimentos, excluindo as mais pobres, descartadas para esse fim, tornando as disparidades regionais ainda maiores (CAZZAROTO, 2011). Contudo, com a

⁸ Os PPA são previstos no artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

ascensão de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as políticas territoriais, visando o desenvolvimento, sofrem pequenas alterações, sendo elas agora exercidas, por exemplo, nas Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional (PNDR) e, principalmente, através das obras do PAC.

Essas obras de infraestruturas são exemplos fiéis desse tipo de política, na qual se considera o desenvolvimento da região para sua implementação. As barragens, que se pretendem implementar no noroeste gaúcho, foram pensadas para acompanhar o desenvolvimento pelo qual a região vem passando, mas principalmente para manter o equilíbrio do sistema elétrico brasileiro. São, com isso, investimentos a longo prazo, de grande valor, marcados por um longo tempo de construção.

Analisando o projeto do COSIPLAN - IIRSA, nota-se que essa é uma política territorial orientada para a integração dos países pertencentes à UNASUL⁹. Em Scheibe (2013), está posto que por isso ela deve suprir a dois níveis de satisfação, os internos e os externos. Assim, assume-se a presença da ação de diversos atores presentes em distintas escalas, como considerado na presente dissertação.

1.4.2 Os novos usos do território

Para cumprir com um dos objetivos específicos do presente estudo, é necessário que se defina os novos usos do território. Santos (1994), quando faz uso do termo, coloca que o seu estudo (do uso) tornou-se mais relevante do que o estudo do território em si. Os usos feitos do território podem ser políticos, econômicos (DIETZ, 2008), ou também assumirem outras roupagens. Aqui se trabalhará com as diferentes possibilidades de alteração nesse uso. Parte-se do entendimento, por exemplo, de que o COSIPLAN-IIRSA é promotor de mudanças no subcontinente sul-americano com o objetivo de intensificar a presença das intencionalidades capitalistas.

Wallerstein (2001) aponta que, com o advento do capitalismo, ocorreu uma “ampla mercantilização de processos” (2001, p. 15), em que tudo é passível de inclusão neste sistema, isto é, tudo se torna fonte ou meio para se lucrar. Ao trazer esta leitura para o objeto de estudo, percebe-se que esta iniciativa torna-se um meio para alguns atores da sociedade lucrarem com tais investimentos. Nesse processo, o próprio território pode ser refeito, repensado, para que o capital seja beneficiado. O

⁹ Países membros da UNASUL: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Chile, Guiana e Suriname.

tornar mais fluído, gerar mais energia, aumentar as possibilidades de pontos para a exportação, todas estas opções são formas de beneficiar o capital.

O capitalismo conseguiu romper com o caráter fixo da produção, tornando-se “mais funcional e mais ampliado geograficamente” (WALLERSTEIN, 2001, p.28). Fato que fica evidente nos últimos anos do desenvolvimento do capitalismo com a globalização, quando cada ponto do globo terrestre possui suas funções específicas para o sistema produtivo. Ao exemplo da América do Sul, que, apesar de ter indústria, ainda que mais acentuada no Brasil, tem como caráter central ser um subcontinente agroexportador, principalmente de *commodities*, ao exemplo da soja e de minérios.

O discurso proclamado pelos governos quando implementam as obras é o de levar o progresso para a região, que, conseqüentemente, estaria incluída em um circuito global de produção. Com isso, é posta a ideia moderna de progresso, que segundo Wallerstein (2001), foi um conceito utilizado para justificar mudanças que ocorriam, em que os aspectos negativos que poderiam existir eram soterrados pelos pontos positivos. O novo sempre será melhor que o antigo; logo, o *progresso* sempre será bom, segundo a ótica do capital. Quem se posiciona de forma contrária às mudanças que ocorrem no território é visto, muitas vezes, como antiquado, que não quer a busca pelo desenvolvimento do país.

Os novos usos do território podem ocorrer, segundo Rückert (2010), por meio das políticas territoriais promovidas pela unidimensionalidade do poder (o Estado) ou pela sua multidimensionalidade de atores promotores das mudanças dos usos do território. Quando se introduz um novo elemento (ao exemplo de uma nova infraestrutura), está se criando um nó ou uma linha naquele território (RAFFESTIN, 1980), gerando nele novos significados e usos, alterando sua forma e sua função.

1.4.3 Integração e transfronteirização

Compreende-se, para o entendimento do presente trabalho, que os projetos de integração (ao exemplo da IIRSA) são uma das faces que colaboram com o processo de transfronteirização, tornando-se indispensável o entendimento do que significa tal processo. Para Ligrone (2006), a transfronteirização é um conjunto de processos de aproveitamento e de valorização de uma fronteira realizados por atores públicos e privados. Nesse mesmo esforço, Rückert e Dietz (2013) realizam o levantamento bibliográfico do que está associado ao conceito de transfronteirização. Sendo assim,

além do que foi descrito por Ligrone (2006), mais três entendimentos são pontuados: formações regionais que se estendem por uma ou mais fronteiras nacionais; o processo de relativização da escala nacional (as ligações, os fluxos e os atores que atravessam a fronteira propiciada pela vontade política de criar uma continuidade e a proximidade territorial); e o momento em que o limite entre os países não tem a função de bloquear a vida social da fronteira.

Os escritos de Carneiro (2013), Rückert e Dietz (2013) apontam que não há um conceito formado para aquilo que seria uma região transfronteiriça ou o processo de transfronteirização, pois estes estão em construção. Por tal fato, ela é utilizada atualmente de forma livre pelos estudiosos do tema. Contudo, Carneiro (2013) coloca como aspectos necessários para se caracterizar região transfronteiriça: a fronteira ter porosidade (circulação entre um país e outro) e não ser motivo para conflitos, e os limites serem reconhecidos por ambos Estados de tal forma que o vínculo estabelecido seja maior que as questões que separam as Nações.

Inserida na realidade dos projetos de integração, os territórios de transfronteirização adquirem uma maior relevância, pois ela se torna uma área mais fluida, com circulação de pessoas e mercadorias, o que é recorrente nas iniciativas integracionistas, como UNASUL e MERCOSUL. A partir desse entendimento, compreende-se que o COSIPLAN-IIRSA atua como um catalisador do processo de transfronteirização, de forma mais evidente em razão da infraestrutura quanto aos transportes, a saber: rodovias (construção de pontes), hidrovias (construção e modernização de portos) e ferrovias. No exemplo das hidrelétricas, são fortalecidas as relações entre os países (Brasil e Argentina, no caso do complexo Garabi-Panambi), visto que ambos dependem dessa parceria – e de outras – para seu abastecimento elétrico.

1.4.4 A concepção do Regionalismo Pós-neoliberal: onde o COSIPLAN - IIRSA está inserido

Nesse momento, buscaremos conceituar o que é o Regionalismo, para que depois se disserte sobre o Regionalismo Pós-neoliberal, a fim de que se compreenda o contexto em que foi criada a UNASUL. O Regionalismo surge com a intenção do aproveitamento das economias “de escala” que permitiria aos Estados-membros a ampliação da escala de atuação. Silva e Costa (2013) o caracterizam por englobar

todos os arranjos político-jurídicos e por se tratar de uma região limitada geograficamente.

O processo do regionalismo pode ser compreendido por meio de duas etapas, diferenciando-se em razão das motivações e de suas principais características. Essas duas etapas são divididas entre o Regionalismo Fechado e o Aberto, marcados por momentos históricos distintos. No Regionalismo Fechado (1950-1970), ou na primeira onda regionalista, ou ainda no Velho Regionalismo, teoria defendida por Prebisch, acreditava-se que, com o processo de industrialização por meio da substituição de importações (regionalismo nacional-desenvolvimentista), alcançar-se-ia o desenvolvimento econômico desejado, visto que os países sul-americanos não poderiam depender da exportação de produtos primários (OLIVEIRA, 2014).

A segunda fase do regionalismo intensifica-se a partir de 1990, pós-Guerra Fria. No Regionalismo Aberto aponta-se que a formação de novas iniciativas integracionistas são uma alternativa às dificuldades encontradas na realização de acordos multilaterais com as grandes potências e que a formação dos blocos de integração são uma etapa para se alcançar uma economia internacional livre, que prioriza a abertura comercial e a atração de investimentos, pois entende que estes são motivadores do desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2014). Esta nova onda é resultado das forças oriundas da reestruturação capitalista que diminuem o centralismo do Estado Nacional e o surgimento de relações locais-globais, limitando a ação do Estado nacional e emergindo as instituições neoliberais (RÜCKERT, 2010). Esse regionalismo se insere em um contexto neoliberal, gerenciado pelo interesse do capital global.

Considera-se, assim, que a principal característica do Regionalismo Aberto é a busca tanto da abertura comercial quanto da implantação de políticas de atração de investimento a fim de propiciar uma melhor inserção no mercado internacional, alcançando, dessa forma, o desenvolvimento econômico e social de seus integrantes (OLIVEIRA, 2014). São formulados, com base nesse regionalismo, processos que elevam a competitividade internacional e que favorecem uma economia internacional mais aberta (CEPAL, 1994). Sendo assim, os blocos regionais se apresentaram como alternativa para aqueles países que não conseguiram sucesso na articulação multilateral e que desejavam recuperar a autonomia estatal, conseguindo se articular nas diferentes escalas, produzindo uma fluidez territorial, atraindo forças para dentro da região, evitando a força centrífuga provocada pela globalização (ROSEIRA, 2011).

Tem-se, como exemplo de iniciativa que retrata esse momento do regionalismo, o início da IIRSA, que contava com a presença significativa no âmbito institucional de fundos financiadores da região ou externos a ela.

Percebe-se na América do Sul a emergência de um novo momento regionalista, cunhado de Regionalismo Pós-neoliberal, que marca a superação, em alguma medida, do que foi postulado pelo Regionalismo Aberto. A diminuição da influência neoliberal no subcontinente materializou-se com o fracasso do projeto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) para a América Latina, em um contexto de declínio da influência estadunidense e fortalecimento das lutas dos latino-americanos. Esse novo momento é marcado pela ascensão dos governos de centro-esquerda no subcontinente e, por isso, é caracterizado por uma maior autonomia regional. Em razão desse novo cenário, emergem processos de integração considerados alternativos, como a UNASUL, exemplo de projeto integracionista pensado conforme o Regionalismo Pós-Neoliberal (SERBIN *et. al.*, 2012). Com esse novo pensar sobre o regionalismo, antigas iniciativas se reformulam, como ocorreu com a IIRSA, principalmente quanto ao financiamento e aos projetos da iniciativa.

O Regionalismo Pós-Neoliberal marca, segundo Serbin (2013), o retorno à agenda política dos processos de integração voltados para o desenvolvimento social, que anteriormente se destinavam à economia e ao comércio, além de pautas como a soberania dos países. Caracteriza-se também pela volta do Estado como ator fundamental do processo de integração, e pela atuação da sociedade civil no processo.

A sucessão das fases do regionalismo não se dá de forma compartimentada. Isto é, podemos ter um projeto de integração que carregue características comuns ao Regionalismo Aberto e ao Regionalismo Pós-Neoliberal. Ao se analisar o COSIPLAN-IIRSA, tem-se um projeto que simultaneamente possui forte intenção comercial, por meio dos investimentos que incentivam a produção de *commodities*, mas tem em seu documento fundante a preocupação com o fim das assimetrias regionais e com problemas ambientais. Dentro da perspectiva do Regionalismo Aberto, segundo Padula (2014), as infraestruturas, aqui criadas pelo COSIPLAN-IIRSA, facilitariam a mobilidade dos fluxos econômicos ao mesmo tempo em que se intensificaria o processo de integração regional.

1.4.5 Atores Territoriais

A importância dos estudos que analisam uma problemática considerando os múltiplos atores se dá em decorrência da multidimensionalidade do poder, que rompe com o pensamento do Poder único nas mãos do Estado. Torna-se assim cada vez mais difuso, em razão das diferentes escalas de atuação dos atores territoriais.

Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora, de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais” (BECKER, 1983 p.7).

Dessa forma, a autora reconhece que atualmente o Estado não é o único detentor do poder. O que ocorre hoje é a ação de diferentes atores, com diferentes estratégias e escalas de poder. Esse dado está em conformidade com o que postula Raffestin (1980) sobre a existência de múltiplos atores. Ele trata sobre o tema quando aborda que a política praticada pelos atores está atrelada ao conjunto de suas intenções, negando, em certa medida, o que postulou a Geografia Política clássica, que assumia o Estado como o único ator territorial. O autor vai ao encontro do que propõe a nova Geografia política, considerando as diferentes escalas de poder, tanto as infraestatais, quanto as supraestatais (ROSIÈRE, 2007).

A forma de ver o Estado se altera no prisma da globalização, pois, nessa nova realidade, o Estado é tido como ator político global, que articula os diversos interesses, privados e públicos. O fato dos investimentos do COSIPLAN-IIRSA serem majoritariamente públicos e as empreiteiras serem de capital privado remete a um entendimento de que há uma relação íntima entre empresas e Estados nessa iniciativa. A articulação entre esses dois atores, de grande importância na transformação do território, tem uma acentuação na década de 1970. Para Becker (1983), a distinção entre esses dois poderes se torna cada vez mais difícil e faz emergir as contradições existentes entre os interesses nacional e internacional com relação àqueles inseridos na escala local, organizados através dos movimentos sociais, ao exemplo do MAB, responsável por essa articulação local quanto à problemática das barragens no rio Uruguai.

Face a essa multiplicidade de atuação em diferentes escalas, a dissertação vincula-se à perspectiva dos atores territoriais, considerados na análise da problemática, que leva em conta também as distintas escalas. Para tanto, utiliza-se

das concepções de Rosière (2007) abordadas no livro *Geografia Política e Geopolítica*. Por mais que o autor não nomeie os atores como territoriais, aqui dá-se margem a esse entendimento, pois aborda-se os atores que possuem certo protagonismo geopolítico (de acordo com sua escala) e que, em alguma medida, são responsáveis pelas repercussões territoriais.

Essa definição de atores territoriais coaduna-se com aquela realizada por Raffestin (1980), quando este trata dos atores sintagmáticos que são caracterizados por conseguirem atuar de forma interna ao processo, ou seja, produtores do território. São definidos pelo autor como esse tipo de atores desde a família até o Estado, também podendo ser os partidos políticos, as Igrejas e as empresas privadas.

De acordo com Moreau Desfarges (1998) *apud* Rosière (2007), são considerados atores aqueles que, por meio dos seus atos, elaboram, expressam e traduzem as suas intenções. Dessa forma, caracterizam-se os atores geopolíticos como toda entidade que elabora representações territoriais e práticas espaciais. O ator não realiza sua prática de forma isolada, pois ele está sempre em contato (em cooperação ou em confrontação) com interesses e representações de outros atores. Neste mesmo sentido, Rückert (2002) aponta que os investimentos implementados no território não são produto da ação isolada dos atores locais, mas sim de um conjunto de ações promovidas pelos atores das diversas escalas de poder. O autor ressalta que “o local representa as convergências das diversas ações contidas nas diversas escalas de poder” (2002, p. 500). Por tal fato, esta dissertação pretende atentar para o local.

Os atores territoriais são os responsáveis pela implementação das infraestruturas, logo, como aponta Dietz (2008), a implementação dos projetos que se dão em nome da integração leva consigo os interesses e as estratégias para a sua materialização. Os atores das diferentes escalas, nesse intuito, se associam em razão dos benefícios trazidos pela implementação de determinado projeto.

Há uma conformação de objetivos e de interesses comuns para que de fato uma infraestrutura se concretize, pois raramente ela ocorre por vontade de um único ator, mas sim por uma vontade de uma coletividade, representada pelo Estado e por empresas que possuem poder suficiente para essa execução. Assim, os atores territoriais com poder suficiente conseguem forjar suas representações territoriais, externalizando uma visão de mundo. Essas representações agem sobre os diferentes fatores: fronteiras, capital, organização territorial e nome do território. Por esse motivo,

torna-se essencial o estudo que envolva os vários atores para que a análise contemple as diferentes intenções que se possui para o mesmo território.

Rosière (2007) categoriza os atores territoriais entre os clássicos e os novos. No presente estudo serão abordados aqueles que estão envolvidos de alguma forma com a implementação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi.

Os atores considerados clássicos são aqueles que, ao longo da história, exercem seu poder e projetam suas influências no território. Rosière (2007) faz a distinção entre três atores: o Estado, a Igreja e as Forças Armadas. No presente contexto, este último ator citado não será abordado, tendo em vista que sua atuação não interfere sobre o assunto estudado.

Compreende-se o Estado a partir de um espaço (território) subjugado a uma autoridade e que possua suas próprias funções, um corpo de funcionários e orçamento a ser administrado. Ali, o Poder do Estado está vinculado à sua soberania, perante a ação de outros Estados, e é o único que possui o poder de coerção (monopólio da violência legal) (ROSIÈRE, 2007). Neste mesmo sentido, Raffestin (1980) coloca que “o Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania” (1980, p. 22).

Marcado pela mudança na revolução informacional, transformações na gestão empresarial e de produção, bem como na desregulamentação do mercado que ocorreram a partir da década de 1980 (ROSEIRA, 2011), o Estado não possui mais o poder exclusivo para as políticas de desenvolvimento, tornando-se, nesse novo cenário, um articulador dos interesses das diversas instituições (nacional, local ou global) (CASTELLS, 2001 apud ROSEIRA, 2011). Assim, o Poder se modifica, pois o Estado atua, nos dias de hoje, como um “aparelho político governamental que controla a produção e o uso do território nacional” (BECKER, 1983, p.4), articulando os diversos interesses e as várias intencionalidades que se projetam no território.

Contudo, a presente atuação dos Estados está ao sabor dos governos (poder executivo), pois, a cada eleição ou troca de governo, os projetos e objetivos são alterados. Isso acarreta, muitas vezes, a inviabilização de um projeto de Estado marcado por sua continuidade, em que se projeta o futuro à longo prazo.

A Igreja Católica também é identificada como ator importante nesse processo, visto que historicamente ela atua na vida cotidiana das comunidades. Durante a Idade Média (séc. V ao séc. XV), Estado e Igreja foram a mesma instituição (ROSIÈRE, 2007). A separação desses dois atores ocorreu apenas no século XIX. Com o passar

dos anos, a Igreja Católica tem se aproximado da realidade em que está inserida, voltada para as questões dos direitos humanos, como evidenciado com o nascimento na década de 1960, na América Latina da Teoria da Libertação, corrente presente na formação de partidos políticos e de movimentos sociais no subcontinente, principalmente no Brasil.

Rosière (2007) considera os novos atores aqueles que disputam o território com atores tradicionais. A sua classificação divide-se em: partidos políticos, atores econômicos, ONG's, grupos armados e mídia. Conforme realizado anteriormente, serão destacados entre os novos atores aqueles que atuam no cenário da implementação de Garabi-Panambi.

Os movimentos sociais não são considerados por Rosière (2007) uma classificação entre os novos atores. Contudo, estes movimentos no Brasil estão fortemente vinculados à formação de partidos políticos, principalmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), que surge no período da redemocratização nos anos de 1980. O entendimento de movimento social aqui é de um “grupo de indivíduos que decidem trabalhar unidos para ter mais força em prol de objetivos comuns” (KUCZKOWSKI, 2007, p.274); esses objetivos estão relacionados a problemas históricos e de fundo social e econômico, ainda não superados pelos Estados. O objetivo mais amplo desses movimentos é a diminuição das desigualdades sociais através da organização de indivíduos.

Os movimentos sociais se vinculam à territorialidade, ao espaço construído, vivido e subordinado ao poder. Eles são considerados movimentos socioterritoriais, pois se introduzem no território visando a uma mudança social. Logo, esses movimentos são de base territorial, organizados e atuantes para um poder local e mobilizados contra a incapacidade do Estado em atender às suas necessidades. Eles também se organizam, como aponta Becker (1983), em razão do conflito existente entre os interesses públicos e privados, que ocorre em nível internacional e nacional, mas que é sentido em nível local. É, portanto, neste espaço que acontece a organização dos movimentos sociais para combater as ações tanto das próprias empresas quanto do Estado, quando voltadas ao interesse privado.

Como atores econômicos são consideradas empresas e instituições financeiras que possuem suas atividades sobre determinado território. Segundo Roseira (2011), a desregulamentação da economia possibilitou que as empresas rivalizassem com o Estado sobre os assuntos de interesse da sociedade. Nesse mesmo sentido, Becker

(1983) contribui quando aponta que com “[...] a aliança Estado-empresa torna cada vez mais difícil discernir entre o poder da empresa privada e o da pública nos territórios nacionais [...]” (BECKER, 1983, p.2). Os interesses privados e públicos se mesclam; em todos os braços do Estado há ainda uma forte presença do interesse privado, seja ela na área de educação, da segurança ou da coesão territorial, à exemplo das empreiteiras responsáveis pelas obras do COSIPLAN-IIRSA.

1.5 MÉTODO E TÉCNICAS

A presente dissertação encontra-se vinculada ao método indutivo, que possibilita, a partir de algum caso, uma generalização. Em outras palavras, essa metodologia permite que, por meio de informações sobre casos observados, possa se realizar uma conclusão sobre casos inacabados (MARCONI e LAKATOS, 2003).

A abordagem dada ao tema é de cunho qualitativo, preocupando-se com aspectos da realidade, aprofundando-a, algo que não pode ser mensurado através de valores. Esse tipo de pesquisa dá importância ao contexto do que está sendo estudado, em que há certa aproximação do pesquisador com seu objeto. Nesse sentido, há um esforço de se compreender a totalidade do objeto analisado (GERHARDT E SILVEIRA, 2009). Assim, a compreensão da totalidade acerca da implementação do COSIPLAN-IIRSA no território histórico missioneiro foi realizada a partir dos atores territoriais que atuam *in loco*, para, a partir dessa análise em comparação às implementações de outras hidrelétricas situadas no mesmo território, responder à hipótese apresentada. Esta pesquisa ainda se caracteriza por abordar um estudo de caso: “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação” (GIL, 2007, p. 54 *apud* GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.41).

1.5.1 Procedimentos técnicos

Para a efetivação da pesquisa, foram utilizadas técnicas que se articulam com o encadeamento dos objetivos específicos que foram anteriormente explicitados:

1.5.1.1 Revisão bibliográfica

Esta etapa fundamental é destinada para a leitura de livros e textos considerados relevantes para o entendimento da formação do COSIPLAN - IIRSA, bem como dos seus objetivos, além do entendimento que se faz do território estudado e da sua história. Ela se caracteriza, para Gerhardt e Silveira (2009), como sendo relevante em toda pesquisa acadêmica, sendo geralmente seu ponto de partida, quando se faz o levantamento de referências teóricas e de escritos sobre assuntos que envolvam a temática. A mesma técnica foi empregada para os estudos que se referem à implementação das hidrelétricas em Itaipu, Yacyretá, Itá e para o Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi. Neste momento também se buscou as matérias jornalísticas que envolviam a implementação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi.

1.5.1.2 Pesquisa Documental

Ainda que de forma tímida, também foi realizada uma pesquisa documental, que se diferencia da anterior por não haver nas fontes um tratamento analítico. Assim, foram estudados documentos de constituição da IIRSA e da UNASUL, os ofícios tratando do Relatório de Impacto Ambiental RIMA de Garabi-Panambi, além daqueles que versam sobre o uso de rios para a exploração energética.

1.5.1.3 Trabalho de Campo

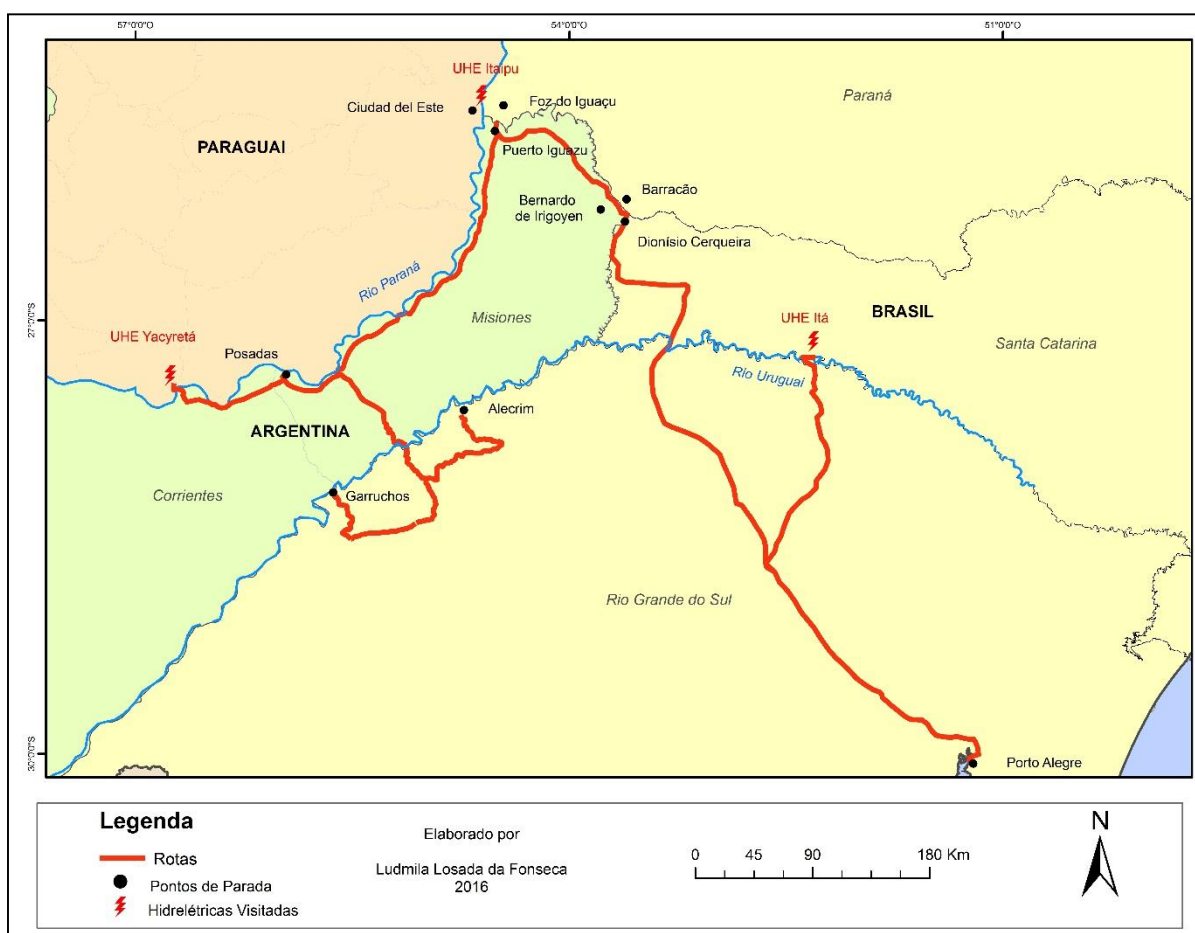
Essa etapa fundamental do trabalho consiste em um reconhecimento do local de estudo, mais especificamente nos municípios de Garruchos (RS) e Alecrim (RS), destinados para a construção do Complexo Hidrelétrico. Também foram visitadas as hidrelétricas que servem de referência para o presente estudo, conforme aponta um dos objetivos específicos da presente dissertação, a saber: Itá, Itaipu e Yacyretá, bem como suas cidades-sede. Foram também pontos de parada as cidades de Posadas (capital de Misiones-ARG) e a tri-fronteira entre Dionísio Cerqueira (Santa Catarina – BRA), Barracão (Paraná – BRA) e Bernardo de Irigoyen (Misiones - ARG).

A rota traçada para o trabalho de campo teve seu início em Porto Alegre com direção à tri-fronteira, onde foi a primeira parada. Após, seguiu-se em direção à divisa

do Brasil com Paraguai e Argentina, precisamente em Foz do Iguaçu, localidade da hidrelétrica de Itaipu. Partiu-se da tríplice fronteira em direção a Posadas, cidade próxima à hidrelétrica de Yacretá. De Posadas, rumou-se em direção ao Rio Grande do Sul, cortando a Argentina, mais precisamente para os municípios de Alecrim e Garruchos. Após a visita às cidades e às hidrelétricas, iniciou-se o retorno a Porto Alegre. Em momento posterior, realizou-se a visita na cidade e na hidrelétrica de Itá.

O trabalho de campo oportuniza a coleta das informações e dos dados necessários, além de permitir uma aproximação maior com o objeto de estudo. Neste momento foram realizadas as entrevistas com os atores locais, possibilitando a identificação dos usos que se faz do território atualmente.

Mapa 2 – Percurso do Trabalho de Campo



Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2017).

O trabalho de campo possibilitou o conhecimento das diferentes realidades do que chamamos de território histórico missioneiro. Além disso, foi possível contato com

a população local. Foram realizadas, durante o trabalho de campo, visitas técnicas guiadas nas hidrelétricas que compõem o presente estudo.

1.5.1.4 Entrevistas

Foram aplicadas entrevistas com os atores territoriais representados pelas prefeituras e pelo movimento social. O campo, ainda que de forma tímida, também propiciou algum contato com as populações locais e com sua realidade. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, isto é, as perguntas foram previamente elaboradas, contudo o entrevistado pode falar livremente sobre o tema, sendo papel do entrevistador o de manter o foco no propósito da entrevista. Elas foram distintas para cada um dos atores, pois aqui não se objetiva uma comparação e sim o entendimento em cada uma das perspectivas.

1.5.1.5 Análise das Repercussões para os diferentes atores territoriais

Analisou-se, primeiramente, a intencionalidade do ator COSIPLAN - IIRSA para a área de estudo, através do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi. Em um segundo momento, realizou-se a análise, a partir das entrevistas, de como os atores territoriais da região – o MAB e os prefeitos das cidades-sede – percebem as futuras repercussões oriundas desse projeto.

1.5.1.6 Produção Cartográfica

Realizou-se a produção cartográfica temática para fins de melhor entendimento do leitor não só quanto ao assunto e à área de estudo abordada, mas também quanto à localização e à espacialização dos dados utilizados na pesquisa.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo destina-se a apresentação da área de estudo: o Território Histórico Missioneiro, deixando evidente a compreensão feita desse território. A sua relevância está em pontuar as semelhanças culturais e histórias, assim como apresentar antigas rivalidades que, ao longo do tempo, foram superadas.

O segundo capítulo aborda a historicidade dos processos de integração que culminam na existência da IIRSA e da UNASUL, evidenciando os objetivos e os momentos em que cada um deles foi pensado. É dado destaque para as organizações supranacionais existentes no subcontinente e para o discurso desenvolvimentista que motiva e justifica a existência de iniciativas como a IIRSA.

Conseqüentemente, o terceiro capítulo debruçar-se-á para uma identificação profunda do COSIPLAN-IIRSA, entendendo o surgimento de cada um deles. São priorizados neste capítulo os Eixos de Integração e Desenvolvimento, examinando por meio deles a intencionalidade do COSIPLAN-IIRSA. São destacados os Eixos situados no Território Histórico Missioneiro.

O quarto capítulo traz um olhar para o passado quanto à implementação e às repercussões territoriais de três hidrelétricas (Itá, Yacyretá e Itaipu) construídas no Território Histórico Missioneiro, fornecendo as bases para que se entenda e se compare a implementação e as repercussões esperadas para o Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi.

Assim, o quinto e derradeiro capítulo apresenta a visão dos atores territoriais locais sobre a implementação das hidrelétricas, bem como das possíveis repercussões. Foram apontadas as realidades dos municípios que sediarão o Complexo Hidrelétrico, como se desenvolveu a implementação até o presente momento e a identificação dos antigos e novos usos daquele território.

2 TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO

A área de estudo a qual se debruça o presente trabalho ocupa um perímetro que corresponde hoje à região transfronteiriça entre Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, e é definida aqui como um território histórico missioneiro. Busca-se, então, elementos do passado e marcas no presente para defini-lo, com base teórica em autores que trabalham com o conceito de território.

São vestígios desse momento histórico as ruínas de um território que chegou a abrigar cerca de cem mil indígenas guaranis catequizados pelos jesuítas. Nessa área, atualmente transfronteiriça, os países partilham o passado missioneiro comum. Nesse mesmo espaço, Brasil, Paraguai e Argentina vêm desenvolvendo importantes empreendimentos no setor da geração de energia hidrelétrica, a saber: Itá, Itaipu e Yacyretá; e futuramente Garabi e Panambi, cuja construção está prevista para os próximos anos. Atualmente, no território histórico missioneiro, presencia-se uma nova disputa, não mais caracterizada pela polarização entre colonizados (comunidades tradicionais) e colonizadores, mas sim por uma multipolarização dos diferentes interesses e intencionalidades dos atores territoriais que ali atuam.

O presente capítulo será destinado para o relato histórico dos países que conformam este território, nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial, destacando os principais momentos. Também são retratadas, ainda que de forma breve, as questões culturais, consideradas importantes para a conformação do território e por serem essas as principais marcas daquele período na atualidade. É realizado, por fim, um embasamento teórico para a sustentação do território histórico missioneiro, trazendo à tona autores que corroboram com esse entendimento.

2.1 HISTÓRICO

As missões jesuíticas, consideradas como uma etapa da colonização europeia, constituem um território marcado historicamente pela presença dos indígenas guaranis na região que, atualmente, marca as fronteiras entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Foi durante o século XVI que os índios passaram por uma intervenção dos europeus no continente americano. Primeiramente, ela ocorreu com a ida dos padres jesuítas, conquistadores de almas e de terras (BARCELOS, 2006) até às aldeias. Esses padres já tinham experiência em tal prática, pois haviam estado

nas Índias em 1539 a pedido da Coroa portuguesa. Sua presença no Brasil se deu em razão da criação do Governo Geral do Brasil, em 1548, quando os jesuítas vieram acompanhar Tomé de Souza, o então Governador Geral. Apenas no fim do século XVI é que ocorre o ingresso dos jesuítas nas colônias espanholas, ao exemplo da região do Rio da Prata (BARCELOS, 2006).

Na presença dos padres, os indígenas aprendiam as práticas cristãs, mas logo em seguida voltavam a praticar a sua religiosidade na forma tradicional. Não vendo evolução na adesão indígena, Nóbrega tem a exata noção de que ela ocorreria de forma mais efetiva se estas transformações de hábitos, de cultura e da religiosidade ocorressem através de reduções, isto é, reunidos em um único lugar (BARCELOS, 2006). Essa ação foi promovida para garantir a integração dos índios ao sistema colonial, além de cooptá-los para a prática da fé cristã.

Os indígenas que residiam na Bacia do Prata eram oriundos da região amazônica (BARCELOS, 2006). Eles realizaram essa migração em busca de melhores condições para o plantio. A estrutura familiar se caracterizava pela poligamia, sendo as mulheres responsáveis pelas plantações e os homens pela caça. Esses índios eram reconhecidos como os colonizadores efetivos da floresta subtropical; ainda eram produtores de hortifrúteis e considerados agricultores semi-sedentários (LEVINTON; SNIHUR, 2011), marca importante da aproximação integral e subordinada com as Coroas Ibéricas e elemento central para a implementação das Missões (SCHALLENBERGER, 2007). Sua organização se dava muito em razão da água e, conseqüentemente, de seu domínio, por isso a preocupação com a posse da terra era postergada em relação à importância da posse de um rio (LEVINTON; SNIHUR, 2011). Os recursos hídricos sempre foram de suma importância para esse povo, em razão de sua necessidade para a sobrevivência. A visão dos indígenas conseguia ser ainda mais ampla porque viam esses recursos como parte integrante de um sistema.

A vinda dos padres da Companhia de Jesus¹⁰ também estava fortemente atrelada à expansão dos impérios Ibéricos na América por meio da catequização dos

¹⁰ Segundo Barcelos (2006), a ordem surgiu no contexto da Contra Reforma. Inácio de Loyola foi quem definiu as linhas gerais da Companhia, que surgiu no ano de 1540. Acreditava na santificação pessoal e na atividade apostólica. Esta ordem estava voltada para a propagação da fé em qualquer lugar em que a desejassem estar.

povos não-cristãos e da implementação de um maior número de *encomiendas*¹¹. As missões foram implementadas nos diversos pontos da América do Sul, contudo o caso mais emblemático e que obteve mais sucesso foram aquelas destinadas à catequização guarani nas mediações da bacia do rio da Prata (BARCELOS, 2006). Ressalta-se que, antes da chegada dos padres evangelizadores, o continente estava dividido pelas coroas Ibéricas por meio do Tratado de Tordesilhas, datado de 1494. Barcelos (2006) aponta que a exploração desse “Novo Mundo” deu-se primeiramente no reconhecimento de sua costa e na possibilidade de comunicação entre os oceanos Pacífico e Atlântico. Na região da bacia do Prata, os primeiros a se preocuparem com a ocupação local foram os espanhóis, na metade do século XVI, e os portugueses somente no fim do século XVII. A Coroa espanhola – e, mais adiante, a Coroa portuguesa – queria o domínio da população local, pois ela era a “fonte primeira de energia”, fundamental para a conformação de um território e, conseqüentemente, de poder, conforme explicita Raffestin (1980).

Entre Paraguai, Argentina e Brasil e Uruguai foram implantadas trinta reduções jesuíticas, lugar idealizado pelos padres para facilitar o processo de catequização, visto que os índios se organizavam espacialmente de forma dispersa. Era neste local em que se ensinavam os elementos essenciais da cultura ocidental, ao exemplo da organização espacial imposta que era diferente da qual estavam habituados. Os jesuítas, assim como ocorreu em todo o processo de conquista e colonização, foram responsáveis por uma reorganização espacial (BARCELOS, 2006) dos indígenas, além da mudança para a prática religiosa cristã e da substituição do guarani pela utilização do latim. Este é considerado um ponto chave no processo de dominação, já que a língua é um importante recurso de identidade de uma população. Sobre isso, Raffestin (1980) considera a língua como um trunfo e, por isso, importante nas relações de poder.

As primeiras grandes reduções instaladas foram: Guairá (oeste paranaense e parte do Mato Grosso do Sul - Brasil) e Tape (no Rio Grande do Sul - Brasil)¹². Dali foram avançando para outras regiões, conquistando, assim, mais territórios. Também

¹¹ As *encomiendas* eram uma espécie de forma de trabalho. A Coroa espanhola permitia que o encomendeiro utilizasse da mão de obra indígena para exploração dos minérios e atividades agrícolas; em contra partida, este encomendeiro era responsável pela catequização dos índios. Esta relação foi marcada pela exploração indígena, fato denunciado pelos padres jesuítas (WASSERMAN *et.al.*, 2010).

¹² Os trinta povos das missões localizados no território histórico missioneiro foram originários das três grandes reduções: Guairá, Tape e Itatim. As reduções instaladas na bacia do prata surgiram primeiramente em relação àquelas que foram criadas no Paraguai.

foi imposta aos indígenas a produção agrícola nos moldes da realizada na Europa à época, com técnicas diferentes das praticadas pelos guaranis. Assim, a missão dos padres jesuítas não se limitava em catequizar, mas antes de tudo era a de transmitir os valores e hábitos ocidentais (WASSERMAN et. al., 2010). Contudo, como afirma Kern (2011), muitos dos hábitos tribais foram mantidos pelas mulheres, possibilitando na região uma integração “sócio-política”, e um pouco mais tímida na economia em virtude da produção agrícola ser voltada para o consumo interno da redução. Por vezes, por exemplo, poderiam ocorrer trocas entre os Trinta Povos em eventuais deficiências produtivas. As reduções se tornaram espaço de concentração, valorização e potencialização de alguns aspectos da cultura guarani, mas, ao mesmo tempo, de adaptação de outros aspectos da cultura espanhola. Essa relação não foi marcada pela passividade dos indígenas, mas sim por uma adaptação da sua cultura com a oriunda da Europa, como afirma Schallenberger (2007) quando aborda esse contexto de trocas culturais e de alterações na cultura guarani:

[...] a interação mais intensa e intensiva entre a cultura guarani e cristã se deu no tempo das reduções, onde ocorreram significativas trocas simbólicas. Fiel às suas tradições, os elementos culturais de origem estranha são reinterpretados até a fase em que se instala um conflito de valores, ao que sobrevém a ruína da religião e da ordem social guarani. O acultramento religioso das populações indígenas não se deu sem conflitos. Ele compreendeu um processo de desconstrução simbólica que destituiu os pajés enquanto guardiões da tradição e da transmissão de mitos e crenças que davam coesão aos grupos tribais guaranis (SCHALLENBERGER, 2007, p.11).

Nas reduções, os índios guaranis continuaram suas atividades agrícolas, garantindo, inclusive, a existência daquela organização; no entanto, elas não se destinavam unicamente para sua subsistência, pois já estavam a serviço da Coroa espanhola. Por outro lado, os índios aprenderam outros hábitos com os europeus, ao exemplo da criação de gado. As chamadas vacarias ou estâncias também eram responsáveis pelo abastecimento das reduções e pela integração entre os Trinta Povos.

Faz-se relevante destacar a importante função desses indígenas, que eram considerados bons guerreiros e que atuavam na proteção das fronteiras do reino espanhol. O indígena missioneiro tinha medo da ocupação portuguesa, em razão da possibilidade de ser escravizado, bem como do próprio fim da redução (BARCELOS, 2006). Por viverem em terras de conflitos de posse entre as duas coroas (Portugal e

Espanha), era ali que ocorria a interação entre os índios guaranis e os europeus responsáveis pela segurança da fronteira, que acontecia com o auxílio indígena. Nesta organização, os indígenas também lutavam contra os ataques dos bandeirantes que os queriam como mão de obra escrava e lutavam no combate aos ditos índios infiéis (os Charruas e os Minuanos). As reduções jesuíticas eram consideradas pela Coroa espanhola como uma instituição de fronteira (SCHALLENBERGER, 2007).

As Missões fundadas começaram a se desestabilizar com a invasão dos bandeirantes, oriundos de São Paulo, que objetivavam transformar os índios guaranis em mão de obra escrava. Com essas invasões, os povoados concentravam-se nas imediações dos rios Paraná e Uruguai (LEVINTON; SNIHUR, 2011). Os padres, assim como parte da metrópole, acreditavam que os índios não poderiam ser escravizados porque não eram infiéis, mas sim, “ignorantes da verdadeira fé” (WASSERMAN *et. al.*, 2010, p.31). Em razão desse episódio, os padres se deslocaram para outras regiões seguindo o curso dos rios Uruguai, Paraná, Paraguai e Tebicuary, fundando novas reduções.

O término dessa missão encarregada aos jesuítas iniciou com a tentativa de pôr fim à disputa das fronteiras entre os reinos de Espanha e Portugal, por meio do Tratado de Madri de 1750 assinado pelos reis Fernando VI, de Espanha, e Dom João V, de Portugal. O referido tratado foi um substituto ao Tratado de Tordesilhas que à época já não era mais cumprido; assim, Sacramento, que pertencia a Portugal (atual Uruguai), foi trocada pelo território dos Sete Povos, que pertencia à Espanha (atualmente pertence ao Brasil). Vale ressaltar que, no início do século XIX, a Europa vivia uma efervescência revolucionária em razão da expansão napoleônica. A Espanha, ocupada pelos franceses, foi pressionada a invadir Portugal. Essa rivalidade, obviamente, foi transferida para as Américas. Na colônia, a Coroa portuguesa reconheceu as colônias espanholas como inimigas. Assim, os portugueses invadiram as sete reduções que formavam os trinta povos localizados na margem oriental do rio Uruguai, pertencendo a partir daí à Portugal. Depois da tomada pelos portugueses, o medo de uma ação espanhola e de uma guerra estavam presentes no imaginário indígena, além do fato de preferirem estar sob os desígnios da Coroa espanhola (WASSERMAN *et. al.*, 2010). Este episódio provocou a saída de indígenas da região. A coroa não conseguiu garantir à população indígena condições para que permanecessem ali. Interventores foram colocados nas terras recém adquiridas por Portugal para fins de administrar as reduções, bem como organizá-las

militarmente para a segurança da colônia, já que elas se localizavam em região de fronteira (RIBEIRO, 2013).

Contudo, quando da demarcação da fronteira, os indígenas e parte dos padres jesuítas resistiram aos novos limites impostos pelas forças espanholas e portuguesas, que queriam ver o Tratado de Madri (1750) concretizado. Além disso, o interesse ibérico era de que os guaranis passassem da vassalagem espanhola para a portuguesa, fato não aceito pelos índios. Nesse contexto, vale ressaltar que os indígenas não viam a fronteira como algo que dividiria os dois reinados, mas sim um lugar que possibilitava recursos, contudo sabiam que ela existia para os europeus como uma divisão administrativa. Foi deflagrada, assim, uma disputa pelo território. Liderados por Sepé Tiaraju, os indígenas guaranis deram início a Guerra Guaranítica (1752-1756) para impedir sua mudança para o lado ocidental do rio Uruguai, como previa o tratado, demonstrando, assim, a não passividade dos guaranis missioneiros frente à invasão europeia (WASSERMAN *et. al.*, 2010).

Ao término da Guerra, as duas coroas saem vitoriosas perante a resistência indígena e provocam a morte de 1500 índios, incluindo o líder do Povo de São Miguel, Sepé Tiaraju. Com o fim da guerra, as missões foram designadas para administradores temporários que administravam mal a redução em razão de seu próprio benefício. Esse desfecho culminou no fim das reduções, e a consequente dispersão dos padres jesuítas e dos guaranis, contudo o fim das Missões não extinguiu de forma automática o índio missioneiro. Muitos desses índios se deslocaram para os povoados espanhóis ou portugueses, inserindo-se no mercado em razão das suas capacidades artesanais ou ocupando funções como peões de chácaras e de estâncias. Para Schallenberger (2007), o fim das missões era algo previsível em razão de uma incompatibilidade para o que se desejava para o território missioneiro. Alguns desses indígenas, oriundos das missões, espalharam por toda parte a cultura missioneira, demarcando o que se denomina atualmente como território histórico missioneiro.

Esse período possibilitou a existência dos países conforme se tem hoje, contudo isso custou o fim de uma organização territorial e a dizimação indígena. Como resume Nogueira (2007, p.64),

A evolução histórica através das diferentes condições econômicas e políticas perpassaram também pelas guerras Guaranítica e Cisplatina foram determinantes para a fragmentação do território das Missões

Jesuítico-Guarani e a formação dos estados nacionais brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio transformando o antigo território dos trinta povos das Missões uma região transfronteiriça.

Desde as suas respectivas datas de independência, 1816 e 1822, Argentina e Brasil herdaram das suas antigas Coroas as disputas territoriais não solucionadas no período anterior, cabendo ainda às repúblicas a resolução desses conflitos, que, por muitas vezes, foram solucionados por meio de guerras. Estes conflitos têm origem nas disputas territoriais entre os países oriundos das Províncias Unidas do Prata (Argentina e Uruguai) com o então Império brasileiro (WASSERMAN *et. al.*, 2010).

Em 1820, o Império brasileiro anexa o Uruguai, já independente, que, depois de cinco anos, rebelou-se contra o Brasil e buscou estabelecer uma federação com a Argentina, já que sua aproximação do ponto de vista histórico e linguístico era maior. A disputa entre Argentina e Brasil pelo atual território uruguaio deu origem à Guerra da Cisplatina, que perdurou de 1825 a 1828 (WASSERMAN *et. al.*, 2010). O conflito tem suas origens ainda no período colonial, entre as coroas portuguesa e espanhola, pois o território de disputa sempre foi considerado como de extrema relevância estratégica. A disputa chega ao seu fim com a intervenção inglesa, maior potência mundial da época, que via como prejudicial para sua economia qualquer instabilidade na região, pois ali estavam importantes consumidores do mercado inglês. Assim, com esta mediação e como alternativa ao conflito, surge a República Oriental do Uruguai no ano de 1828.

Contudo, a maior guerra vivida pelo subcontinente ocorreu algumas décadas depois. A Guerra do Paraguai moveu Paraguai contra a Tríplice Aliança – formada por Brasil, Argentina e Uruguai –, durando de 1864 até 1870. Ela começa pois o Brasil trava um conflito armado contra o governo instaurado no Uruguai, que acarreta na deposição do representante uruguaio, aliado do governo paraguaio (WASSERMAN *et. al.*, 2010). Em sinal de contrariedade à atitude brasileira, e com o âmbito expansionista, o representante paraguaio aprisionou em um porto local uma embarcação brasileira e depois atacou a cidade de Dourados, próxima ao Paraguai.

Assim, desencadeou-se a Guerra do Paraguai. A Argentina alia-se ao Brasil e ao Uruguai em razão da tentativa paraguaia de anexar territórios argentinos, ao exemplo da atual província de Corrientes. Vale ressaltar que, neste período, o Paraguai era considerado uma potência dentro da realidade sul-americana, sem grande dependência das Nações europeias. A guerra foi danosa para os quatro

países, porém ela foi um divisor de águas para o Paraguai, já que o país nunca mais voltou a ter a importância que tivera naquela época. A população paraguaia foi dilacerada: estima-se que 70% da população morreu em razão do conflito. As diferenças e os traumas produzidos pela guerra só começaram a diminuir quando o Brasil se tornou menos dependente da economia inglesa. Apesar de algumas instabilidades, entre elas a implementação da hidrelétrica de Itaipu que gerou instabilidade do Brasil e do Paraguai com a Argentina, hoje os países conseguem conviver de forma harmoniosa, resolvendo seus conflitos no campo da diplomacia.

Outra relação conflituosa que tem suas marcas na história é a do Brasil com a Argentina, importante aqui já que pesquisa se situa nessa fronteira; e também em razão de que as relações desenvolvidas pelo Brasil e pela Argentina com outras potências foi o que moldou o desenvolvimento dos próprios países, bem como do subcontinente (SILVA; COSTA, 2013). Há uma disputa histórica sobre a hegemonia econômica da América do Sul travada entre os dois países. A Argentina, até a Segunda Guerra Mundial, foi considerada líder na região, em razão da sua proximidade com a Grã-Bretanha, líder mundial à época. Depois da guerra, a Europa encontra-se esfacelada, e os Estados Unidos emergem como protagonistas deste novo momento histórico (SILVA; COSTA, 2013). É nesse contexto que o Brasil vai ocupando os espaços outrora destinados à Argentina. Em razão de maiores dificuldades quanto ao controle de sua economia, a Argentina, há mais de duas décadas, não consegue superar o protagonismo brasileiro não só em termos econômicos, mas também em importância para a geopolítica sul-americana e mundial.

Um marco importante desta relação, que pontuou a aproximação entre as duas Nações foi, no início da década de 1980, em razão da Guerra das Malvinas – um conflito entre Reino Unido e Argentina sobre a posse das ilhas localizadas no extremo sul do subcontinente. As ilhas que até então pertenciam à Argentina, passaram a pertencer, em 1833 ao Reino Unido. Com a independência, os argentinos entendiam que as ilhas também seriam de sua posse. Nessa oportunidade, o Brasil dá apoio à posse argentina frente às Ilhas, mesmo que elas ainda pertençam aos britânicos. É importante dizer que este mesmo período é marcado pela transição de governos ditatoriais para governos democráticos em ambos países.

A partir dessa aproximação, a relação dos países evolui e se solidifica por meio das assinaturas de tratados. São exemplos dessa aproximação o acordo para a regulamentação do uso do rio Paraná (1979), o acordo na área nuclear (1980) e a Ata

de Iguazu (1985) a fim de intensificar a cooperação entre os países. Contudo, essa aproximação teve seu ápice na assinatura do Tratado de Assunção, que dá origem ao MERCOSUL. Como afirma Silva e Costa (2013, p.204), “Essa aproximação entre os dois países foi regida pelos princípios da gradualidade, flexibilidade, simetria e equilíbrio, e que viriam a se consolidar no próprio MERCOSUL”. Isto é, essa aproximação se deu de forma lenta, evoluindo e se solidificando com o tempo, culminando no momento de intensa aproximação em virtude do ingresso nos projetos integracionistas.

Com o advento dos processos integracionistas, ao exemplo da UNASUL e do MERCOSUL, os Estados fizeram uma movimentação no sentido de superar muitas de suas rugas históricas para poder pôr em prática um projeto que beneficiaria, de forma indubitável, suas respectivas economias e seu desenvolvimento mútuo. Frente a isso, Silva e Costa (2013) colocam que

[...] os institutos integracionistas trazem como imensa vantagem a aproximação política de Estados historicamente rivais que, num dado momento, reconhecem a impossibilidade de avanço solitário em um mundo marcado pela interdependência e pela mundialização do capital- decidem abraçar a causa da união em busca de atingir elevados níveis de competitividades na economia global (SILVA; COSTA, 2013, p.34).

O descrito foi justamente o que ocorreu com os países da América do Sul, que ainda trazem consigo algumas divergências, principalmente territoriais, tratadas no âmbito da própria UNASUL através da diplomacia.

Com a evolução desse breve recorrido histórico, não se pode esquecer do destino daqueles que ocuparam primeiramente o território histórico missioneiro. A população guarani está distribuída pelos territórios de Brasil, Argentina e Paraguai de forma fragmentada. Muito em razão dessa fragmentação e da falta de apoio governamental, essas populações estão à margem das economias locais, possuem acesso limitado aos aparelhos públicos, como escolas e hospitais, revelando a enorme vulnerabilidade da população indígena, evidenciada nas altas taxas de mortalidade e analfabetismo, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2010 (UNASUL, 2014a). Normalmente, e como evidenciado em trabalho de campo, os indígenas guarani da região situam-se nas beiras das estradas ou nas imediações de ruínas jesuíticas para vender artesanatos produzidos por eles. A sua presença também está relacionada às reservas destinadas

para a manutenção do seu modo de vida, reduzindo em muito o espaço que ocupavam anteriormente, e que hoje é utilizado de forma extensiva pela monocultura. Assim como estas populações encontram-se excluídas espacialmente, elas também não estão inseridas no processo de integração estudado, pois sua presença se dá apenas de forma numérica para traçar o perfil dos Eixos de Integração.

2.2 ASPECTOS CULTURAIS

Ao se tratar sobre a história que perpassa o território histórico missioneiro, e do que ela deixou como patrimônio para os dias de hoje, torna-se imprescindível que se trate na presente dissertação sobre os aspectos culturais da sociedade indígena anterior e posterior às reduções. O que restou da época do território histórico missioneiro fica evidente nas ruínas ainda existentes, contudo cabe lembrar que muito há por se descobrir, principalmente quanto ao conhecimento da época, como a utilização dos recursos hídricos, a construção de canais e a construção de toda uma infraestrutura hídrica (LEVINTON; SNIHUR, 2011).

Como já abordado, quando do contato dos guaranis com os europeus, na figura dos padres missioneiros, parte da cultura indígena foi preservada, outra parte foi adaptada para os hábitos cristãos e coloniais da época e outros aspectos foram introduzidos. O primeiro choque, obviamente, deu-se em razão da língua. Para romper com essa barreira, os padres jesuítas responsáveis pelos novos ensinamentos utilizavam “[...] métodos pedagógicos de interlocução cultural [...]” (SCHALLENBERGER, 2007, p. 38), em que os elementos de fé e de seus costumes foram alterados. Para isso utilizaram-se de diversas expressões artísticas, como a música, e a utilização de novos símbolos. Assim,

A arte encontrou lugar de expressão maior nas festas missioneiras, onde, através dos rituais, das encenações e dos recitais foram manifestados elementos internalizados de uma simbiose cultural resultante do processo de conversão dos índios das missões (SCHALLENBERGER, 2007, p. 66).

Os domínios dos elementos culturais foram e são considerados essenciais num processo de controle de uma população. Nesse momento, a língua espanhola foi imposta aos índios que, em razão das tribos, falavam línguas distintas. Já no campo religioso é introduzida a figura do diabo como elemento de temor.

Os padres jesuítas transformaram a distribuição espacial dos índios na ida às reduções, representadas atualmente pelas ruínas. Elas se apresentavam de forma distinta em comparação à forma como as aldeias eram organizadas, dando fim à organização territorial exercida pelos indígenas. As alterações não se deram apenas na forma e na organização, já que a arquitetura foi bruscamente modificada, levando consigo uma paisagem. A arquitetura missioneira é o que se tem de mais presente deste momento histórico. Existem também muitas histórias que retratam o tempo das reduções, repassadas por meio do folclore.

Figura 3 - Ruínas da Redução de San Ignacio Miní (Posadas-ARG)



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2015).

Apesar da destruição ocasionada por batalhas e pela ação do tempo, algumas reduções que se encontram em melhor estado de conservação receberam da UNESCO o título de Patrimônio Histórico da Humanidade: São Miguel Arcanjo, no Brasil; San Ignacio Miní (Figura 3), Nuestra Señora de Loreto, Santa Ana e Santa Maria la Mayor, na Argentina; Jesus de Tavarangué e La Santísima Trinidad del Paraná, no Paraguai. Estes patrimônios das missões encontram-se hoje no noroeste do Rio Grande do Sul (onde se localizavam os sete povoados missioneiros), na

Argentina, na província de Misiones, onde existiam quinze povoados, e no departamento de Itapúa, no Paraguai, que contava com oito povoados.

As regiões onde as ruínas missioneiras se localizam caracterizam-se por serem pobres, com poucos recursos, muito em razão da sua matriz econômica (NOGUEIRA, 2007). Isso torna ainda mais importante e relevante a preservação delas, por serem fontes de renda fundamentais para suas cidades e para a população. É importante frisar que o turismo, por meio da exploração das ruínas e dessa história missioneira, é uma importante ferramenta para o desenvolvimento local, e que necessita ser mais estimulado pelos governos nacionais, pois existe uma vontade dos sul-americanos em conhecer a sua história e a dos seus vizinhos, fato que se comprova com os dados do turismo de 2014 quanto à circulação de cidadãos brasileiros, paraguaios e argentinos nestes países, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 2 - População de turistas que circulam entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Origem	Destino	População (2014)
Paraguai	Brasil	293.841
Argentina	Brasil	1.743.930
Brasil	Paraguai	183.127
Argentina	Paraguai	308.367
Brasil	Argentina	1.081.800
Paraguai	Argentina	665.400

Fonte: INDEC, 2014; Senatur, 2014; Brasil, 2014.

Pensar em um turismo que contemple o conhecimento da história do período missioneiro articulado com visitas às ruínas presentes no território histórico missioneiro poderia ser instrumento importante na busca do desenvolvimento local. O advento do MERCOSUL e seus mecanismos de facilitação na circulação de pessoas pelo subcontinente forneceu um incremento para esta realidade, carecendo, contudo, de uma modernização quanto aos pontos turísticos vinculados ao período missioneiro.

2.3 COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO

Marcado pela disputa de poder e pela noção de limite, o território requer profundo entendimento, mesmo que não haja uma unicidade no pensamento quanto

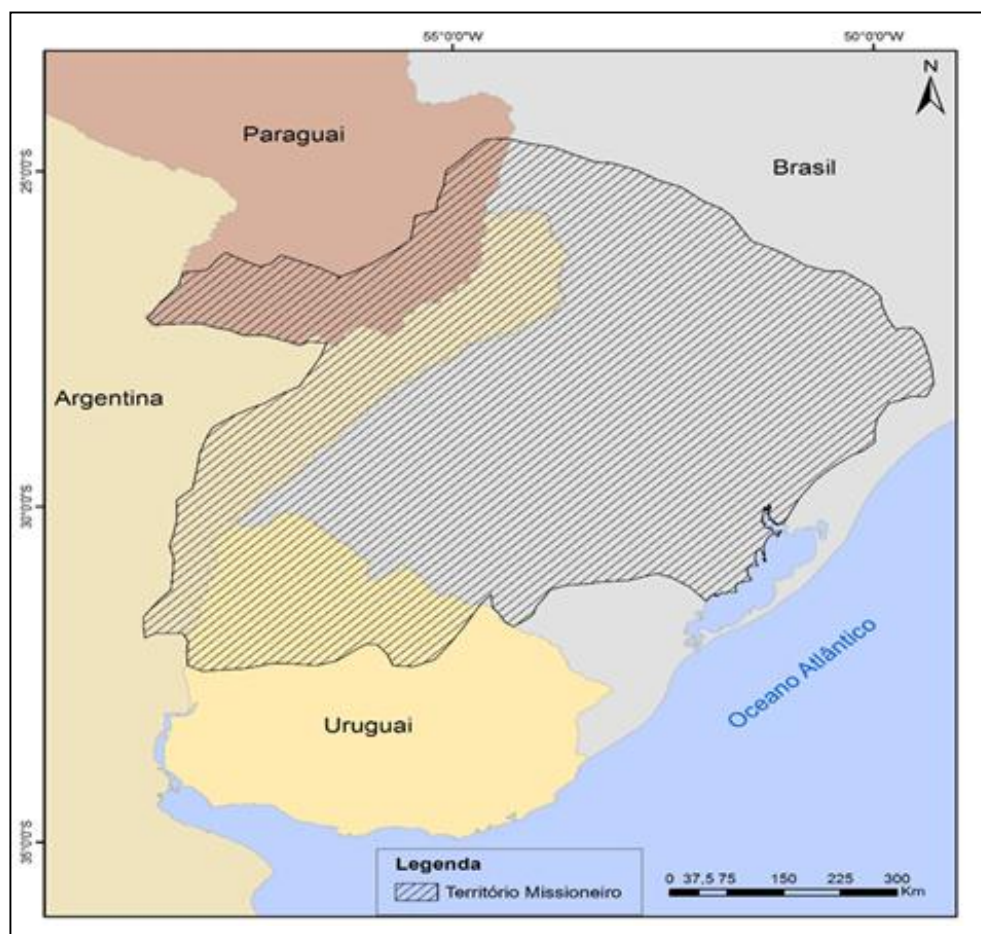
a sua conceituação. Etimologicamente, relembra-nos Lobato Corrêa, a palavra *território* tem sua origem no latim dos termos terra e *torium*, que significa “terra que pertence a alguém”, contudo Corrêa alerta que o pertencimento “não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação” (CORRÊA, 1998, p.251). Como demonstrado historicamente, a população indígena guarani se apropriou de forma contundente daquelas terras, fez dela sua subsistência e ali deixou suas marcas, vivenciadas até os dias de hoje.

Conforme já citado, Gotmann (2012) se debruça no texto *A evolução do conceito de território* sobre os possíveis entendimentos feitos do conceito de território. Compreende-se, na presente dissertação, que há uma superação, ainda que em parte, da afirmação do autor de que “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo” (GOTMANN, 2012, p. 1), pois o território histórico missioneiro supera a jurisdição de um único país, pois situa-se em quatro países (Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai). Ainda que atualmente os territórios estatais superem de forma cabal a existência de um território histórico missioneiro, vale ressaltar que as suas marcas ainda são presentes. Por isso, aqui, adiciona-se o termo histórico à essa compreensão.

Abordamos esse espaço como um território, abrindo mão de conceituá-lo como uma região, por entender que aquele é marcado pela disputa de poder desde o século XVI, em ocasião da chegada dos colonizadores ibéricos. Santos (2001) auxilia nessa reflexão quando coloca que “o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo de suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS, 2001, p.21).

O termo território é utilizado por outros autores que se debruçam sobre a temática, ao exemplo de Schallenberger (2007), que afirma que o “território Guarani” foi gerado a partir do controle do espaço, e de Santos e Rückert (2014), que utilizam o conceito “Território Transfronteiriço Missioneiro” dando ênfase ao fato do território estar situada em uma fronteira dividida por Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Outro fato que dá elementos para a defesa do território missioneiro encontra-se na tese de doutorado de Nogueira (2007), que traz a delimitação da expansão missioneira realizada por Abou (1996), conforme ilustra o Mapa 3. Os limites estabelecidos pela área de atuação das missões, onde se situaram os Trinta Povos, dão condições para que se compreenda como um território.

Mapa 3- Limites do Território Missioneiro



Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Para Raffestin (1980), a noção de espaço precede a de território, pois a territorialização de um espaço, que é conduzida por um ator, ocorre *a partir* do espaço (como uma noção de base material). Como já citado, de forma introdutória, o autor coloca o território como espaço de disputa, onde o poder se faz presente. Assim, a interação dos diferentes atores territoriais em uma relação de poder também vai moldando e constituindo o referido território.

Paasi (2003) define alguns elementos que constituem determinado espaço como território, a saber: elementos materiais (como uma porção de terra), elementos de controle do espaço e a dimensão do simbólico que está presente na identidade de um povo. Analisando cada um desses elementos, percebe-se que há a presença de todos eles no passado e no presente do território histórico missioneiro. Mesmo com as diferenças que cada país possui, os traços culturais são os que atualmente mais aproximam o território, com a presença das antigas ruínas que remontam à época das

missões, a presença ainda expressiva da população indígena guarani, além dos hábitos comuns, como o consumo do chimarrão e a venda dos artesanatos.

A compreensão de Santos (2001) sobre o conceito corrobora com o aqui defendido, pois entende-se por território uma extensão apropriada e utilizada pelas pessoas; e quando se utiliza o conceito de territorialidade fala-se “daquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado” (SANTOS, 2001, p.19). O autor ainda faz um alerta de que entender o território como o espaço associado a um país é uma compreensão mais restrita do conceito.

Coaduna-se com a visão de Santos (2001) aquela trazida por Becker (1983) quando define território como “um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social” (BECKER, 1983, p.8). O uso do espaço e a vivência exercida nele também dão forma ao território, assim como fizeram os padres jesuítas e os índios guaranis que, por meio do uso do espaço, conformaram seus limites, já que o limite, bem como a forma da malha territorial, também é elemento da relação de poder (BECKER, 1983). Eles também fizeram do território histórico missioneiro o lugar de suas práticas culturais, religiosas e sociais. Vale ressaltar que Raffestin (1993) também faz uso dessas premissas para conceber o território, utilizando o termo “prática espacial”, ao salientar que ela é responsável pela produção do território, mesmo que de forma tímida, pois atua nos seus nós, redes e tessituras.

Rosière (2007) explicita que a Geografia Política e a Geopolítica em sua renovação deveriam considerar os aspectos socioculturais na concepção do território. E, assim, postula que povos, etnias e sociedades podem produzir “territórios politicamente significativos” e que esses territórios irão possuir tanto sua forma quanto sua métrica diferente daquelas estabelecidas pelos Estados-Nações, já que essas formas não obedecem aos mesmos aspectos dos que conformam o Estado-Nação.

Amparado teoricamente em Raffestin (1980), Santos (2001), Becker (1983) e Paasi (2003), supracitados neste sub-capítulo, que trabalham de forma distinta com os conceitos de território, sustenta-se o conceito de território histórico missioneiro, por este ser dotado de elementos comuns unificadores (traços culturais conformados por hábitos, pela produção artística, pela proximidade linguística, pela influência e presença indígena) e por ter uma história pautada na disputa dos diferentes interesses dos atores territoriais, que sintetiza na busca pelo uso que se faz do território. Assim,

dos diversos prismas em que se possa olhar o território, encontramos em todos eles elementos que dão fundamento à caracterização daquele espaço como um território.

Como exemplo, se um território é caracterizado pela disputa de poder, a formação do território histórico missioneiro já se inicia assim, pois a chegada dos índios guaranis foi marcada pela disputa violenta com os que já ocupavam a região. Com a sua fixação, os guaranis logo estabeleceram como referência rios principais (Uruguai, Paraná e Iguazú), pois eles eram de suma importância para a existência e permanência da comunidade. Contudo, alerta Levinton e Snihur (2011) que eles nunca serviram como limite, pois consideravam “[...] como vínculo de união e comunicação na vastidão territorial. A rede fluvial atuava como fator de integração territorial [...]”¹³(LEVINTON; SNIHUR, 2011, p.19). De fato, os índios guaranis conseguiram estabelecer, através dos rios, uma comunicação com outras aldeias de outras tribos. Para os guaranis, a conformação de um território não se limitava apenas à terra, mas sim a tudo que está nela: animais, cursos d’água e a vegetação, pois enxergavam nisso os recursos necessários para a vida. Para os indígenas guaranis, a terra e o homem formavam um todo indissociável, pois estava inserida ali uma questão transcendental (LEVINTON; SNIHUR, 2011).

Diferentes autores, principalmente aqueles que tratam da história dos povos guaranis e das missões (RIBEIRO, 2013; SCHALLENBERGER, 2007), abordam o espaço de vivência dos povos indígenas como um território. Segundo Schallenberger (2007), o território missioneiro não era ocupado de forma uniforme, pois existiam espaços mais ou menos povoados. Isto ocorria em razão da fertilidade do solo, visto a dependência que tinham da agricultura, como já citado. Para o autor, já existia um espaço missioneiro, caracterizado pelos aspectos ambientais e culturais, e que nele foi projetada a evangelização promovida pelos padres jesuítas. Justamente nessa relação de controle do espaço missioneiro pelos jesuítas é que se conforma o território das missões e que em muito se parece com a territorialidade histórica guarani, como nomeia Schallenberger.

Mesmo que atualmente não se tenha mais a compreensão de que exista um território missioneiro, já que ele foi superado pela existência das colônias e, posteriormente, dos Estados-Nações (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), o termo *histórico* pontua as questões e disputas passadas e que são vividas e presentes na

¹³ No original: “[...] como vínculos de unión y comunicación en la vastedad territorial. La red fluvial actuaba como fator de integración territorial [...]”

atualidade. Ao se considerar o território dotado de “[...] uma realidade plural, diversa, contraditória”¹⁴ (ROSIÈRE, 2007, p.24), entende-se a possibilidade do território hoje fragmentado em Estados-Nações poder carregar consigo essas territorialidades passadas, e que em um dado momento podem se confrontar.

A história comum ocorrida no território em questão foi comum em vários momentos históricos. Eles são marcados pela cultura guarani, pela presença dos padres jesuítas imprimindo no território a cultura missioneira e pelo estabelecimento dos europeus. Por tais motivos, resgata-se a sua existência e a sua compreensão como um tronco da formação dos países. A delimitação geohistórica eleita para esta dissertação também possui fundamento quanto ao viés integracionista, já que ela remonta a um momento de integração entre uma região que foi dividida ao longo da história por interesses externos a ela. A conformação dos territórios nacionais já foi dada como um território único; com a integração busca-se unir novamente o que já foi separado, mas por certo que, agora, com realidades completamente diversas. Além disso, encontram-se elementos que justificam essa integração por meio da cultura, do turismo e da busca por um crescimento comum.

¹⁴No original: “[...] comme une réalité plurielle, diverse, contradictoire.” (ROSIÈRE, 2007, p.24)

3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Após o conhecimento do que compõe o território histórico missioneiro e o porquê de se utilizar essa categoria nesta dissertação, é preciso que se entenda como ocorreu o processo de integração no subcontinente, já que o grande propulsor do empreendimento estudado, que irá alterar em alguma medida o território histórico missioneiro, é o COSIPLAN-IIRSA e, conseqüentemente, a UNASUL.

O presente capítulo abordará o processo integracionista da América do Sul por meio da compreensão que se faz da Integração Regional. Assim, abordar-se-á as instituições supranacionais presentes no subcontinente, visto que todos os países estão inseridos em algum processo integracionista. Por fim, a partir dos processos de integração, os Estados almejam a busca do desenvolvimento, discurso que é utilizado na defesa dos referidos projetos, mesmo que eles sejam acompanhados de repercussões negativas.

3.1 A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Muitos são os motivos que impulsionam a integração entre os países sul-americanos, entre eles as questões culturais, as histórias de resistências e de independência, bem como os problemas econômicos. O movimento de países rumo à integração foi primeiramente realizado na Europa pós-segunda grande guerra, quando as economias nacionais estavam fracas em razão do conflito, necessitando, assim, de uma ajuda recíproca para mútuo fortalecimento, também mútuo.

Para Martínez (2011), os países pertencentes à América Latina possuem aspectos comuns que dão fundamento para que a integração ocorra entre eles, a saber: região com sólidos recursos naturais, semelhanças na estrutura e no modelo econômico colonial e neocolonial, diversidades e afinidades culturais, conflitos internos para solucionar e uma “fortaleza linguística”, já que seus habitantes conseguem se comunicar oralmente em espanhol e português. Contudo, muitos são os desafios que se enfrentam, tais como a dependência dos Estados Unidos, que foi imposta pelos governos nacionais durante o século XX, bem como, mesmo que de forma menor nas últimas décadas, a dependência do mercado externo. Outro desafio a ser enfrentado pelos projetos de integração é o de não desenvolver de forma mais intensa as economias influentes do subcontinente, como Brasil e Argentina, em

detrimento daquelas que ainda tem muito para desenvolver, já que a América do Sul apresenta-se como uma região de grandes disparidades, tanto internamente aos países, quanto entre as Nações. Todos estes elementos demonstram que o subcontinente possui vários objetivos e desafios comuns, o que é essencial na justificativa para a integração.

Por todos os motivos apresentados, torna-se essencial explicitar que a integração, na presente dissertação, é compreendida através do entendimento de Coutinho e Hoffman (2007) que considera como

[...] um processo ao longo do qual atores, inicialmente independentes, se unificam, se tornam parte de um todo, no caso de um sistema político, de tomada de decisão comum. Os atores envolvidos em um processo de integração podem ser governamentais ou não governamentais, e além disso, podem ser nacionais, subnacionais ou transnacionais (COUTINHO; HOFFMAN, 2007, p.7).

Apesar da integração ser entendida de forma mais generalizada, neste trabalho ela se realiza por meio da integração entre os Estados-Nações. Assim, tem-se que a integração regional de cunho estatal é um acordo político entre os Estados-Nações e que tem como centro os aspectos econômicos, e, em razão disso, seus principais objetivos são o “desenvolvimento e a melhor inserção da região na sociedade internacional” através de uma proteção mútua (SILVA; COSTA, 2013, p.25). Coaduna-se com isso a visão de que integrar diferentes Estados reside na oportunidade de, em uma ação conjunta, alcançar-se maior grau de *desenvolvimento* (humano e econômico), sendo este um meio para se obter menor dependência de grandes potências e de diminuir as assimetrias presentes no subcontinente, postulado por Simas (2012) e por Oliveira e Salgado (2011). Nesse sentido, Padula (2014) afirma, quando aborda sobre o combate às assimetrias, que os ganhos que ocorrem de forma conjunta são os que garantem a consolidação de um processo de integração, bem como sua estabilidade política. Considera-se, assim, fundamental a busca pela diminuição das assimetrias, quando se trata da integração sul-americana.

Dessa forma, a integração regional sempre foi parte importante na estratégia internacional dos países sul-americanos, principalmente com a internacionalização do capital, fato que marca a globalização. Com ela, os mercados internacionais tornaram-se mais próximos em razão da possibilidade de uma comunicação mais eficaz, acarretando em economias mais interdependentes e uma maior concorrência entre os Estados. A fim de se inserir de forma efetiva neste mercado competitivo, acordos

bilaterais ou multilaterais se mostraram eficazes, bem como os projetos de integração que não se limitaram apenas à área econômica. Em consonância com o exposto, Simas (2012) aponta que, além de possibilitar essa dinâmica quanto à economia (e comércio), as iniciativas integracionistas também podem “ressignificar o papel de cada país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e na geopolítica internacional” (SIMAS, 2012, p.18). Ao mesmo tempo em que isso ocorreu, dando uma sobrevida para uma instituição que perdia sua relevância, a integração também propiciou a aceleração do processo globalizante, pois ampliou as possibilidades de mercado para os países (SILVA; COSTA, 2013).

Foi com o fim da Segunda Grande Guerra que se viu emergir esse movimento político em direção à cooperação e à integração dos Estados Nacionais nos mais distintos âmbitos. O grande exemplo desse movimento, por óbvio, foi o da União Europeia, que, por meio da cooperação¹⁵ na área energética, evoluiu até se tornar o maior e mais evoluído processo integracionista. O fim da Segunda Guerra despertou esse movimento de forma mais concentrada na Europa, sendo difundida e generalizada para o resto do mundo, somente a partir do fim da Guerra Fria (SILVA; COSTA, 2013).

Importantes processos de integração presentes na América do Sul surgiram no contexto neoliberal, marcado dentro da perspectiva integracionista pelo Regionalismo Aberto. São emblemáticos dessa nova fase regionalista o surgimento do MERCOSUL¹⁶ e da IIRSA. O Regionalismo Aberto publicado pela CEPAL em 1994 tinha como proposta a liberalização econômica intrarregional, sendo parte do processo de liberalização econômica internacional (PADULA, 2014). Simas (2012) ainda adverte que a compreensão do contexto neoliberal – momento da formação da IIRSA – era de que se deveria “integrar internamente para crescer externamente”. Isto é, tem-se por meio da IIRSA uma integração com o olhar para fora, que deseja crescer no mercado internacional, ao invés de voltar suas forças para o comércio e para a economia interna aos países membros do processo. Neste ínterim, os países

¹⁵ Silva e Costa (2013) atentam para a discriminação que deve ser feita entre a cooperação e a integração. A primeira caracteriza-se por os Estados atuarem de forma conjunta mesmo que tenham objetivos diferentes. Já a integração pressupõe a transformação desses diferentes objetivos em uma meta única.

¹⁶ Mesmo que o MERCOSUL tenha surgido no ano de 1991, antes da formulação do Regionalismo Aberto pela CEPAL em 1994, foi no fim de 1994 que é assinado o Tratado de Ouro Negro, onde encontra-se sua configuração atual.

seguiram, por meio dos processos integracionistas, o que estava posto no Consenso de Washington¹⁷, que consistia em recomendações elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BM com teor privatista, de liberalização econômica, investimento estrangeiro, disciplina fiscal, entre outros lineamentos.

Após esse entendimento, é possível analisar as propostas de integração em diferentes momentos, cada uma delas resguardando suas características comuns ao seu momento histórico. Lembra-se aqui que, por muitos anos, tenha sido o Estado fora o único ator responsável pela integração, mas que isso já não ocorre atualmente.

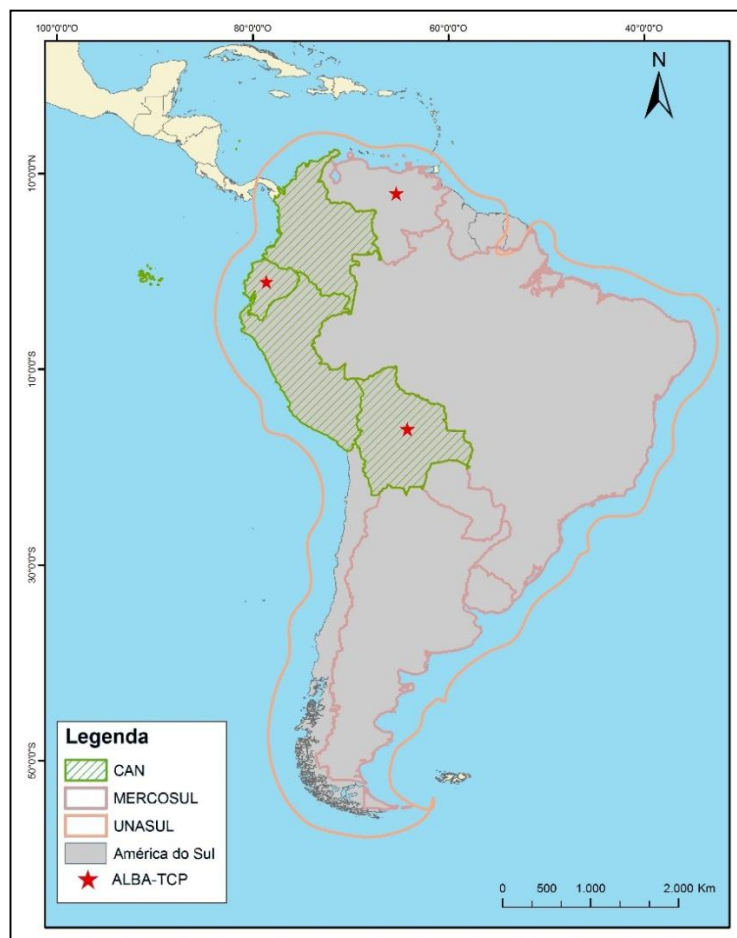
3.2 ORGANIZAÇÕES INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA DO SUL

A integração entre os países do subcontinente sul-americano, bem como da América Latina, há muito tempo é desejada e pensada por políticos e teóricos. Foram várias as etapas e iniciativas que ocorreram para que hoje as diversas propostas existissem (vide o Mapa 4), o que demonstra a adesão dos países nos mais diversos projetos de integração na América do Sul, seguindo o que é uma tendência no mundo: o aumento exponencial de organizações internacionais¹⁸.

¹⁷ Definido por Bresser-Pereira (2010) como uma estratégia pensada externamente à América do Sul, baseada na desregulação dos mercados, no crescimento com poupança externa, em altas taxas de juros e em taxas de câmbio sobrevalorizadas.

¹⁸ Segundo dados de Silva e Costa (2013) antes da Primeira Guerra as organizações internacionais contabilizavam em cinquenta, caracterizadas por serem mais simples quanto aos seus fins e estruturação do que as que viriam pós-Segunda Guerra, que contabilizavam em oitenta. Hoje, em razão do processo de globalização, elas somam num total de 350.

Mapa 4 - Adesão dos países por Projetos Integracionistas



Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Faz-se relevante remontar a história da integração sul-americana, cujo início data do fim da década de 1940 com o surgimento da CEPAL, que, na época, objetivava, através de seus pensadores, ao exemplo de Raúl Prebisch, que a integração comercial e econômica fosse a responsável por seu desenvolvimento, superando, assim, a alcunha já de algumas décadas de região subdesenvolvida. As trocas comerciais com os países desenvolvidos tinham se mostrado ineficazes para o crescimento econômico da América do Sul, pois elas apenas reforçavam os laços de dependência. Assim, a proposta da CEPAL baseava-se na diminuição dessa dependência por meio da industrialização, substituindo-se as importações, e formando um mercado regional e uma indústria interna. A CEPAL – uma comissão regional da Organização das Nações Unidas (ONU) que conta com a participação de países latino-americanos e caribenhos – estimulou muitos dos processos que serão

descritos. Atualmente a comissão é responsável por estudos sobre o desenvolvimento e levantamentos estatísticos para a América Latina e Caribe.

Em decorrência da existência da CEPAL, iniciativas começaram a surgir apenas na década de 1960, pois, como aponta Oliveira e Salgado (2011), muitos foram os motivos que retardaram os processos de integração, a exemplo das disputas territoriais e da ausência de comunicação física entre os países. Seu início se dá com a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), na década de 1960, que buscava a criação de uma zona de livre comércio, propiciando a formação de um mercado regional ainda pouco desenvolvido. Nem todos os países se fizeram presentes nesta iniciativa, e, ao invés do fortalecimento da economia regional, o resultado foi o aumento de acirramentos econômicos. Ainda assim, depois dessa iniciativa, a taxa do comércio entre os países aumentou em 4%, dado pouco expressivo, mas que revela uma melhora (OLIVEIRA; SALGADO, 2011).

Na década de 1980, em razão da experiência oriunda da ALALC, surgiram a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Pacto Andino. A ALADI assume o papel de substituir a ALALC na busca dos mesmos objetivos, mas com a experiência anterior dos erros cometidos. Um destes erros foi a rigidez quanto aos tratados bilaterais. Na ALALC não eram permitidos esses tipos de acordos: o que era firmado com um país, deveria valer para todos. No entanto, após a formação da ALADI, isso deixa de existir, permitindo a existência dos acordos bilaterais.

O Pacto Andino formou-se para integrar países com simetria econômica e cultural visando o desenvolvimentismo. Essa iniciativa é presente até os dias atuais, mas com novo nome: Comunidade Andina de Nações (CAN). Outras iniciativas também surgiram neste sentido, porém não se configuraram como projetos integracionistas, são elas: o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) e o Grupo Rio (1986).

Somente na década de 1990, a América do Sul atentou-se, de fato, à importância destes processos integracionistas para o avanço econômico da região, espelhando-se nas práticas internacionais já bem sucedidas. Para Fiori (2009), a globalização e as forças de mercado foram responsáveis pela homogeneização do desenvolvimento e da riqueza, fazendo com que os países abrissem mão do “egoísmo nacional”, e buscando a consolidação da democracia e de uma relação mais estável com seus vizinhos quanto às disputas territoriais, estabelecendo “paz dos mercados e dos povos” (FIORI, 2009, p.227).

Neste contexto, é criado o MERCOSUL (1991), com a liderança do Brasil, que naquele momento, se destacava como a principal economia do subcontinente, fruto da aproximação deste país com a Argentina e do momento, ainda recente, da redemocratização em todo o subcontinente. Por meio do Tratado de Assunção, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assumem o compromisso da busca pela

livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, 2016).

O objetivo real e derradeiro dessa iniciativa é a União Aduaneira, que, segundo a divisão realizada por Béla Balassa no livro *A Teoria da Integração Econômica*¹⁹ (1961), significa a adoção de tarifas externas comuns em relação aos terceiros países. A compreensão deste processo se faz necessária, pois foi a primeira grande integração que teve repercussão na vida dos cidadãos sul-americanos. Isso ocorreu em razão da maior facilidade na circulação de pessoas e de produtos entre os países, não sendo mais necessário o passaporte para os cidadãos mercosulinos circularem entre os países-membros, além de facilidades para a moradia, de benefícios quanto à seguridade social e da facilidade no reconhecimento de diplomas. Passados os anos, desde seu início, o MERCOSUL vem sendo visto como uma União Aduaneira imperfeita, por ainda não ser uma zona de livre comércio. Torna-se relevante, neste momento, destacar que, assim como a IIRSA, o MERCOSUL também deteve seu olhar para as infraestruturas e a necessidade de financiá-las. Em razão disso, em 2005, foi lançado o Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM), que destina o dinheiro do fundo para os países de menor expressividade econômica, a fim de diminuir as assimetrias da região sul-americana.

A UNASUL é criada em 2008, já em um contexto muito diferente daquele que fez surgir o MERCOSUL: nesse momento a América do Sul é marcada por governos

¹⁹ Neste livro, o economista Béla Balassa apresentou quais seriam as etapas para uma integração econômica regional total, sendo divididas, numa ordem evolutiva, da seguinte maneira: 1) Zona de Livre Comércio: extinção das barreiras alfandegárias entre os países membros; 2) União Aduaneira: adoção de uma área de livre circulação com tarifas externas comuns para a importação; 3) Mercado Comum: quando se tem liberdade de circulação de bens, de serviços e de fatores produtivos; 4) União Econômica: adoção de uma mesma política econômica e de uma união monetária (adoção de uma mesma moeda); e, por fim, a 5) Integração Total: quando se tem uma unidade territorial, política e econômica.

de centro-esquerda²⁰, que dão maior importância para a diminuição das desigualdades sociais e o acesso à educação, mas que também demonstram preocupação com as questões ambientais, que há um tempo já eram alvos de tratados e cúpulas. Esse contexto é marcado também pela desaceleração do MERCOSUL, do ponto de vista de sua ação comercial (OLIVEIRA; SALGADO, 2011). A criação da UNASUL foi uma continuação de uma iniciativa anterior, a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), que objetivava articular as propostas de integração já existentes, principalmente entre o MERCOSUL e o Pacto Andino, além de abordar a resolução dos problemas de infraestrutura e de alcançar uma integração comercial e política. Mesmo já havendo esta construção anterior, a UNASUL ganha força na sua contraposição à ALCA, para mostrar que, de forma independente, essas nações não são mais alinhadas de forma incondicional aos Estados Unidos, o que prova a organização desses países através de um processo integracionista que não teria sentido único na questão comercial, mas sim nas diferentes áreas de importância para os países do subcontinente.

O contexto do surgimento da UNASUL possibilitou o estreitamento das relações entre os países sul-americanos, principalmente entre o Brasil, à época presidido por Luís Inácio Lula da Silva, e a Argentina, governada por Nestor Kirchner, mostrando, de forma efetiva o amadurecimento nesta relação que deu seus primeiros sinais com o advento do MERCOSUL. O Brasil ganha maior destaque neste cenário, pois é visto como uma potência emergente, logo, um líder econômico de todo este processo. Esta iniciativa, segundo o Itamaraty (2016), marca a “superação da desconfiança que havia entre os países sul-americanos desde os movimentos de independência, no século XIX”.

A UNASUL foi criada para sanar tanto novas necessidades e demandas quanto também aquelas que ainda não haviam sido supridas. Assim, esta nova união preocupava-se com as áreas estruturantes, como a integração política, a infraestrutura e a energia. Além dessas novas preocupações, ela apresenta em seu

²⁰ A chamada onda vermelha que atinge os países da América do Sul, marca a chegada de presidentes de centro-esquerda ao poder. O primeiro a ser eleito foi Hugo Chávez (Venezuela-1998), seguido por Lula da Silva (Brasil-2002), Néstor Kirchner (Argentina-2003), Tabaré Vázquez (Uruguai-2005), Evo Morales (Bolívia-2006), Rafael Correa (Equador-2006) e Fernando Lugo (Paraguai-2008). Todos estes tinham forte ligação com o pensamento de esquerda, caracterizando seus governos pela presença de programas sociais e de teor mais popular, e marcados por instabilidades. Cabe aqui ressaltar que o presidente venezuelano à época Hugo Chávez foi “deposto” por cerca de dois dias, Fernando Lugo teve seu mandato caçado pelo senado, e Dilma Rousseff, sucessora de Lula, também teve seu mandato caçado pelos parlamentares.

documento constitutivo uma nova visada para a integração, na qual possuem importância os aspectos culturais e históricos, como salienta o seguinte trecho:

APOIADAS na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngües e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sulamericanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum (TRATADO CONSTITUTIVO UNASUL, 2008, p.1).

Essa nova forma de olhar para a integração rende à UNASUL novos desafios e novos objetivos. Ela é vista como um instrumento para articular os distintos polos econômicos presentes na região, podendo promover uma interação maior entre os polos locais com os globais, permitindo esse ingresso na economia global capitalista que se apresentava à época (OLIVEIRA; SALGADO, 2011). Atualmente, uma importante função da UNASUL, para além de ser grande incentivadora da coesão territorial, é a responsabilidade de buscar a resolução de conflitos existentes no subcontinente, que são superados no campo da diplomacia. Um exemplo emblemático de um desses momentos ocorreu em 2012, quando os parlamentares paraguaios depuseram o então presidente, Fernando Lugo, em razão do rompimento de uma lógica que prosperava por décadas no país²¹, e pelas políticas públicas que estavam sendo implementadas visando mudanças sociais. A justificativa para essa ação foi responsabilizar o chefe de governo pela crise econômica e política. Em razão da deposição, o Paraguai foi suspenso da UNASUL até que ocorresse o pleno restabelecimento da ordem democrática no país, com a eleição de um presidente pelo voto popular, o que ocorreu em agosto de 2013. Fatos como o citado rompem com a Cláusula Democrática da UNASUL, que prevê “sanções para países cujo governos forem constituídos por meio de golpe de Estado” (OLIVEIRA; SALGADO, 2011, p.14), cláusula esta tão importante que se tornou protocolo adicional ao tratado constitutivo da UNASUL.

Por se tratar do projeto de integração onde está inserido o COSIPLAN-IIRSA, cabe aqui tratar de forma mais profunda a respeito de sua estrutura institucional. Ela ocorre de forma hierárquica, sendo o primeiro conselho composto pelos chefes de Estado, que são responsáveis por acordar sobre os lineamentos políticos da integração, escolher as prioridades quanto à implementação de projetos e decidir

²¹ O Paraguai foi governado por sessenta anos consecutivos pelo Partido Colorado, cujas ideias se alinham ao conservadorismo e ao nacionalismo.

sobre as relações com os países não membros da UNASUL. Sob sua supervisão, está o conselho de ministros de Relações Exteriores, que fazem resoluções a partir das decisões tomadas pelos Chefes de Estado. O conselho de Delegados, o terceiro na ordem hierárquica, tem por responsabilidade implementar as decisões do conselho de Chefes de Estado. A Secretaria Geral, última nesta linha, é quem garante funcionamento da instituição, com o direito de propor iniciativas. Além destas instâncias, existem os conselhos setoriais, responsáveis por temáticas distintas. Um destes é o COSIPLAN, o responsável pelo planejamento e infraestrutura da América do Sul. São relevantes, também, o conselho de Energia, de Defesa e de Eleições, a título de exemplo.

Outras iniciativas além das citadas estão presentes em território sul-americano, como a ALBA-TCP, de origem venezuelana, que traduz muitas das intencionalidades dos países de esquerda; a CAN, já citada, que deseja promover a integração econômica e social dos países andinos; e a ALCA, tentativa frustrada dos Estados Unidos em implantar uma área de livre comércio com os países de toda a América, exceto Cuba.

3.3 O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

A concepção de desenvolvimento caminhou juntamente à concepção integracionista, principalmente quando do surgimento da CEPAL. Um dos textos que auxiliam teoricamente a Comissão é intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, elaborado por Prebisch em 1949, onde se dizia que por meio de uma comércio exterior cada vez maior e da industrialização, alcançar o desenvolvimento econômico. Neste tempo, os países latino-americanos eram vistos como periféricos (em contra posição aos centros), isto é, subdesenvolvidos (PREBISCH, 1962). Logo, o desenvolvimento estava relacionado à produtividade e à técnica. Políticas que seguiam esse entendimento foram postas em prática na década de 1950 e 1960, a exemplo do Brasil com o governo de Juscelino Kubitschek. Com o passar dos anos o pensamento cepalino também foi ganhando novos contornos em seu entendimento de como os países latino-americanos alcançariam o desenvolvimento. Desta vez Prebisch salienta a importância dos capitais internacionais para o crescimento das economias do

subcontinente, marca principal do período neoliberal (TRASPDINI; MANDARINO, 2013).

A busca incessante pelo desenvolvimento foi utilizada como discurso, como motivo e como meio para se justificar variadas ações dos governos sul-americanos, no que tange a integração ainda hoje. Com a emergência dos presidentes de centro-esquerda na América do Sul, abriu-se mão de seguir os lineamentos do Consenso de Washington, adotado em sua maioria durante a década de 1990, para construir um Novo Desenvolvimentismo, nome cunhado por Bresser-Pereira. Esse novo modelo é caracterizado por

[...] um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.17).

Com essa nova realidade política e com um novo olhar para o desenvolvimento, almejou-se articular crescimento econômico com avanços sociais. Para tanto, essa ambição também se faz presente nos processos integracionistas, como a UNASUL. Em seu tratado constitutivo, é posto como um de seus princípios a busca por um desenvolvimento sustentável. E entre seus objetivos está a busca pelo desenvolvimento social, a fim de que se erradique a pobreza e as assimetrias no subcontinente. Ainda é pautado, no mesmo tratado, que o desenvolvimento econômico seja fruto das complementaridades econômicas, mais uma vez visando à simetria entre os Estados membros (Tratado Constitutivo UNASUL, 2008). Nos discursos e nos tratados, a busca pelo desenvolvimento está relacionada à economia, pois compreende-se que, dentro do sistema capitalista, os países sul-americanos conseguirão emergir social e economicamente. A mesma compreensão se faz para o desenvolvimento sustentável, isto é, que garanta as condições ambientais para as gerações futuras, no entanto, esse objetivo torna-se um tanto contraditório em razão de que o COSIPLAN-IIRSA corrobora com o modelo agroexportador que agride o solo e que é responsável pelo desmatamento da Amazônia, além de que, por meio dos projetos da IIRSA, ocorrem vários ataques ao meio ambiente, ao exemplo da implementação de hidrelétricas que desmatam ao iniciar as obras e, posteriormente, quando formam os reservatórios.

Na perspectiva de acompanhar o crescimento da última década dos países da América do Sul, a questão energética torna-se fundamental. Contudo, esse discurso não acompanha o pensamento de críticos que questionam o porquê se deve crescer e que tipo de desenvolvimento se objetiva com esse tipo de energia. Por certo que a demanda de energia apresentou grande crescimento e, para responder a isso, opta-se pela energia hidrelétrica pelo fato de, principalmente o Brasil – mas também os demais países da América do Sul – ser drenado por diversos rios, transformando-se em um recurso abundante.

A energia produzida pelas hidrelétricas está situada entre aquelas que são renováveis, isto é, em que o recurso não se esgota com a produção energética. A água que entra nas turbinas, transformando a sua força em energia elétrica é de similar quantidade com a que sai depois da energia gerada. Porém, esse tipo de energia não é considerada a mais limpa quando comparada com a produção através de parques eólicos, energia fotovoltaica e biomassa. Segundo o professor Paulo Brack (2016), em palestra ministrada sobre as hidrelétricas no rio Uruguai, a energia hidrelétrica não é considerada exatamente uma energia limpa, pois suas turbinas liberam partículas de metano na atmosfera, contribuindo para o efeito estufa.

Frente aos problemas relacionados à produção de energia e ao modo de vida e de consumo que se tem no presente, faz-se necessária a reflexão sobre como produzimos a energia e para quem se produz. Raffestin (1983), por exemplo, pondera que “ou modificamos as nossas práticas, ou nos faltarão certas matérias primas num futuro mais ou menos próximo” (RAFFESTIN, 1983, p.227). Há que se repensar os padrões de consumo e, quando se trata do consumo de energia, esse movimento é destinado não só às pessoas comuns, mas principalmente às grandes indústrias, principais responsáveis por esse consumo.

Quando se mede a busca pelo desenvolvimento por meio da implementação de hidrelétricas junto ao ônus que ela traz consigo, percebe-se que, para os governos, as hidrelétricas pesam muito mais, justamente por elas permitirem e darem base a um possível crescimento econômico. A defesa da implementação das hidrelétricas está ajustada ao discurso desenvolvimentista, como fizeram os governos de Brasil, Argentina e Paraguai, levando a cabo os projetos das hidrelétricas.

Os discursos políticos defendem os projetos do COSIPLAN-IIRSA pois, em sua perspectiva, são propulsores do possível desenvolvimento sul-americano, possibilitando, inclusive, o desenvolvimento de regiões mais afastadas e isoladas em

razão da comunicação (terrestre/instalação de cabo ótico), além de que possibilitariam a diminuição das assimetrias regionais. Esse discurso desenvolvimentista, entretanto, não pondera as questões ambientais tão pungentes na atual sociedade.

Autores que abordam a presente temática desta dissertação apontam para a reflexão, como faz Simas (2012), de que a integração física não se faz mais urgente do que a integração na área da educação ou da saúde, como pratica a ALBA-TCP, já que a América do Sul ainda é carente nessas áreas. Depreende-se disso que a busca pelo desenvolvimento econômico, quando se trata de integração, é muito mais urgente na visão dos governos. Nesse contexto, a questão energética ganha grande destaque, visto que é ela quem proporciona condição fundamental para os países alcançarem o nível de desenvolvimento desejado. Então, cabe aqui que se pense em como esse desenvolvimento está sendo pensado, e para quais fins, de fato, ele serve.

4 O COSIPLAN-IIRSA: O PROMOTOR DA INTEGRAÇÃO FÍSICA

Projetos que visam a integração de infraestrutura na América do Sul foram pensados e teorizados muito antes de sua implementação, e a iniciativa do COSIPLAN-IIRSA não foi diferente. Hirt (2013) aponta que a base teórica da IIRSA está fundada em dois documentos: o *Infraestructure for Sustainable Development and Integration os South America*, estudo realizado por Eliezer Batista no ano de 1996 destinado à CAF²². Nesse estudo, a infraestrutura já era pensada por meio de eixos, chamados de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, utilizados nos Planos Plurianuais no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esse escrito baseou-se na “concepção geoeconômica e a análise técnica da iniciativa” (PADULA, 2014, p.312). Também foi utilizado para a formulação da IIRSA o estudo realizado pelo BID, *Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en America del Sur*, em que foram detectados os problemas que impedem o crescimento do comércio da América do Sul, estruturando o subcontinente em eixos, visando um maior intercâmbio com as economias internacionais (VITTE, 2006).

Nos anos 2000, após a elaboração desses documentos e com a discussão já iniciada em ocasião do 40º aniversário do BID (VITTE, 2006), os presidentes dos países da América do Sul se reuniram em Brasília, convidados pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em razão dos 500 anos do país-sede da reunião, para promover soluções para os problemas logísticos que o subcontinente passava, o que perdura até os dias de hoje. A causa dessas deficiências pode estar situada nas barreiras geográficas, conforme situa Padula (2014), mas também na ausência de investimentos no setor.

Em razão dessas deficiências, a reunião tornou-se relevante, pois a economia da região se caracteriza pela exportação de *commodities*, gerando a dependência de uma ampla e densa infraestrutura, principalmente no setor dos transportes, mais precisamente no modal rodoviário. A partir desta reunião, os países concordaram em levar a diante um plano de ação para a Integração da Infraestrutura Regional para a América do Sul, a IIRSA, quando foram identificados cerca de 290 projetos necessários para a integração. Assim, conforme aponta Vitte (2006), a IIRSA visa uma

²² Corporação Andina de Fomento.

“nova onda de modernização das infraestruturas produtivas” (VITTE, 2006, p. 34) com o objetivo de fortalecer as economias locais frente ao mercado internacional.

Nessa reunião, foi posta como solução para esses desafios a integração e a cooperação entre os doze países organizados por meio dos eixos de integração e desenvolvimento (EIDs), distribuídos na América do Sul. Essa estruturação segue até os dias de hoje e dividem-se em nove: Amazonas, Andino, Capricórnio, Sul, Planalto das Guianas, Hidrovia Paraná-Paraguai, Interoceânico, Mercosul-Chile e Peru-Bolívia-Brasil. É por meio desses eixos que o projeto de integração promovido pela UNASUL organiza o espaço sul-americano, criando, na maioria deles, corredores que conectam o Oceano Atlântico e o Pacífico, atravessando o subcontinente no sentido leste-oeste. A criação de eixos e das infraestruturas que vão lhes dar vida promove uma maior facilidade na circulação de pessoas e de mercadorias. Críticas ao COSIPLAN-IIRSA residem neste ponto, pois os eixos promovem claramente uma facilidade no escoamento de *commodities* destinadas à exportação para o continente europeu (via Oceano Atlântico) e para o continente asiático (via Pacífico). Caso houvesse o único ímpeto de integrar o subcontinente, os eixos poderiam conectar os países no sentido norte-sul, mas não é isso que ocorre. Contudo, cabe frisar que sempre quando uma rodovia ou outro modal de transporte é construído, seu uso não fica restrito à área comercial, mas também se dá para a circulação de pessoas.

No discurso institucional do COSIPLAN-IIRSA, esse modelo de estruturação do subcontinente é uma forma de catalisar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, na busca de um mesmo objetivo, chegando, assim, a um consenso quanto aos projetos implementados em cada eixo (UNASUL, 2014a). Essa estruturação é caracterizada, pela UNASUL, como uma faixa composta por diferentes países, que possui recursos naturais, serviços logísticos, assentamentos humanos e áreas produtivas e que, vinculada às obras na área da comunicação, transporte e energia, promoveria e facilitaria o fluxo de pessoas e de bens, serviços e informações (UNASUL, 2014a, p.19).

Para a elaboração dos EIDs, foram considerados alguns aspectos na determinação do que seria um eixo e de qual seria sua área de abrangência. No seu surgimento, nos anos 2000, elencou-se doze eixos presentes no subcontinente, número diminuindo com o passar do tempo e em razão das características necessárias. Neste momento eles já se configuravam como sendo eixos geoeconômicos sub-regionais (MARIANO, 2014). Os aspectos levantados foram,

primeiramente, a cobertura total dos doze países (um país deve estar ao menos em um eixo) e a identificação dos fluxos de comércio (inclusive potencialidades), conforme apresenta a Carteira de Projetos de 2014:

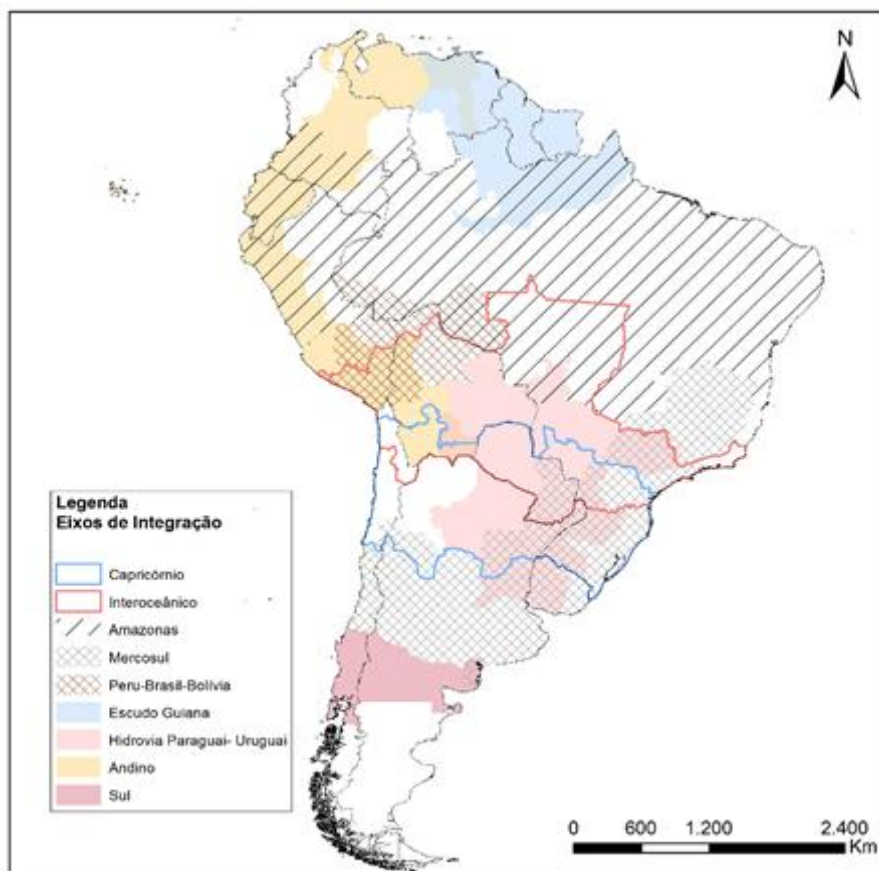
Eixos são um âmbito por onde transitam os principais fluxos comerciais e intrarregionais, segundo os padrões históricos de comércio, que é viabilizado pela infraestrutura existente e também leva em conta o potencial produtivo dos espaços regionais²³ (UNASUL, 2014a, p.20).

Além desses pontos, foram considerados para os EIDs outros três fatores: os investimentos feitos nos locais e os futuros em curto prazo; o interesse das populações e dos setores produtivos no desenvolvimento e na infraestrutura local; e a identificação de reservas florestais, em razão da diversidade existente entre as regiões e a identificação de oportunidades para as populações locais (UNASUL, 2014a). Em razão de todos esses fatores, os EIDs foram reorganizados em nove eixos²⁴, conforme ilustra o Mapa 5.

²³ No original: Ejes son un ámbito por donde transitan os principales flujos comerciales intrarregionales, según los patrones históricos de comercio, que es viabilizado por la infraestructura existente, y también toma en cuenta el potencial productivo de los espacios regionales (UNASUL, 2014, p.20).

²⁴ Ocorre uma reformulação quanto ao número de EIDs com a entrada da IIRSA na UNASUL.

Mapa 5 - Eixos de Integração e Desenvolvimento



Fonte: IIRSA, 2016.

Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Com o entendimento dado sobre os EIDs, retoma-se ao momento de criação, nos anos 2000, da IIRSA, que postula em seu tratado constitutivo “impulsionar a integração e a modernização da infraestrutura física através de uma concepção regional do espaço sul-americano” (BRASIL, 2000, p.1). Nesse formato, ela surge com o objetivo de modernizar e ampliar a infraestrutura por meio de um plano de ação com duração de dez anos, destinadas às áreas da comunicação, energia e transporte. Com o investimento no transporte, nos diferentes modais, tornar-se-ia mais fácil a circulação de pessoas, mercadorias e veículos na fronteira, assim como o comércio seria dinamizado. Enquanto a produção e a transmissão de energia eram compreendidas pelos presidentes à época como fator de aproximação entre os países, a importância da comunicação era dada em razão da emergência da utilização da *internet*.

A criação da IIRSA foi relevante, pois havia de fato uma carência nas infraestruturas que comunicassem (das diferentes maneiras) os países sul-americanos. Simas (2012) aponta que a precária infraestrutura é motivo para a difícil inserção das economias no mercado internacional, sendo necessários os investimentos no setor, que devem efetivar a comunicação no viés do aproveitamento das sinergias e da complementaridade econômica. Além dessas motivações, estavam atreladas ao surgimento da IIRSA, segundo Mariano (2014), as demandas internas dos países, em detrimento de uma visão integradora. Assim, opta-se pelos projetos voltados para o transporte, em vez daqueles que promoveriam a integração energética ou da comunicação.

A formulação da IIRSA também estava inserida e atenta ao contexto da globalização, conforme já explicitado, e por isso deveria ser pensada, como aponta o Comunicado de Brasília (2000), na perspectiva do equilíbrio e de um desenvolvimento igualitário entre os países, sendo ela uma forma de se alcançar o desenvolvimento na região e o bem estar social. Por meio da iniciativa, poderia almejar “a ampliação do comércio, a expansão dos fluxos de investimento e a maior divulgação do conhecimento e da tecnologia” (BRASIL, 2000, p. 3). Então, no contexto em que aparece, a IIRSA se apresenta como ferramenta indispensável para o crescimento do subcontinente, cuja implementação de seus projetos seria incontestável, mesmo que estes não tenham passado e ainda não passem pelo crivo da população.

Em seus primeiros dez anos (2000-2010), a IIRSA atuou como um mecanismo institucional de coordenação das ações intergovernamentais dos países da América do Sul. Em razão disso, criou-se uma carteira de projetos com mais de quinhentas iniciativas distribuídas pelos países articuladas através dos EID's. Nesses dez anos, a IIRSA passou por três diferentes fases: a primeira, a formação da iniciativa, a criação do plano de ação e seus princípios orientadores; a segunda fase caracterizou-se pela planificação, com a formação da primeira agenda de projetos, a aplicação da metodologia para planificação territorial e o surgimento das coordenações nacionais; por fim, a terceira fase ocorreu a partir de 2005 com a implementação e a consolidação da IIRSA, caracterizando-se pela elaboração dos objetivos específicos, pela segunda etapa da planificação territorial e pela aplicação da chamada Agenda de Implementação Consensuada, que priorizou 31 projetos de grande *impacto* territorial.

Em 2009, O COSIPLAN é criado como um conselho ministerial setorial da UNASUL. Esses conselhos são de profunda importância pois são eles que materializam e que de fato executam o processo de integração. E a partir destes conselhos é que a população sul-americana percebe a existência da UNASUL. O COSIPLAN caracteriza-se por ser um espaço de discussão sobre as políticas e estratégias dos programas e projetos que visam à integração da infraestrutura regional dos países da UNASUL (IIRSA, 2012). Sendo assim, ela é considerada estratégica para o desenvolvimento regional, além de objetivar a articulação política entre os países para alcançar a concretização dos projetos de infraestrutura, coordenados por uma cúpula composta por representantes dos Estados-membros, garantindo que os interesses nacionais sejam atendidos, diferente de como ocorria com a IIRSA (MARIANO, 2014). Assim, desde seu surgimento, esse conselho desenvolveu um Plano de Ação Estratégico (PAE)²⁵ para os próximos dez anos, contados a partir de 2012, cujo principal desafio está em conquistar apoio político e financeiro para as ações da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API)²⁶ (UNASUL, 2014a). Com o passar dos anos, o COSIPLAN começa a agregar um outro olhar para a visão estratégica da região, adicionando, em 2013, na IV Reunião Ordinária, que a integração física deveria promover a integração entre os cidadãos sul-americanos (UNASUL, 2014a).

Conforme Padula (2014), com esse novo fato, a IIRSA passa a integrar o COSIPLAN de forma efetiva em 2010, como seu foro técnico, utilizando seu acervo acerca do planejamento territorial e da identificação dos projetos mais relevantes para a efetivação da integração física. Nesse novo cenário, a presença das instituições financiadoras privadas (CAF, BID²⁷ e FONPLATA²⁸) diminui frente aos interesses nacionais, fazendo com que os projetos tenham um apelo mais integracionista e menos comercial. À IIRSA é atribuída uma nova função, pois passa a elaborar o

²⁵ O PAE foi pensado pelos ministérios das áreas de planejamento e infraestrutura dos países-membros da UNASUL. Criado no mesmo ano de adesão da IIRSA ao COSIPLAN, o Plano de Ação já levava em conta o trabalho realizado anteriormente pela IIRSA, principalmente a metodologia de Planificação Territorial (UNASUL, 2014a).

²⁶ Para ser considerado prioritário, um projeto da carteira do COSIPLAN deve: fazer parte do Portfólio de Projetos do COSIPLAN, ser prioridade na ação de governo e contar com compromisso de realização; contar com estudos de viabilidade, ou o país ter verbas alocadas no orçamento para iniciar a sua execução; consolidar as redes de conectividade com abrangência regional; e, por fim, gerar a oportunidade ou necessidade do desenvolvimento de um programa de ações complementares para a prestação efetiva de serviços e o desenvolvimento sustentável do território.

²⁷ Banco Interamericano de Desenvolvimento

²⁸ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

planejamento para a integração física; atualiza, avalia e monitora a execução da Carteira de Projetos e a Agenda de Implementação Consensual; e apresenta ao Conselho o correspondente relatório de atividades realizadas (COSIPLAN-IIRSA, 2012). Atualmente, todos os projetos vinculados ao COSIPLAN-IIRSA estão organizados no Sistema de Informações de Projetos (SIP) no qual se encontram os dados relevantes dos mais de 580 projetos, como o custo e o tipo das obras, a etapa em que se encontram (perfil, pré-execução, execução e concluído), qual o tipo de financiamento (público, privado, público-privado), quais países estão envolvidos (os projetos podem ser nacionais, binacionais ou multinacionais), em que área do COSIPLAN-IIRSA ela está situada (comunicação, transporte, energia), bem como o prazo final para acompanhamento do andamento da obra. Todos esses dados estão disponíveis para o público e são essenciais para o acompanhamento e o acesso da sociedade civil à informação das administrações públicas.

A passagem da IIRSA para a UNASUL, integrando-se ao COSIPLAN, rendeu-lhe algumas mudanças, a saber: a IIRSA adquire nova função, sendo as principais delas a de ser um complemento (um apoio) aos projetos do PAC, além de pensar em novos projetos que sejam inovadores do ponto de vista das técnicas e das tecnologias; a formação de uma Agenda de Projetos prioritários; a mudança dos agentes financiadores, pois, anteriormente, quando era somente IIRSA, os principais eram o BID, a CAF e o FONPLATA, mas a partir do ingresso na UNASUL o principal financiador passou a ser o BNDES, diminuindo a participação do capital privado; quanto à implementação da integração, a maior diferença foi a criação na UNASUL de conselhos para tratar da infraestrutura (COSIPLAN) e da coesão na área energética, por meio do Conselho de Energia da América do Sul (CEAS)²⁹; por fim, os projetos passaram a ter um caráter mais binacional e multinacional, já que os anteriores caracterizavam-se por seu âmbito nacional (SIMAS, 2012).

No ano de 2016, segundo o último relatório publicado pela UNASUL (2017), estão presentes na Carteira de Projetos 581 projetos, que deverão custar mais de 190 bilhões de dólares americanos. Desse universo, cerca de 80% são nacionais, isto é, que se localizam, de forma exclusiva, em um só país; de caráter binacional, apenas

²⁹ São objetivos do CEAS: direito soberano à utilização dos recursos naturais e na administração de taxas de exploração; respeito à regulação de cada país e aos modos de propriedade que utiliza cada Estado para o desenvolvimento de seus recursos energéticos; solidariedade e reciprocidade; eliminar as assimetrias entre os Estados; respeito à soberania e à autodeterminação dos povos; e o princípio da integridade territorial.

16%, como é o caso do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi. A maioria dos projetos (178) está em fase de execução ou em pré-execução (152). São classificados como da área do transporte 518 projetos, o que representa quase 90% da totalidade. O setor de energia conta com apenas 56, sendo mínimo o número daqueles que se destinam à comunicação: sete. O investimento é, em sua maioria, realizado pelo setor público (475) seguido pela iniciativa privada e depois pela público-privada. Os países que mais concentram projetos são Argentina, Brasil e Chile. Isso pode estar vinculado à expressão econômica dos primeiros dois países, e à extensão territorial dos três. De 2015 até 2016, o número de projetos diminuiu, ainda que de forma tímida: doze saíram desta lista. Mesmo com essa diminuição, a quantia investida diminuiu somente em alguns eixos.

4.1 UM MODELO DE INTEGRAÇÃO: COMO O TERRITÓRIO É PENSADO

Por muito tempo, os investimentos destinados aos projetos do COSIPLAN-IIRSA eram majoritariamente de fundo público (cerca de 79%) (UNASUL, 2014). Isto é, do montante destinado para as obras de integração, a maioria era oriunda de um ou mais países. Quem financia esses projetos revela substancialmente quem – e como – está pensando o território.

Em razão do impacto da crise econômica, iniciada em 2008 nas economias sul-americanas, os investimentos públicos caíram, principalmente aqueles oriundos do BNDES de origem brasileira para as obras do COSIPLAN-IIRSA, dando lugar ao financiamento realizado por empresas chinesas. Para Marinho (2016), o crescimento político e econômico da China permitiu seu ingresso nas diferentes regiões do mundo; na América Latina isto ocorre no início dos anos 2000. O projeto do COSIPLAN-IIRSA que retrata esta inserção chinesa é a construção da Ferrovia Transcontinental que conectará o litoral fluminense ao litoral peruano, favorecendo aos chineses a chegada de *commodities* agrícolas e minérios sul-americanos com um menor preço.

Foi por meio do financiamento de projetos da IIRSA que o BNDES permitiu a entrada de empreiteiras brasileiras em todo território sul-americano, por esta ser a contrapartida do banco brasileiro para financiar as obras a juros mais baixos. Toda esta movimentação, além do fato de ser a maior expressão econômica da América do Sul, explica a liderança brasileira frente a este processo de integração, sendo por

várias vezes acusado de práticas subimperialistas³⁰, como afirma Simas (2012), principalmente quando da chegada das empreiteiras brasileiras (ex: Odebrecht, Camargo Correa, entre outras.) para a realização de uma obra. Vale ressaltar que o sentimento da existência de um subimperialismo brasileiro pode residir na presença de suas empresas em grande parte do subcontinente.

Os projetos são financiados, atualmente, como revela a carteira de projetos de 2016, pelos tesouros nacionais, que arcam com as despesas de 354 projetos (UNASUL, 2017). São de responsabilidade de entes privados 88 projetos. Outras fontes financiadoras que aparecem com grande influência, em ordem de importância são: BID, CAF, Tesouro Provincial, Binacional, FOCEM, FONPLATA. Em menor importância, mas relevantes para o entendimento de todo o contexto estão o BM e a União Europeia, financiadoras de quatro projetos cada; o governo chinês financia três projetos e o BNDES, atualmente, financia dois projetos.

O financiamento revela com clareza intencionalidades sobre o território e como e por quem ele vem sendo pensado. Desde o início da sua formulação, a IIRSA foi pensada para a exportação das *commodities* retiradas do solo sul-americano, perpetuando sua antiga função dentro do sistema internacional, conforme afirma documento oficial sobre o EID MERCOSUL-Chile: “grande parte do território tem sido uma área historicamente transformada em agroecossistemas, atualmente dedicados ao monocultivo de oleaginosas ou à pecuária extensiva em zonas menos aptas para a agricultura”³¹ (UNASUL, 2014b).

Este fato fica evidenciado na quantia investida na área dos transportes (quase 134 bilhões de dólares), desse total, um pouco menos da metade é investido no modal rodoviário, responsável por metade dos projetos da área, além de que, do total do investimento privado na iniciativa, 94,6% é destinado para o setor dos transportes (UNASUL, 2014a). O montante destinado ao modal rodoviário não ocorre porque historicamente no Brasil e, de certa forma, na América do Sul se fez uma opção por

³⁰ O subimperialismo é um conceito proposto por Ruy Marini. O subimperialismo é “compreendido como ‘a entrada do Brasil ao seu modo dependente e subordinado’ à etapa de exportação de capitais, bem como do controle de matérias-primas e fontes de energia no exterior” (LUCE, 2007). Quem cunhou o conceito ainda coloca que “o Subimperialismo implica dois componentes básicos: uma composição orgânica (do capital) média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma integração ao sistema produtivo imperialista, mas que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala nacional” (MARINI apud LUCE, 2007, p.14).

³¹ Texto original: [...] gran parte del territorio ha sido un área históricamente transformada en agroecossistemas, actualmente dedicados al monocultivo de oleaginosas o la ganadería extensiva en zonas menos aptas para la agricultura (UNASUL, 2014b).

esse modal em detrimento do ferroviário ou do marítimo, recordando que o modelo rodoviário é considerado o menos adequado e o que gera mais custos quando se trata do transporte de longas distâncias (PADULA, 2014).

O resguardo do perfil exportador sul-americano reforçado pelo COSIPLAN-IIRSA é fruto de uma intencionalidade das elites locais, que ainda estão atreladas à produção agroexportadora. Por tal motivo, atualmente, a referida iniciativa se caracteriza mais por seu caráter de ferramenta para o escoamento de matérias-primas, do que por ser um instrumento para o desenvolvimento através da integração (SIMAS, 2012). Demais autores corroboram com essa visão: Mariano (2014), por exemplo, atenta para o fato da IIRSA ser orientada por motivações comerciais, adequando e criando infraestruturas para essas necessidades. O autor também traz à luz o fato de que a própria organização institucional da IIRSA é composta historicamente pelos fundos financiadores dos projetos, evidenciando a mentalidade mercantil presente na iniciativa e o tipo de território que é produzido, priorizando seus interesses. Em um mesmo sentido, Senhoras (2008) aponta que os projetos da IIRSA estão atrelados a uma articulação entre a infraestrutura local e o mercado externo, a fim de que se explore o potencial comercial da América do Sul. Historicamente, a IIRSA está vinculada a uma lógica que beneficia o escoamento de *commodities* quando realiza a comunicação física entre os centros produtores com os principais mercados internacionais, possibilitando o fortalecimento das desigualdades regionais (VITTE, 2006). Mesmo com a existência de autores que colaborem com a crítica central ao COSIPLAN-IIRSA sobre a instalação de infraestrutura apenas para o escoamento de *commodities*, existem aqueles, como Fraga *et. al.* (2014), que apontam a instalação de infraestruturas relacionando-se intimamente com a integração, podendo a infraestrutura ser um ponto de partida e um catalisador de um processo integracionista mais eficaz.

Nesse sentido, ressalta-se que a instalação de infraestruturas das diferentes áreas de atuação do COSIPLAN-IIRSA podem, ao mesmo tempo que estejam voltadas para uma visão externa, corroborar com o processo de transfronteirização. Segundo o Comunicado de Brasília (2000, p.7), esse processo é fortalecido por já existir outras proximidades, como a geográfica e a cultural. Assim, conectando as fronteiras, os países têm a possibilidade de se tornarem mais próximos por meio das trocas comerciais, do aumento do turismo e da circulação de pessoas.

A intencionalidade do COSIPLAN-IIRSA fica esclarecida quando se analisa os projetos que integram sua carteira, majoritariamente voltados ao setor de transportes (89%), as obras que se encontram em etapa de execução, 90% delas estão situadas na área de transportes, e as obras concluídas, pois cerca de 40% destinam-se ao modal rodoviário (UNASUL, 2017). Nenhum outro setor mais contribui, de forma objetiva, com o escoamento de *commodities* do que aquele destinado aos transportes, que, em sua maioria, são para a modernização e para a construção de novas rodovias, fortalecendo, assim, a construção dos corredores bioceânicos e conectando áreas produtivas aos grandes centros e às cidades portuárias, que funcionam como pontos de escoamento. Vale ressaltar a função estratégica de se ter uma facilitação na circulação entre as costas opostas do subcontinente, não mais dependendo das conexões históricas (Canal do Panamá e Estreito de Magalhães) para esta comunicação. A conexão com a Europa é e foi primordial para a América do Sul, contudo, com o passar dos séculos, a Ásia, como o é nos dias de hoje, tornou-se importante e, nos últimos tempos, fundamental para a economia local, fazendo a comunicação com o Pacífico – e conseqüentemente com o mercado asiático – ser estratégica do ponto de vista econômico e político.

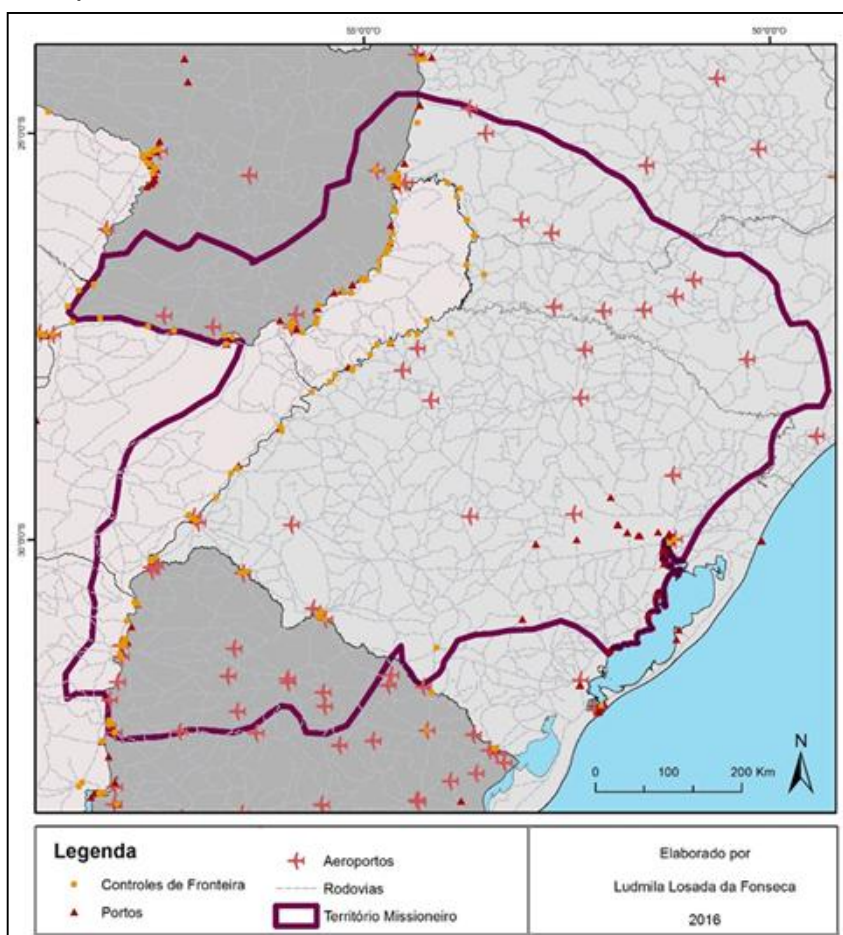
Tendo em vista esse conjunto de intencionalidades descritas anteriormente, quando da abordagem sobre a integração física e, por consequência, da implementação de novos elementos no território, deve-se reiterar a disputa de interesses pelo uso que se faz do território. Nesse sentido, Hirt (2013) coloca que “o conflito central da IIRSA reside na questão sociopolítica e territorial. O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (HIRT, 2013, p.8). Portanto, os conflitos existentes sobre o território são comuns e os constituem como tal. O problema que reside no COSIPLAN-IIRSA é que a ponta desta iniciativa de integração, isto é, o que chega mais próximo das populações locais são as empreiteiras responsáveis pelas obras, exacerbando um conflito. Aqui reside outra crítica, não só ao processo de integração, mas também aos governos ligados às teorias da esquerda que corroboram com este tipo de iniciativa, mesmo que, em casos isolados, façam críticas à iniciativa, como é o caso do FOMBADE (Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento), que atenta para o fato de que, quando se planeja grandes infraestruturas, não são consideradas as potencialidades e as populações locais (VITTE, 2006).

Mesmo com algumas ressalvas à iniciativa, que se manifestam de forma isolada, ela é, por meio de suas obras, considerada estratégica para o crescimento dos países sul-americanos, visando unicamente aspectos econômicos na busca do desenvolvimento, não considerando, conforme anuncia Vitte (2006), os impactos ambientais e o diálogo com a sociedade civil.

4.2 PROJETOS PARA O TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO

A partir da compreensão da delimitação do território histórico missioneiro, consegue-se aferir quais eixos do COSIPLAN-IIRSA estão ali situados, bem como seus principais projetos e áreas de maior investimento. Os investimentos dessa iniciativa visam suprir as demandas dos países. Para isso, torna-se relevante que se atente para as infraestruturas que o território histórico missioneiro já possui. Assim, o mapa abaixo situa a infraestrutura já existente, com seus respectivos aeroportos, portos, controles de fronteira e rodovias considerados pelo COSIPLAN-IIRSA. A cartografia (Mapa 6) torna evidente a existência de alguns vazios, bem como a presença de infraestruturas muito próximas e que poderiam ser aproveitadas de forma mais eficiente, ao exemplo dos aeroportos na tríplice fronteira do Paraguai-Brasil-Argentina.

Mapa 6- Infraestruturas em território histórico missioneiro



Fonte: IIRSA, 2016.

Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca, 2016.

Para fins de desvendar os projetos que se situam em território histórico missioneiro, serão esmiuçados os eixos de integração e desenvolvimento e também os grupos que compõem o território.

4.2.1 EID MERCOSUL-Chile

O Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) MERCOSUL-Chile é o que concentra o maior número de pessoas e de renda gerada pelo subcontinente, marcada pela participação do terceiro setor (serviços). Ele reúne também o maior número de projetos, que se concentram na bacia do Rio da Prata, e em alguns estados brasileiros, onde se investe na infraestrutura rodoviária, interligando os grandes centros industriais e possibilitando a comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Apesar do denso investimento em rodovias, justificado pelo grande fluxo de

cargas do MERCOSUL, outros modais também estão presentes na região, ao exemplo das ferrovias, hidrovias (marcada pela presença de portos) e da utilização de aviões que contam com 65 aeroportos na região (UNASUL, 2017).

Como este eixo preconiza os documentos produzidos pelo COSIPLAN-IIRSA, conta com a presença das comunidades originárias na região, contudo essa presença é ínfima, pois representa apenas 1,09% da população total, sendo mais expressiva no oeste do Paraguai e no sudoeste brasileiro (UNASUL, 2014). Esta região é o sítio da presente dissertação, em que o povo originário mais presente são os povos guaranis. Dá-se destaque também à presença das áreas de preservação, que correspondem a 6% da extensão do eixo.

[...] entre os desafios mais importantes se encontra a conservação das áreas protegidas presentes no Eixo e integrar as comunidades originárias ao novo panorama que implica em melhorias na conectividade, concretando assim um modelo de desenvolvimento sustentável e sobre a base de uma sociedade inclusiva, que não só respeita a diversidade mas também considera como um ativo consubstancial para seu desenvolvimento³² (IIRSA, 2016a).

Por muitas vezes, essas áreas são consideradas um entrave para as obras da iniciativa, por oferecerem resistência através da mobilização das comunidades locais, tendo em vista que as reservas estão associadas à presença de comunidades originárias.

O investimento recebido pelo MERCOSUL-Chile é o maior em comparação aos outros eixos, não só em razão ao número de projetos, mas principalmente pela presença de grandes obras que demandam grandes recursos, ao exemplo do Projeto Ferroviário Los Andes (Chile – Argentina) e da planta hidrelétrica de Corpus Christi (entre Argentina e Paraguai). A maioria dos projetos deste eixo encontram-se em fase de execução, seguidos de obras em pré-execução, ao exemplo do Complexo Hidrelétrico de Garabi Panambi (UNASUL, 2017). O EID Mercosul-Chile caracteriza-se ainda por obras de cunho nacional (82,9%) – sendo o restante binacional – somando um montante de investimentos estimados em mais de 60 milhões de dólares

³² [...] entre los desafíos más importantes se encuentra el poder conservar las áreas protegidas presentes en el Eje e integrar a las comunidades originarias al nuevo panorama que implican las mejoras en la conectividad, concretando así un modelo de desarrollo sustentable y sobre la base de una sociedad inclusiva, que no sólo respeta la diversidad sino la considera como un activo consubstancial para su desarrollo (IIRSA, 2016).

para 99 projetos da área de transportes, vinte de energia e um para a área da comunicação, financiados, em sua maioria, por recursos públicos (UNASUL, 2017).

Consideramos esse Eixo já com uma malha de infraestruturas complexa e densa, visto que conecta os grandes centros urbanos da América do Sul (Buenos Aires e São Paulo). A infraestrutura local conta com mais de 60 mil quilômetros de ferrovias, possui 46 portos importantes localizados ou na costa do Atlântico, ou no Pacífico (costa chilena), ou ainda em seus principais rios.

Mapa 7 - EID Mercosul-Chile



Fonte: IIRSA, 2016a.

Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2017).

Pertencem ao MERCOSUL- Chile seis diferentes grupos que abarcam de forma espacial todo o eixo. São eles: Grupo 1) Belo Horizonte – Fronteira Brasil/Argentina – Buenos Aires; Grupo 2) Porto Alegre – limite Argentina/Uruguai – Buenos Aires; Grupo 3) Valparaíso – Buenos Aires; Grupo 4) Coquimbo – Região Centro Argentina – Paysandú; Grupo 5) Energético; e, por fim, Grupo 6) Pehuenche.

Desses grupos, dois são os que possuem projetos para a área de estudo da presente dissertação. O Grupo 1) Belo Horizonte – Fronteira Brasil/Argentina – Buenos Aires tem como função estratégica alcançar patamares necessários de infraestrutura para o bom desempenho comercial do subcontinente visando tanto o

mercado interno, quanto o externo. Objetiva-se, também, estimular as parcerias público-privadas, otimizar o fluxo de bens e mercadorias entre os centros econômicos de Brasil e Argentina, facilitar a circulação de pessoas que residem nas localidades integrantes deste grupo e otimizar a logística local, possibilitando maior competitividade regional e global (UNASUL, 2017).

O Grupo 5 também se situa em território histórico missioneiro e tem uma característica peculiar, pois não se aglutina em razão de questões geográficas ou logísticas, mas sim sobre a questão energética. São metas do grupo o aumento da confiabilidade de todo o sistema energético (elétricos e de gás) da região, consolidação e aumento da capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia para regiões de grande produção industrial e de alta densidade populacional, e a diversificação das matrizes energéticas dos países membros do MERCOSUL. Nesta conjuntura, cabe destacar que o presente EID já possuía em 2012 uma capacidade instalada de 190 mil MW³³, sendo o Brasil o país responsável pela maior capacidade instalada para a geração de energia (UNASUL, 2014b). São projetos deste grupo: a construção de gasoduto no noroeste argentino, o enchimento até a cota 83 da Represa Hidrelétrica de Yacyretá (Paraguai – Argentina), a linha de transmissão Yacyretá – Buenos Aires, as construções das plantas hidrelétricas de Corpus Christi, de Garabi (Brasil/Argentina) e de Panambi (Brasil/Argentina) (UNASUL, 2014a), sendo estes dois últimos projetos os objetos de estudo da presente dissertação.

4.2.2 EID Capricórnio

O EID Capricórnio tem como objetivo comunicar a costa chilena com a costa brasileira, mais uma vez possibilitando a comunicação entre o Pacífico e o Atlântico. Segundo o *site* oficial da IIRSA, a situação atual da região de abrangência do EID é de 15% das vias asfaltadas e 87% das ferrovias em condições de operacionalidade. Tem-se os principais portos da América do Sul utilizados para exportação (cobre, soja, petróleo, mineral de cobre e mineral de ferro) e importação na costa atlântica. Sobre a situação populacional, a IIRSA dá destaque para a presença da população originária, principalmente pela presença dos indígenas guarani. A região concentra

³³ Para fins de comparação, ressalta-se que o consumo anual brasileiro de energia elétrica, em 2015, foi de aproximadamente 523 mil GWh (MME, 2017).

cerca de 13% do PIB da América do Sul, com uma disparidade alta entre o Brasil e os demais países. Dá-se destaque para a grande quantidade de minérios presentes na região e da grande capacidade de geração de energia, além do seu potencial para a agricultura.

Mapa 8 - EID Capricórnio



Fonte: IIRSA, 2016b.

Elaborador por Ludmila Losada da Fonseca (2017)

No eixo, estão situados 81 projetos do COSIPLAN-IIRSA, sendo que a maioria está em fase de pré-execução, seguidos pelos que estão em execução. A minoria dos projetos inseridos no eixo estão em fase de perfil (fase inicial) (UNASUL, 2017). O EID Capricórnio concentra investimentos no valor de quase dezesseis milhões de dólares para projetos na área dos transportes (78) e de energia (três), e nenhum na área da comunicação. Em sua maioria, são financiados pelo setor público. Os projetos, de cada eixo também são organizados em grupos, sendo cinco: Grupo 1) Antofagasta - Paso de Jama - Jujuy - Resistencia - Formosa – Asunción; Grupo 2) Salta - Villazón - Yacuiba - Mariscal Estigarribia; Grupo 3) Asunción – Paranaguá; Grupo 4) Presidente Franco - Puerto Iguazú - Pilar – Resistencia; e o Grupo 5) Capricórnio Sul.

É no Grupo 4 que se dá a presença deste eixo no território histórico missioneiro, cujas funções estratégicas são: dinamizar o desenvolvimento intrarregional, fornecer

opções de escoamento de produtos da região em comunicação com o EID Hidrovia Paraguai-Paraná, dar condições necessárias para facilitação da circulação na fronteira, inclusive de pessoas entre os grupos do eixo. Essa presença se concretiza através dos seguintes projetos: construções de um porto multimodal sobre o rio Paraguai (Porto Multimodal Sul) e da ferrovia de Corrientes no limite com o Brasil, melhoras no centro de fronteira de *Puerto Iguazu* e na ponte entre *Encarnación* e Posadas, e a duplicação da *Ruta 12* na Argentina (UNASUL, 2014a).

4.2.3 EID Hidrovia Paraguai-Paraná

O EID Hidrovia Paraguai-Paraná agrega regiões que possuem relação com os principais rios que por ali correm, ao exemplo do Paraná, Uruguai, Paraguai e Tietê. A região é marcada por grandes problemas ambientais que ocorrem em razão desde o mau manejo da terra até a contaminação das águas em razão do uso de agrotóxicos, ou ainda pelas secas constantes. Das condições naturais, cabe ressaltar aqui o impacto causado pelo *El Niño* no norte da Argentina, nas províncias de Corrientes e Misiones, parte integrante do território histórico missioneiro (UNASUL, 2017). Este é o segundo eixo que concentra a maior população, sendo mais da metade pertencente ao Brasil. Destaca-se ainda a presença das comunidades originárias que vivem da agricultura de subsistência e da elaboração de artesanatos, colocados à margem da economia local. A região de abrangência deste EID concentra 34% do PIB da América do Sul.

Mapa 9 - EID Hidrovia Paraguai-Paraná



Fonte: IIRSA, 2016.

Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2017)

Nele concentram-se 89 projetos de infraestrutura, a maioria em fase de perfil ou de pré-execução, sendo que a minoria encontra-se concluído (UNASUL, 2017). Desse total, ainda, 88% são projetos nacionais, outros 12% são binacionais. Todos os projetos do eixo totalizam pouco mais de seis milhões de dólares, sendo eles destinados para 79 projetos da área de transportes, sete de energia e três em comunicação. Apenas um projeto de todo o eixo não é financiado pelo capital público. O setor energético aparece com um pouco mais de visibilidade, pois possui apenas quatro obras para a interconexão energética e três para a produção energética. (UNASUL, 2017)

De maneira geral, este eixo possui as seguintes metas: o fortalecimento da competitividade entre os países em razão de uma melhor conexão com o Atlântico; a integração das cadeias produtivas e de consumo ao longo do eixo; e a facilitação da circulação de pessoas. O EID Hidrovia Paraguai-Paraná possui 5 grupos, são eles: Grupo 1) Rio Paraguai, Assunção-Corumbá; Grupo 2) Tietê-Paraná (Itaipú); Grupo 3) Rios Paraguai - Paraná, Assunção – Delta do Paraná; Grupo 4) Rio Paraná, Itaipú –

Confluência; e o Grupo 5) Rio Uruguai. Neste eixo, são os dois últimos grupos que dão conta do território histórico missioneiro.

O Grupo 4 (Rio Paraná, Itaipu – Confluência) possui como objetivos fortalecer a dinâmica socioeconômica do eixo e sua área de influência, melhorar a integração das zonas produtivas e das zonas de consumo das bacias dos rios Tietê e Paraná e fortalecer a competitividade com países externos à iniciativa em razão de uma conexão eficiente com o oceano Atlântico. Os projetos do grupo que estão situados em território histórico missioneiro são: projeto binacional para o melhoramento da navegabilidade no Alto Paraná, construções da eclusa de Corpus, do porto de Encarnación (Paraguai) e de vias de acesso à Encarnación, ampliação do porto de Ituzaingó, desvio do arroio Aguapey e reconstrução da ferrovia Garupá-Posadas (UNASUL, 2014).

Já os objetivos do grupo 5 são de fortalecer a dinâmica socioeconômica do grupo e da sua área de influência e implementar um sistema regional eficiente nas atividades fluviais e portuárias que visem a saída para o Atlântico. Cabe frisar que esses objetivos coadunam-se com os objetivos descritos do grupo 4. São projetos localizados na área de estudo: ampliação do porto de San Javier (Argentina), construção de um píer no porto de Alvear e o projeto binacional (Brasil e Argentina) para o melhoramento da navegabilidade do Rio Uruguai (UNASUL, 2014a).

Na análise do conjunto de obras presentes nos Eixos analisados, apresentado no Quadro 3, percebe-se que são raros os projetos que tratam da temática da comunicação, sendo maiores os números que envolvem a área energética, mas que, em sua esmagadora maioria, estão voltados para o setor de transportes.

Quadro 3 - EIDs que abrangem a zona transfronteiriça Brasil-Argentina-Paraguai

Eixo de Integração e desenvolvimento (2010)	Projetos	Grupos de Projetos	Setor de Transporte	Setor de Comunicação	Setor de Energia
MERCOSUL-Chile	120	6	99	1	20
Hidrovia Paraguai-Paraná	89	5	79	3	7
Capricórnio	81	5	78	0	3

Fonte: UNASUL, 2017.

Na área energética, dá-se destaque para o aproveitamento dos principais rios da região para a produção de energia elétrica por meio das hidrelétricas. Deve-se

ressaltar que boa parte dos investimentos dessa área são destinados às chamadas hidrovias, principalmente no que tange a questão portuária (modernização de portos e obras no calado), mas os investimentos também se concentram na construção e na modernização de rodovias. Quanto ao andamento das obras, a maioria – cerca de 100 em um universo de 312 – está em fase de pré-execução; 83 já estão concluídas. Grande parte dos projetos no território histórico missioneiro são financiados pelos poderes públicos.

4.3 INVESTIMENTOS NA PRODUÇÃO ENERGÉTICA

A construção de uma coesão territorial, como anuncia o COSIPLAN-IIRSA, tem seu carro-chefe nos projetos associados ao setor de transportes, evidenciado no grande número presente na carteira de projetos: são quase 90% que correspondem a 66,5% dos investimentos, conforme supracitado. Mesmo que de forma mais tímida, os projetos vinculados à energia correspondem a 9,3% do total, e o investimento chega a 33,5% do montante (UNASUL, 2014). Os dados clareiam a necessidade e a urgência que os governos sul-americanos dão à questão dos transportes (em seus distintos modais), demonstrando também uma certa necessidade de aumentar a produção energética no subcontinente; contudo, pouco é o investimento na área da comunicação.

O COSIPLAN-IIRSA almeja uma integração dos mercados de energia da América do Sul, possibilitando à região a autossuficiência e o autofinanciamento energético necessário para o *desenvolvimento* econômico e para o potencial de exportação da produção excedente. Vale salientar que atualmente a produção energética tem sido tratada como de grande importância no continente, pois depende muito dela para a produção industrial e agrícola, setores primordiais das economias sul-americanas (SIMAS, 2012). Mesmo que área energética não seja a prioritária, diferentes tipos de projetos estão presentes na carteira do COSIPLAN-IIRSA vinculadas à questão, como as construções de gasodutos, de usinas termoelétricas, de hidrelétricas e de linhas de transmissão.

Os projetos do COSIPLAN-IIRSA na área energética são financiados, em sua maioria (53%), pelas iniciativas públicas, e 44% são de financiamento público-privado. Entre os três setores da iniciativa (comunicação, transporte e energia), o da energia é o que menos recebe investimento somente público (UNASUL, 2017). Apesar dos

projetos vinculados à produção energética serem rentáveis, percebe-se que a escassez de investimentos unicamente privados ocorre pelo fato delas exigirem um valor de investimento muito alto para um retorno que demorará para existir (MARIANO, 2014).

O EID que possui o maior número de projetos no setor energético é o MERCOSUL-Chile, com um total de vinte; estas obras se destinam para a geração ou para a interconexão energética. Assim, do total de 56 projetos, doze são para a construção ou adequação de hidrelétricas com microcentrais (que consomem mais de 80% dos investimentos destinados à geração de energia), termoelétricas e outras infraestruturas energéticas possuem quatro projetos cada, dois projetos são de geração de energia nuclear e um de carboelétrica.

Conclui-se que há pouca variedade quanto às fontes de energia financiadas pela UNASUL, pois não são contempladas na carteira de projetos do COSIPLAN-IIRSA as fontes de energia alternativas, como a eólica e a solar. Quanto à instalação de conexões energéticas, elas se dividem em adequação de interconexões energéticas (um projeto) e na construção de novas interconexões energéticas (31) (UNASUL, 2014a). Destaca-se a importância das instalações das interconexões, pois são elas as responsáveis pela transmissão e distribuição de energia, etapa em que se perde muito do que é emitido inicialmente.

Evidencia-se, analisando os projetos do COSIPLAN-IIRSA voltados para a área energética, que há uma preocupação na diversificação das fontes de energia por parte dos Estados sul-americanos. A não dependência de uma única matriz energética, como ocorreu com o petróleo, faz diminuir os riscos e a dependência de outros países para seu abastecimento (SIMAS, 2012). As crises energéticas reforçam esta necessidade e, sempre quando ocorrem, a preocupação com a segurança energética aumenta. Em 2001, por exemplo, o governo brasileiro incentivou a construção de hidrelétricas. No entanto, recentemente o sistema hídrico entrou em crise no país, acarretando uma crise na produção e, conseqüentemente, no abastecimento de energia.

A magnitude da importância da questão energética para a América do Sul é evidenciada na formação do Conselho de Energia da América do Sul (CEAS), que atenta para a relevância do investimento em produção energética na perspectiva da integração. Este é um conselho da UNASUL, e que busca compatibilizar a estratégia

energética sul-americana, sendo composta pelos ministros de Minas e Energias de cada país.

A escolha pela utilização e o maior investimento em fontes renováveis – como é categorizada a energia gerada pelas hidrelétricas – pelos governos ocorre em razão da preocupação com a poluição gerada pelos combustíveis fósseis (oriundos do petróleo), que contribuem com a piora do aquecimento global, combatido pelos países da América do Sul, signatários do Tratado de Kyoto. Contudo, a geração de energia por meio das hidrelétricas também é motivo de críticas, principalmente pela perspectiva ambiental e social. Há que se refletir sobre a relação entre a produção de energia gerada por grandes hidrelétricas e o impacto ambiental gerado.

5 TERRITÓRIO HISTÓRICO MISSIONEIRO E AS HIDRELÉTRICAS: UM OLHAR PARA O PASSADO

O presente capítulo trata da implementação e das repercussões territoriais geradas em razão das hidrelétricas já instaladas no território histórico missioneiro. Suas construções só puderam ocorrer em virtude dos tratados assinados entre Argentina, Brasil e Paraguai para o aproveitamento dos recursos hídricos na região limítrofe entre os países, assegurando que nenhum deles fosse prejudicado. São exemplos desses tratados o de Itaipu, o de uso compartilhado das águas do rio Uruguai e do rio Paraná, como serão elucidados ao longo desse e do próximo capítulo.

A demanda por energia do Brasil, Argentina e Paraguai é suprida essencialmente pela produção de energia hidrelétrica, que só ocorre em razão da região ser privilegiada em recursos hídricos, contando com a presença de importantes rios, como Uruguai, Paraná, Paraguai e da Prata. Há anos essa alternativa de produção energética, em relação àquelas derivadas do petróleo, faz-se presente na América do Sul. Surgiu primeiramente na Argentina como alternativa durante a crise do petróleo no governo Perón; e, posteriormente, no Brasil, nos governos militares (1964-1985) para o aproveitamento de seus vastos recursos hídricos, mas foram construídas, até o surgimento de Itaipu, apenas hidrelétricas estritamente nacionais. As hidrelétricas binacionais começam a ser concebidas na metade do século XX, momento em que surge tecnologia adequada para a transmissão de energia. Este mesmo período é marcado pela diminuição da dependência da Europa e dos Estados Unidos, possibilitando a emergência de um olhar regional (LEVINTON; SNIHUR, 2011).

É nesse cenário que surge Itaipu, hidrelétrica de grande porte localizada entre o Paraguai e o Brasil. No mesmo contexto, foi pensada e construída Yacyretá, entre Paraguai e Argentina. E, mais recentemente, no início dos anos 1990, concretizou-se a hidrelétrica de Itá, em território brasileiro, sobre as águas do rio Uruguai. A construção dessas usinas foi pensada por anos, mas esses estudos não impediram que a instalação das hidrelétricas gerassem repercussões territoriais importantes nas áreas circunvizinhas aos locais de instalação. É importante frisar que a instalação de uma hidrelétrica acarreta, impreterivelmente, na formação de um lago, já que a hidrelétrica represa a água, liberando-a da maneira que for necessária para mover as turbinas para a geração de energia. A formação desses reservatórios faz elevar os

níveis dos rios, o que provoca o desalojamento de muitos moradores de áreas mais próximas ao antigo leito do rio.

Esses três exemplos remontam à história da implementação das hidrelétricas no subcontinente – mais precisamente no território histórico missioneiro – e elucidam as repercussões territoriais geradas em razão de uma hidrelétrica. As informações dispostas no presente capítulo foram retiradas dos *sítes* oficiais das respectivas hidrelétricas, bem como das visitas técnicas realizadas em trabalho de campo. Vale ressaltar que a escolha de Itaipu e Yacyretá ocorreu por serem hidrelétricas binacionais, assim como o Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi; já Itá foi escolhida por estar situada nas águas do rio Uruguai e por ser um projeto mais recente.

5.1 HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

A hidrelétrica de Itaipu marca a história no setor elétrico, tanto do Brasil quanto do Paraguai. A busca pela diminuição da dependência do petróleo e o aumento da demanda de energia, em vista da crescente urbanização, é o que marcam sua existência. Recorda-se que toda essa articulação foi dada em um contexto de ditadura militar, caracterizada economicamente pelo aumento do endividamento externo e da entrada de capital estrangeiro. Em razão da sua importância estratégica para o crescimento econômico do Brasil e do aumento da demanda de energia, a obra passou de forma ileso pela crise econômica da década de 1970, ocorrida justamente pelo aumento preço do petróleo. Itaipu parecia ser o caminho certo rumo à independência energética.

Nesse cenário, é construída a hidrelétrica sobre as águas do rio Paraná (segundo maior da América do Sul). O local de instalação era onde se situava o Salto de Sete Quedas de Guaíra, lugar disputado entre os dois governos nacionais durante a Guerra do Paraguai. Esse salto deu lugar ao lago gerado pelo barramento, e, atualmente, sob a posse do Brasil e do Paraguai, é um “território neutro”. Hoje Itaipu funciona com vinte unidades geradoras (turbinas), só concluídas no ano de 2007, como ilustra a Figura 4. Estas unidades dão capacidade para produzir 100 bilhões de quilowatts/hora, fazendo de Itaipu a maior hidrelétrica em produção de energia no mundo. (ITAIPU BINACIONAL, 2014).

Figura 4 - Vertedouro e reservatório de Itaipu Binacional



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2016).

A energia produzida por Itaipu é dividida igualmente entre os dois países. Como a demanda brasileira é superior a paraguaia, o Brasil compra (em dólares) o excedente de energia do Paraguai. O consumo de energia pelo Paraguai oriundo de Itaipu contempla 76% do total de energia consumida no país; no Brasil, esse número é de apenas 15%. Um fato interessante é que, assim como a energia, os 3.200 funcionários que trabalham na binacional também são metade brasileiros, metade paraguaios, em todos os postos da usina hidrelétrica.

5.1.1 Implementação

O início dos estudos para a instalação de uma hidrelétrica na região ocorreu ainda na década de 1960, já destinados ao aproveitamento hidrelétrico das Sete Quedas. Em 1967, foi realizado o estudo de viabilidade por um consórcio da empresa IECO (oriunda dos Estados Unidos) e a ELC (Itália), realizando o projeto da futura hidrelétrica. No início da década de 1970, estudou-se o melhor ponto para a instalação de Itaipu, definido apenas em 1973: um trecho onde havia uma pequena ilha chamada Itaipu.

Figura 5 - Trecho do rio Paraná selecionado para implantação da hidrelétrica



Fonte: Acervo pessoal

Em 1974, como resultado do Tratado de Itaipu³⁴, é criada a entidade binacional de Itaipu com o objetivo de gerenciar a construção da usina. Simultaneamente o tratado dá conta de pôr fim à disputa territorial da fronteira, que passa a ser de domínio binacional. Os conflitos entre Brasil e Paraguai estavam superados, contudo, a Argentina demonstra preocupação com a instalação de Itaipu, pois prejudicaria seus interesses frente aos recursos provenientes do rio. O desfecho desse conflito teve seu fim com o Acordo Tripartite (1979), que estabeleceu critérios para a instalação de hidrelétricas no Rio Paraná.

O capital para a construção teve participação do governo paraguaio, contudo a aquisição do capital ficou sob responsabilidade do governo brasileiro, que, através da ELETROBRAS, contribuiu com investimento público, além de empréstimos feitos aos bancos públicos e privados, que teriam de ser pagos em um total de cinquenta anos, prazo que se expira em 2023.

A partir desse momento, começam as movimentações com a chegada das máquinas no futuro canteiro de obras e a instalação de infraestruturas básicas para

³⁴ O Tratado de Itaipu, firmado por Médici e Stroessner, deu legalidade aos estudos de aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná Salto Grande de Sete Quedas até a Foz do Rio Iguazu. Os principais acordos firmados foram que: a energia produzida iria ser dividida igualmente, o Paraguai deveria obrigatoriamente vender ao Brasil o seu excedente, a criação da entidade binacional Itaipu e, por fim, a mão de obra seria utilizada de forma equitativa quando possível.

os trabalhadores. As obras iniciaram em 1975. Para materializar a hidrelétrica, foi necessária grande quantidade de mão de obra: aproximadamente 40 mil barrageiros, ao longo dos anos, de todos os lugares, a maioria oriunda do Norte e do Nordeste do Brasil e também do Paraguai. Existem dados que sustentam a morte de mais de cem barrageiros em serviço na construção de Itaipu.

No ano de 1975, começam a escavar um leito de dois km de extensão, com noventa metros de profundidade e 150 metros de largura, ao lado do curso original, para a água escoar, permitindo a secagem e a construção (concretagem) do barramento no leito original do rio Paraná. A primeira etapa da obra foi finalizada três anos depois. A construção da barragem terminou em 1982, quando são fechadas as comportas do leito lateral, para começar a encher o reservatório (o lago), que demorou catorze dias para chegar ao seu limite e obrigar a abertura das comportas para a saída da água. Depois de nove anos do início da construção, Itaipu começa a gerar energia. Cabe ressaltar que, além de produzir a energia, também foi necessária a construção de um sistema de torres responsáveis pela transmissão da energia para as grandes cidades brasileiras e paraguaias que a demandam.

Um ano antes da barragem ser finalizada, foi publicado um estudo sobre o impacto ambiental da hidrelétrica de Itaipu, realizado pelo Ministério do Interior por meio da Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. São apontados nos estudos os aspectos físicos da região, a propagação de pragas nas plantações, a influência do reservatório nas águas subterrâneas, o impacto na agricultura, e ainda as recomendações e as normas para o manejo do impacto ambiental (IPARDES, 1981). Fica evidente que pouco pode ser aproveitado desse estudo, vide sua data de publicação, onde apenas os aspectos ambientais foram relacionados, não considerando as repercussões na vida das pessoas que ali moravam. Vale ressaltar que, até o último ano de construção de Itaipu, ainda não havia sido implementada a obrigatoriedade de estudos prévios para o impacto ambiental, exigida apenas em 1986, com a Resolução CONAMA 01/86.

5.1.2 Repercussões territoriais

Na ocasião do início das obras e da implementação da hidrelétrica, as primeiras repercussões já foram sentidas. A chegada dos primeiros equipamentos e barrageiros já mudam o cenário da cidade. Como afirma o *site* oficial da Entidade Binacional Itaipu,

“a região começa a se transformar em um formigueiro”, em razão do rápido aumento do contingente populacional e da necessidade de construção de casas e demais infraestruturas. O maior contingente populacional fez aumentar a movimentação de caminhões e de trens para o transporte dos materiais utilizados na obra, aumentando ainda mais o fluxo de pessoas na cidade. Na época, Foz do Iguaçu era uma cidade relativamente pequena, com apenas vinte mil moradores.

Em razão das pessoas oriundas de outros lugares que vieram trabalhar na construção de Itaipu, foram construídas três vilas do lado paraguaio, e outras três do lado brasileiro. No Brasil, essas vilas foram divididas em razão da ocupação que os trabalhadores possuíam. Assim, a vila A era destinada para quem possuía cargos técnicos e administrativos, a vila B era onde moravam os funcionários do alto escalão, já a vila C, com 2.900 casas, era destinada aos barrageiros. Além de alterar a paisagem da região de forma significativa, essas novas infraestruturas mudaram a dinâmica da cidade de forma drástica, com marcas nos dias presentes, ao exemplo da vila C, que ainda existe no município de Foz do Iguaçu, conhecida como “Cezão”. Lá ainda moram alguns antigos barrageiros, pois muitos, ao longo do tempo, constituíram família e se estabeleceram no município. Atualmente a Vila C configura entre os bairros mais violentos do município (PARO, 2014).

Em razão das obras de Itaipu e da área que seria alagada pelo reservatório, foram removidas cerca de 8.500 famílias brasileiras, que receberam indenizações ou propriedades que deveriam ter um valor correspondente com as antigas moradas. Além das áreas produtivas, foram atingidas florestas nativas, retirando o habitat de muitas espécies, e os municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra e São Miguel do Iguaçu. Todos eles, em razão das repercussões negativas, começaram a ter participação nos *royalties*³⁵ em razão do uso de um recurso público, ou seja, a exploração hidrelétrica é considerada uma concessão pública. Esse valor também é repassado para o governo paraguaio.

Fica claro, no que se refere ao meio ambiente, que os estudos sobre o impacto causado não foram realizados previamente. O que ocorreu foi um levantamento para selecionar animais a serem salvos em um grande plano de resgate realizado por um pequeno número de consultores ambientais voluntários. Os animais deveriam ser colocados em novas áreas, não afetadas pelo alagamento ou em “santuários” de vida

³⁵ Os royalties são o pagamento que se faz, no presente caso, pelo uso que se faz sobre determinado bem que pertence a outrem, aqui o pagamento é feito para o Estado que repassa para os municípios.

selvagem. Essas equipes funcionaram até os últimos dias do enchimento do reservatório. No *síte* oficial de Itaipu, consta apenas a operação Mymba Kuera, que ocorreu nos dias de enchimento do reservatório, quando foram salvos mais de 36 mil animais. Ambientalmente, os danos são irreparáveis, pois, com o enchimento do reservatório, as Sete Quedas de Guaíra foram completamente cobertas.

5.2 HIDRELÉTRICAS DE YACYRETÁ

A hidrelétrica binacional de Yacyretá, inaugurada em 1998, foi idealizada na década de 1970, mas construída apenas no início da década de 1990 no rio Paraná, fronteira entre Argentina e Paraguai. O nome se deve a ilha de Yacyretá, que fica ao lado da hidrelétrica, considerada território insular do Paraguai. O trecho selecionado para a implementação da hidrelétrica situa-se na localidade de Ituaizingó, na província argentina de Corrientes. Está localizada a 90 Km da cidade de Posadas (capital de Misiones, província argentina) e de Encarnación (cidade paraguaia do departamento de Itapua). Este trecho, como resultado de tratados, foi considerado território binacional.

A hidrelétrica é demandada principalmente pela Argentina, na década de 1980, frente à maior demanda de energia em razão do aumento populacional e da taxa de urbanização. Logo, esta energia é direcionada principalmente para Buenos Aires. Yacyretá possui vinte turbinas que produzem energia para abastecer 20% do Paraguai e 22% da Argentina. Do total produzido por Yacyretá, 80% é destinado para a Argentina e 20% para o Paraguai. Essa disparidade na distribuição ocorre em razão da Argentina ter financiado o projeto hidrelétrico. Em virtude disso, o Paraguai paga à Argentina com energia. Quando quitada a dívida, o Paraguai poderá utilizar ou vender a energia que lhe cabe. Assim como em Itaipu, os quatrocentos postos de trabalho ocupados na hidrelétrica são compostos igualmente por argentinos e paraguaios.

5.2.1 Implementação

Os estudos para a implementação de hidrelétricas no rio Paraná no trecho compartilhado entre Argentina e Paraguai datam da primeira metade do século XX. Em 1958, é firmado um convênio para a realização de estudos técnicos para se obter energia elétrica através das águas do rio Paraná e também para melhorar a

navegabilidade do rio. Já na década de 1970 ocorrem os estudos de viabilidade, definindo sua instalação na proximidade da ilha de Yacyretá. Essa iniciativa foi motivada pela crise do petróleo em 1970, da mesma maneira que ocorreu com Itaipu. Também nos anos setenta, foi firmado o tratado de Yacyretá, assinado por Stroessner (PRY) e Perón (ARG), que trata sobre o aproveitamento hidrelétrico e o melhoramento da navegabilidade no rio. Nesse mesmo tratado, cria-se a Entidade Binacional de Yacyretá e publica-se seu estatuto, inserindo a construção de Yacyretá, já concebida como uma entidade binacional. A Entidade, quando da sua criação, foi constituída pela Agua y Energia Eléctrica de la Argentina (AyE) – atualmente EBISA – e pela ANDE (Administración Nacional de Electricidad del Paraguay). Ela possui autonomia financeira, jurídica e administrativa, sendo de responsabilidade mútua de ambos os países. Ficou sob responsabilidade da Entidade os estudos técnicos e as obras da hidrelétrica.

Figura 6 - Hidrelétrica de Yacyretá. Vista do desnível do rio Paraná

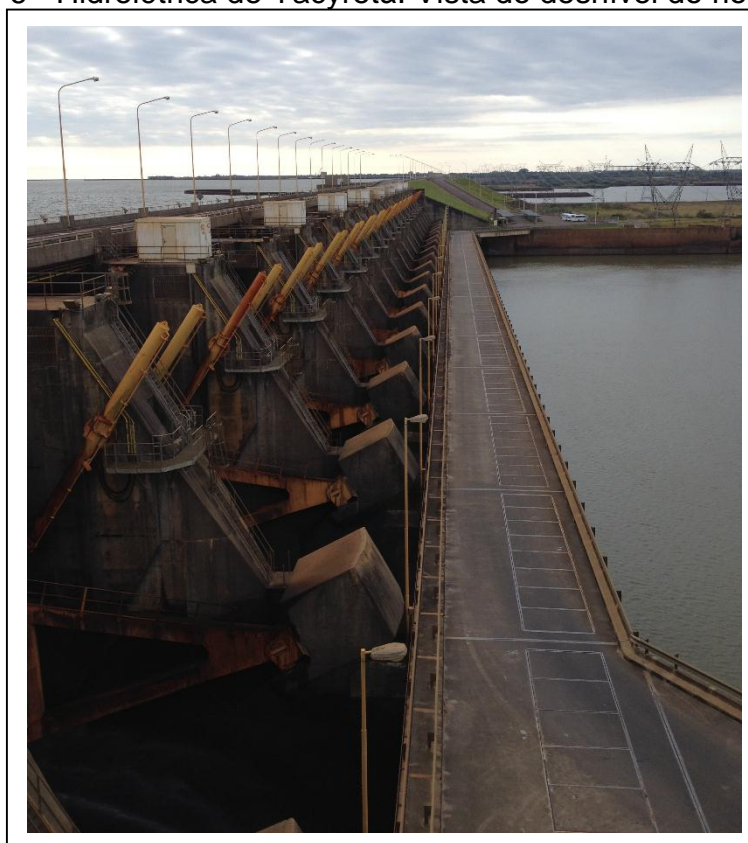


Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2016).

A licitação para o projeto é feita em 1976, mas apenas na década de 1980 o contrato para sua execução é firmado, postergando o início das obras até 1990. Nesse

momento, foram construídas infraestruturas para receber a população de trabalhadores, como, por exemplo, quase três mil casas construídas em três diferentes bairros, além de escolas, centros culturais e religiosos. A inauguração de Yacyretá ocorreu em 1994, com a instalação da primeira turbina em 1998. Ao longo dos anos, o reservatório de Yacyretá foi elevando a sua cota, chegando em 2010 a 81,5m (FULCO, 2011). Lembra-se que, quanto maior a cota, isto é, a altura do reservatório, maior é a área afetada. Ainda na década de 1990, atingiu-se o preenchimento de 1220 km² da represa, e a primeira turbina foi colocada em funcionamento. Desse momento em diante, ocorreriam muitos problemas ambientais e reassentamentos forçados. Somente em 2011 a obra foi completamente concluída (AIDA, 2009), mesmo tendo sido inaugurada em 1998.

Ao contrário do ocorrido em Itaipu, a Entidade Binacional de Yacyretá (EBY) tratava das questões ambientais e sociais desde 1983, quando se iniciou o Plano de Ação Social que visava orientar o processo de “reassentamento involuntário” que durou até 1992. Durante esse primeiro momento, foram removidas 1.483 famílias.

A segunda etapa deu-se durante os anos de 1992 a 2006, passando a ser denominada de PARR (Plano de Ação para Reassentamento e Reabilitação). Nessa etapa, a ação se dava de acordo com o enchimento do reservatório, que ocorreu de forma gradual. A última etapa perdurou até 2010, período em que o plano foi atualizado, tendo-se ampliado o número de pessoas “contempladas”. Segundo a EBY, até o ano de 2009, 75% da população atingida já havia passado pelo processo de remoção, 15% continuam nesse estágio, e o restante da população só passará pelo processo conforme o enchimento do reservatório. Os atingidos por Yacyretá organizaram-se em torno da Federación de los Pueblos de Itapúa y Misiones Afectados por Yacyretá (FEDAYIM) para diminuir seus danos e garantir seus direitos (AIDA, 2009).

Como mitigação aos danos ambientais, a EBY elaborou para a barragem quatro elevadores para os peixes que estão no rio conseguirem transpô-la. De certa forma, os elevadores cumprem sua função como mitigação de um impacto ambiental, contudo o número de peixes transportados não se equivale ao número de peixes que circulavam anteriormente, prejudicando a reprodução desses animais.

5.2.2 Repercussões territoriais

Milhares de trabalhadores deslocaram-se para a execução da obra. Eles se acomodaram em três diferentes bairros construídos exclusivamente para sua moradia. Dois desses bairros – San Martín e de Belgrano – foram desativados. O bairro de Ituazingó, até o presente momento, faz parte da planta da hidrelétrica, sendo suas casas utilizadas para receber pessoas de fora que venham trabalhar na hidrelétrica. Em trabalho de campo, percebeu-se que as casas estão sub-utilizadas e mal conservadas.

Figura 7 - Parte do bairro Ituazingó de Yacyretá



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Entre as repercussões, podem ser citadas aquelas que ocorreram em razão do enchimento do reservatório, que atingiu 170 mil hectares: a remoção da população local, com a alteração da estrutura social e econômica que vigorava até então; a mortandade de peixes que habitavam o rio; e a gentrificação³⁶ dos bairros do município de Encarnación. Fulco (2011) ainda aponta o desaparecimento das ilhas presentes naquele trecho do rio, o impedimento do fluxo migratório de peixes e a inundação de importantes sítios arqueológicos.

³⁶ O processo de gentrificação está associado à revitalização de uma dada área urbana a partir de uma iniciativa privada. Em função disso, a revitalização beneficia a especulação imobiliária.

Para permitir a navegabilidade no rio, foi construída, em 1993, uma eclusa que permite a passagem de embarcações, superando o desnível de 23 metros gerado pela barragem. A construção da eclusa permite a circulação de navios no rio, acarretando, conseqüentemente, a circulação de produtos (*commodities*) e de pessoas. Essa circulação é facilitada também pela gratuidade da passagem pela eclusa.

Uma das ações da EBY foi a construção, em Encarnación e Posadas, de habitações populares para os atingidos pela barragem, como já mencionado. Quando a hidrelétrica de Yacyretá foi instalada, as principais cidades da região já eram relativamente populosas (Posadas contava, em 1991, com 204 mil pessoas, a título de exemplo), em comparação com as cidades próxima, possuindo uma infraestrutura necessária. No entanto, em razão das novas moradias destinadas para o reassentamento, novas infraestruturas nesse entorno precisaram ser construídas pela EBY.

Em Posadas, o rio Paraná, que banha a cidade, elevou-se de forma considerável. A área atingida abrigava mais de seis mil famílias e mais de quinhentos estabelecimentos comerciais, que se destinavam para a produção artesanal de tijolos. Para suprir essa demanda, foram construídos quatro conjuntos habitacionais com quase seis mil casas ao todo. Foram feitas obras para a proteção costeira. Já Encarnación é igualmente banhada pelas águas do rio Paraná e, portanto, atingida pela formação do lago. Foram afetadas as áreas centrais, além de tradicionais bairros urbanos e um antigo centro comercial. As sete mil famílias afetadas em Encarnación foram removidas, e outros 1.200 estabelecimentos comerciais foram realocados, além de seiscentos estabelecimentos de olarias. Para receber essa população, a EBY construiu cinco conjuntos habitacionais, com quase cinco mil casas ao todo. Também foram feitas obras de preservação costeira e a construção da via costeira (FULCO, 2011). Vale ressaltar que Encarnación e Posadas foram os municípios que tiveram maior repercussão em seu território, pois os moradores da margem do rio dessas cidades foram impactados duplamente: em um primeiro momento por serem removidos de seu bairro e, em um segundo, por terem sido afastados da sua fonte de trabalho, pois a região se caracterizava pelas olarias, repercutindo, assim, de alguma forma, na economia local. A ilha de Yacyretá, em menor monta, também foi afetada pela represa, em razão da sua proximidade, já que 80% da ilha foi inundada com a subida do nível do reservatório.

O projeto de Yacyretá promoveu novos investimentos no território histórico missioneiro, o que pode ser notado pelo número de projetos do COSIPLAN-IIRSA vinculados à hidrelétrica (Reconstrução da rodovia Garupá-Posadas; Porto de Encarnación; acessos viários a Encarnación; realocização da malha ferroviária; e desvio do córrego Aguapey). Com este exemplo, comprova-se que uma nova infraestrutura pode trazer consigo novos investimentos.

Pode-se destacar como uma outra repercussão no território missioneiro o fato da hidrelétrica se tornar um atrativo turístico para os visitantes das províncias argentinas de Corrientes e de Misiones, e como tal, pode-se apresentar como um fator para o desenvolvimento da região.

5.3 HIDRELÉTRICA DE ITÁ

A hidrelétrica de Itá localiza-se no limite entre os estados brasileiros de Santa Catarina (município de Itá) e do Rio Grande do Sul (município de Aratiba), aproveitando as águas do rio Uruguai. A sua instalação foi pensada ainda na década de 1960, porém implementada apenas na década 1990. Apesar da hidrelétrica receber o nome do município de Itá, por ter sido o mais atingido, a sede da Usina Hidrelétrica (UHE) Itá está situada em Aratiba (RS).

A potência total da usina é 1.450 MW. A produção energética de Itá é enviada para a gerenciadora nacional, que distribui a energia conforme a demanda, normalmente oriunda do centro-sul do país. A hidrelétrica é gerida pelo consórcio Itá, composto por três empresas: a Tractebel, maior geradora privada de energia do Brasil, agora chamada de Engie; a Itambé, empresa de cimento; e a CSN, empresa brasileira de siderurgia.

5.3.1 Implementação

A articulação para a implementação da hidrelétrica de Itá inicia-se no fim da década de 1960, com o comitê de estudos energéticos da região sul, que aponta as potencialidades do rio Uruguai. Dez anos depois, esses estudos são revistos, em razão de se obter um melhor aproveitamento estratégico, e também considerando as questões sociais, econômicas, ambientais e geofísicas. Foram pensadas cerca de 22 hidrelétricas para o rio Uruguai, sendo uma delas a de Itá, que teria

concomitantemente um grande aproveitamento hidrelétrico e um custo não muito alto (ORTIZ; PAIM, 2006). No início da década de 1980, realizaram-se os estudos de viabilidade do empreendimento, alterando-se o posicionamento da Usina Hidrelétrica (UHE) Itá para um trecho onde a área atingida pelo reservatório seria menor. Contudo, como ainda haveriam que realocar um grande contingente populacional, já nesta época foi organizada a Comissão Municipal para Realocação de Itá, bem como a realização do Cadastro Socioeconômico dos moradores das propriedades que seriam atingidas.

Em 1987, o projeto básico foi aprovado. A ELETROSUL passou a ser a responsável pelo empreendimento até ser formado o consórcio de Itá, no ano de 1995, em que se uniu as iniciativas públicas e privadas, pois o Brasil, no fim da década, governado por FHC, perdeu o financiamento do Banco Mundial, precisando recorrer ao capital privado para concretizar o projeto. A responsabilidade do consórcio é destinada à Gerasul e às empresas CSN, Cimento Itambé e Odebrecht. Em 1996, são iniciadas as obras do barramento do rio, com a construção das ensecadeiras (responsáveis pela seca de um trecho do rio para que os barrageiros consigam construir a hidrelétrica). Com a privatização da Gerasul, a hidrelétrica passa a ser integralmente de capital privado. Em 1998, a Odebrecht vende sua parte para a Trectebel (VIANA, 2003); assim, por meio de uma concessão de um serviço público, a hidrelétrica torna-se privada. Em 1999, começa o enchimento do reservatório, atingindo os 141 km². Nos anos 2000, a hidrelétrica de Itá começa a gerar energia.

Para que o reservatório pudesse atingir sua capacidade máxima, foi necessária a remoção de um elevado contingente populacional. Neste processo, os atingidos contaram com o apoio do Conselho Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), atual MAB. O CRAB e a ELETROSUL assinaram um acordo, em 1987, no qual foram colocadas as possibilidades de compensação aos atingidos rurais, como: terra por terra, indenização e reassentamento (VIANA, 2003). Outras famílias atingidas foram removidas para áreas remanescentes não afetadas, ou foram indenizadas por carta de crédito para comprar uma nova moradia; as outras formas foram a compensação, o ressarcimento, a indenização de acordo com o valor do terreno e suas benfeitorias. Segundo Viana (2003), foram atingidos onze municípios da região, removendo, dessa forma, 3.560 famílias. Porém, os danos em razão das questões imateriais (relações topofílicas, com os vizinhos, proximidade com familiares), não foram compensados,

pois nem haveria como. Dentro desse grupo de pessoas afetadas estão os agricultores, trabalhadores não rurais e povos indígenas.

Com o custo de mais de um bilhão de reais, a hidrelétrica de Itá gerou temporariamente 2.500 empregos diretos e 1.500 indiretos, aumentando a circulação de pessoas na pequena cidade de Itá. Alguns barrageiros, como comprovado em trabalho de campo, permaneceram na cidade ou na região. A mão de obra era oriunda dos mais diversos lugares, pois contratavam trabalhadores que já possuíam experiência anterior.

5.3.2 Repercussões territoriais

Em razão da grande extensão de área atingida pelo reservatório, grande parte da população de Itá e de municípios próximos banhados pelo rio Uruguai tiveram que reconstruir sua cidade. Trata-se aqui, portanto, de uma mudança completa da cidade de Itá, que anteriormente se organizava de forma mais concentrada e circular (vide imagem à esquerda da Figura 8), próxima à margem do rio Uruguai. Com a construção da barragem e a elevação do nível da água, a cidade em sua totalidade foi “construída” em uma parte alta do município, seguindo a crista do morro, agora se organizando de forma longitudinal.

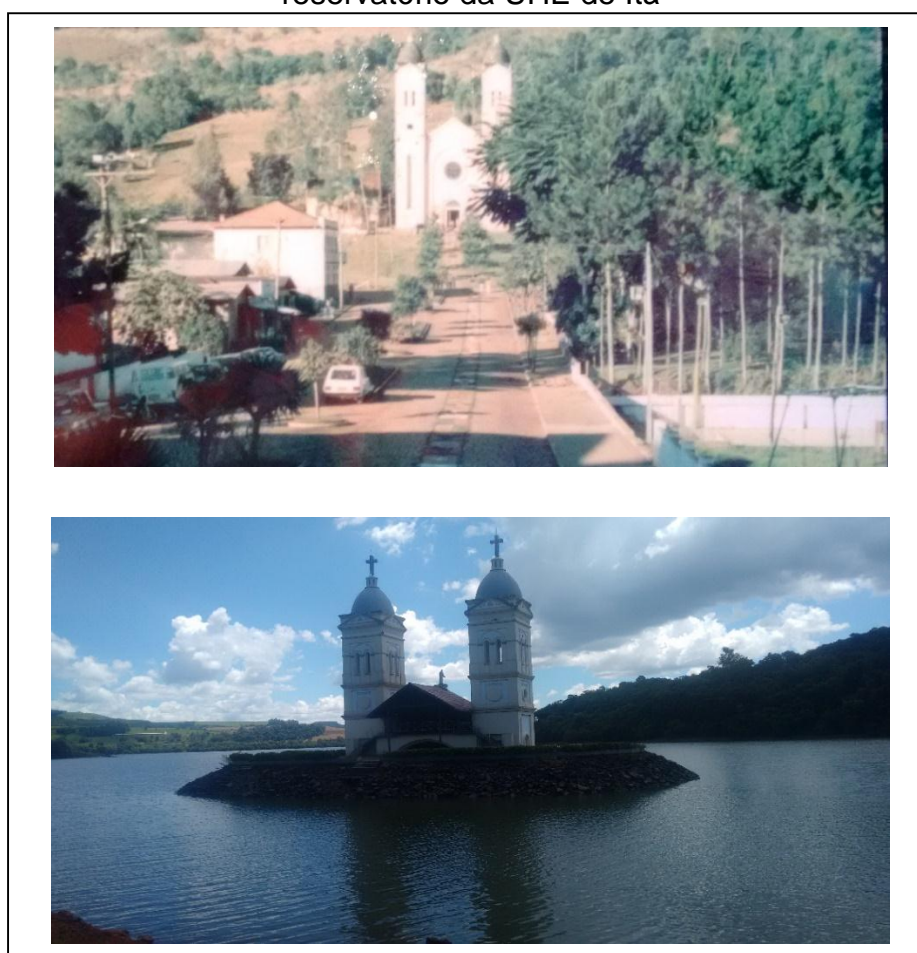
Figura 8 - Itá antiga e Itá nova



Fonte: Acervo pessoal (fotos tiradas de Imagens e maquetes em exposição no Itá Geoambiental).

A mudança para a “Nova” Itá, inaugurada em 1996, acarretou em diversas consequências, como a mudança da vizinhança, das relações de amizade, e das referências que se tinham do antigo município. Mesmo com a antiga cidade embaixo d’água, os municípios ainda convivem com as suas marcas tanto nas lembranças imateriais, quanto em espaços materiais, que se concretizam, por exemplo, na permanência das torres da antiga igreja em meio ao reservatório.

Figura 9 - As torres da igreja na “antiga” Itá e as torres da igreja à mostra no reservatório da UHE de Itá



Fonte: Ludmila Losada da Fonseca (2017).

Mesmo que esta pesquisa não seja voltada para a entrevista com a população local, cabe aqui alguns apontamentos trazidos em conversa informal. Como se teve um tímido contato, não se pode levar as falas como o pensamento de toda uma população, mas moradores afirmam que o município está melhor hoje do que quando era próximo ao leito do rio: “a hidrelétrica fez a cidade crescer”. Contudo, os

sentimentos são confusos, pois ao falarem da “antiga” Itá, afirmam que é muito difícil não poder voltar ao local onde cresceram, estudaram, viveram. Todas as referências territoriais lhes foram tiradas.

Por ter sido construída na década de 1990, quando o movimento ambientalista começava a ganhar importância, vários foram os projetos de cunho ambiental que acompanharam a construção e os anos seguintes da hidrelétrica. São exemplos desses programas promovidos pelo consórcio: o controle de degradação e recomposição das áreas da obra, a análise da qualidade da água, e a criação de uma unidade de conservação (esta foi uma contrapartida em razão do empreendimento)³⁷. Contudo, sabe-se que a implementação de uma hidrelétrica acarreta o desmatamento da mata nativa ali presente (ao exemplo da mata ciliar) e a diminuição da fauna, principalmente no que se refere aos animais aquáticos.

Em material produzido pelo MAB, está posto a ocorrência de uma audiência pública onde os moradores de Itá que foram atingidos pela barragem apontaram o descumprimento de tratativas feitas com o Consórcio Itá. Porém, nesta audiência, os cidadãos também apontaram a importância do turismo para o desenvolvimento da região, que atualmente conta com infraestrutura hoteleira para os turistas que aproveitam das termas, da “prainha” e da visitação da hidrelétrica.

³⁷ Em 1994, foram estabelecidas as duas Unidades de Conservação para UHE Itá: uma primeira, em Santa Catarina, no município de Concórdia, junto a uma ilha que se formou com o aumento do nível do rio, em razão do reservatório. Já a segunda unidade localiza-se no Rio Grande do Sul, na foz do Lajeado Teixeira Soares, no município de Marcelino Ramos.

Figura 10 - Praça central de “Nova” Itá e a prainha.



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2017).

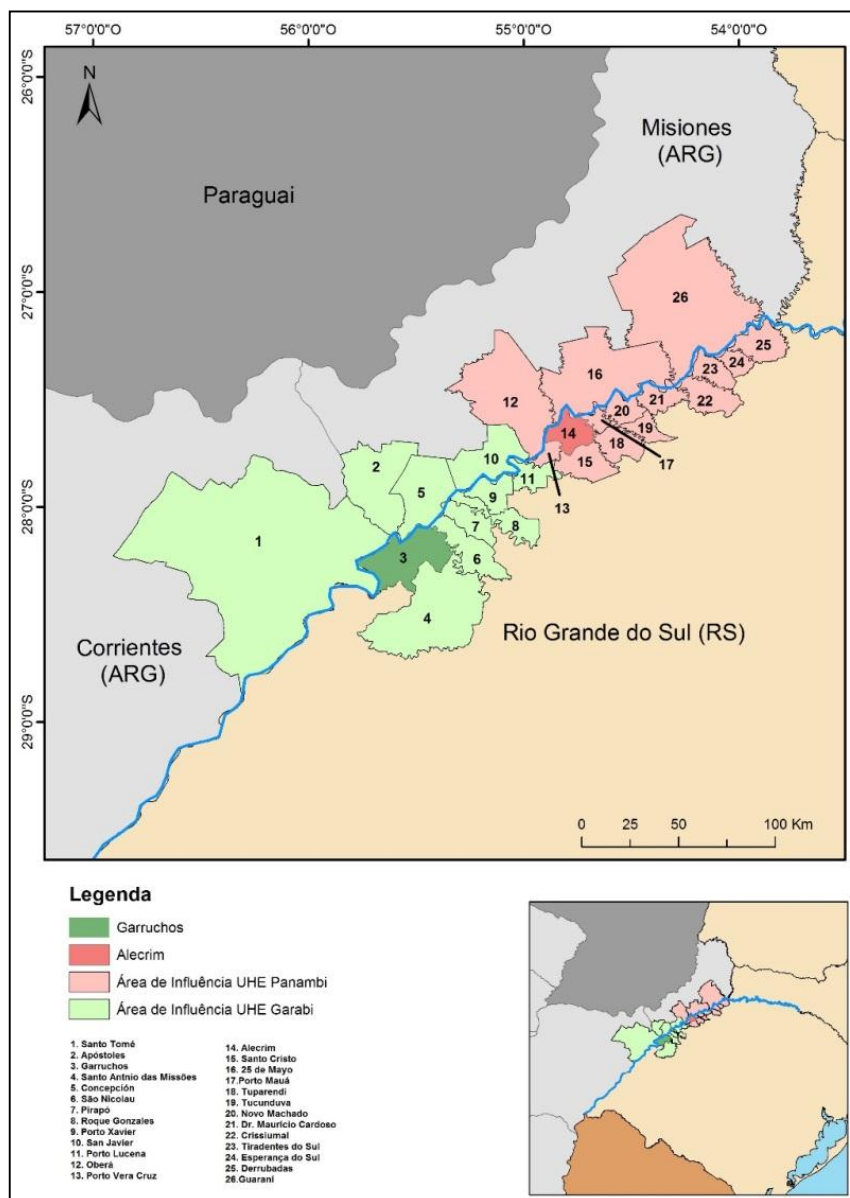
Apesar de reconhecer os avanços no número de turistas e na área do lazer, os atingidos apontam as deficiências da região, sendo elas a falta de incentivos na produção de alimentos, a falta de acesso a projetos na área da pesca e à moradia. Apontam que os agricultores, por terem perdido suas terras, hoje procuram formas para se manter no campo. Os moradores de Itá, ironicamente, reclamam de problemas no fornecimento de energia elétrica.

Além das repercussões já citadas, pode-se afirmar que, em alguma medida, a construção da barragem de Itá propiciou uma maior comunicação entre os municípios da região, pois a parte de cima da barragem foi utilizada como uma via para automóveis atravessarem o rio Uruguai, não sendo mais necessário o desvio até alguma ponte. Apesar dessa facilidade em termos de mobilidade, a referida via é asfaltada apenas até a barragem.

6 O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE GARABI-PANAMBI: UMA PROJEÇÃO PARA O FUTURO

Em 2011, foi anunciada a retomada dos projetos hidroelétricos binacionais no território histórico missioneiro. Naquele ano, as presidentes de Brasil e Argentina, Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, autorizaram as estatais EBISA (argentina) e ELETROBRAS (brasileira) a darem início aos novos estudos de viabilidade da construção de duas hidrelétricas no rio Uruguai, na fronteira entre os dois países. Trata-se das usinas Garabi e Panambi, projetadas para uma capacidade total de 2.200 MW, com custo estimado das obras em US\$ 5,2 bilhões, que gerarão, se construídas, grande repercussão territorial nos diversos municípios ribeirinhos da região, como espacializa o Mapa 10.

Mapa 10 - Área de Influência Direta do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi



Fonte: GARABI-PANAMBI, 2010.

Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Esta ação conjunta de Brasil e Argentina frente à utilização do rio Uruguai só pode ser realizada por razão da existência do “Tratado entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente Rio Pepirí-Guaçu” firmado na década de 1980 entre ambos os países para o uso do rio. Nele está posto que as ações conjuntas ocorrerão entre as empresas públicas designadas como responsáveis pela implementação das hidrelétricas:

ELETROBRAS e EBISA (ELETROBRAS, 2010). O rio Uruguai já possui grandes barramentos, tanto na zona fronteira quanto no limite de Santa Catarina com o Rio Grande. Estão presentes no rio: Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó.

Considera-se necessário nesse momento a caracterização socioeconômica, através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), dos municípios brasileiros que sediarão as hidrelétricas do Complexo Garabi-Panambi, Alecrim e Garruchos, localizados no noroeste gaúcho, nas margens do rio Uruguai. Destaca-se aqui que, historicamente, a região de fronteira sofre esquecimento por parte dos poderes executivos, sendo caracterizadas pelo escasso investimento e pelos índices de pobreza.

O município de Alecrim, localizado no noroeste gaúcho, já esteve sob jurisdição de Santa Rosa e depois de Santo Cristo, tornando-se em 1964 um município cujo nome seguiu o mesmo do antigo povoado. Atualmente, possui população estimada no ano de 2016 de 6.800 habitantes, número que diminui a cada ano, visto que, no início da década de 1990, habitavam ali mais de 10 mil pessoas (IBGE, 2016). Em razão da hierarquia urbana, a cidade assume papel de centro regional, possuindo apenas influência local. Além disso, Alecrim se desvincula do que ocorre com o padrão populacional, em razão da maioria de seus munícipes serem residentes da área rural.

O município possui forte presença de estabelecimentos agropecuários, destinados à produção de gado; na agricultura, destaca-se a lavoura temporária da soja, que ocupa 680 estabelecimentos, gerando mais de dez mil reais; entretanto, o trigo ocupa um menor número de estabelecimento, mas rende o valor de 81 mil reais. Outras produções que ganham destaque é a de ovos de galinha, que gera 368 mil reais, e a extração de lenha oriunda do eucalipto, que rende 471 mil reais (IBGE, 2016).

A receita de Alecrim em contribuição de seus munícipes é de quase 900 mil reais, seu PIB *per capita* é de 12.797,65 reais, no entanto a renda da maioria dos cidadãos está entre meio e dois salários mínimos (IBGE, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano por município (IDHm)³⁸ é de 0,672 – considerado de nível médio pela ONU –, abaixo dos IDH's brasileiro e gaúcho. Da mesma forma como aparecem os dados

³⁸ O IDHm é o valor do IDH por município. Ele calcula um índice para o nível de desenvolvimento humano através de dados sobre a educação, renda e estimativa de vida.

do Índice de Gini³⁹ de 0,38, sendo esse um valor intermediário. A população é bem assistida quanto ao número de escolas: seis de Ensino Fundamental (duas estaduais, quatro municipais) e uma de Ensino Médio estadual, cabendo destacar, a título de exemplo, que foram realizados no ano de 2015, 205 matrículas no Ensino Médio. Isto ocorre em uma realidade onde mais de 90% da população é alfabetizada. Quanto ao acesso à saúde, conta-se com sete estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (IBGE, 2016).

Figura 11. Pórtico de Alecrim (RS)



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Em trabalho de campo no município de Alecrim, percebeu-se o quão organizada a cidade parecia ser em razão da limpeza urbana e das infraestruturas visíveis (calçamento e asfalto). Em conversa informal com alguns de seus habitantes, comerciantes e transeuntes, muitos falaram do quão calma a cidade é, que poucos contratempos ocorrem. Os dados da segurança pública do Rio Grande do Sul para o município de Alecrim, no entanto, mostram 42 furtos durante todo o primeiro semestre de 2016, além de casos isolados de tráfico, homicídio e estelionato (SSP, 2016).

³⁹ Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Índice de Gini é um indicador que mede o grau de concentração de renda de um determinado local. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando numericamente de zero a um, onde zero representa o local onde não há disparidade de renda.

Esses números isolados podem ser baixos, porém, se comparados com municípios de maior população (ao exemplo da Santo Cristo⁴⁰, município próximo), conclui-se que são um pouco elevados.

Outros pontos relevantes destas conversas informais estão no uso do rio Uruguai como fonte de lazer para os moradores de Alecrim e de cidades próximas, principalmente para a pesca (esportiva) e para o banho nos verões, no Balneário de Porto Biguá, chamado pela população apenas de “Balneário”.

Figura 11 - Balneário Porto Biguá



Fonte: ALECRIM, 2014.

Outra questão que surgiu de forma involuntária foi a da fronteira. Nessas conversas informais, algumas pessoas se referiam à fronteira para falar de costumes dos habitantes da fronteira com o Uruguai, fazendo referência à metade sul do estado, esquecendo da sua própria localização e de que são também cidadãos da fronteira. Em razão disso, questionou-se as pessoas sobre tal fato; disseram que provavelmente isso ocorre pela falta de comunicação com o lado argentino, em virtude deste ser menos desenvolvido. Corroborar a esse sentimento de não pertencimento a ausência de uma ponte nas proximidades de Alecrim que comunique as duas margens do rio, embora já se pense na instalação da terceira ponte sobre o rio Uruguai (DIETZ, 2008). Outro aspecto relevante é o fato da fronteira ser dividida por um rio e pela presença

⁴⁰ Para Santo Cristo, os dados apontam 39 furtos, sendo que o município possui população de mais de 14 mil habitantes.

de uma faixa de vegetação nas suas margens, maior do lado argentino. Esta fronteira é completamente diferente daquelas conformadas por terras contíguas. Assim, encontram-se algumas explicações para tanto a cidade de Alecrim quanto a de Garruchos, estarem “de costas” para a Argentina.

Garruchos, município que se emancipou de São Borja em 1992, abrigará a hidrelétrica de Garabi, localizado no oeste gaúcho, próximo a São Luiz Gonzaga. A realidade do município é marcada pelo seu difícil acesso, pois ele é separado da BR-285, importante estrada da região, pela RS-176, não asfaltada naquele trecho. Essa condição inviabiliza seu crescimento.

Figura 12 - RS-176. Estrada que dá acesso ao município de Garruchos



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2016).

O município apresenta uma previsão de decréscimo populacional, mas de pouco valor numérico, de 3.234 em 2010 para 3.219 em 2015 (IBGE, 2016). Esses números representam uma realidade regional, pois o Rio Grande do Sul é marcado pelo baixo crescimento. No município, são criados, principalmente, aves, bovinos e ovinos; e são cultivadas a cana de açúcar, soja e milho. O índice de Gini é de 0,38, o mesmo apresentado por Alecrim, sendo um valor mediano entre os demais municípios do estado. Os dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do RS conferem a Garruchos a ocorrência de 38 furtos ao longo do primeiro semestre de 2016. Este dado é considerado baixo quando comparado a municípios da região, de igual porte,

e que possuem dados mais expressivos, ao exemplo de São Nicolau, que apresentou 68 furtos no primeiro semestre de 2016.

Segundo dados da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em razão do levantamento do patrimônio cultural e históricos das missões, o município, apesar de pequeno, possui infraestruturas básicas (água, luz, saneamento básico), bem como espaços de cultura e lazer. Lá existem casas com arquitetura que datam do início do século XX, mas encontram-se em condições precárias. Ainda sobre a paisagem do local, ela é fortemente marcada pela presença da mata ciliar em razão do rio Uruguai. Essas informações tornam-se relevantes quando se trata da instalação de uma hidrelétrica que poderá inundar a cidade e, por consequência, acabar com os patrimônios citados. Estes também poderiam ser relevantes se utilizados para o desenvolvimento do turismo na região.

Atualmente, Garruchos abriga as conversoras Garabi I e Garabi II, conforme ilustra a placa na entrada da rodovia RS-176 (Figura 13). Estas duas conversoras integram um sistema existente entre Brasil e Argentina destinado a transmitir energia elétrica entre os dois países. No município brasileiro de Garruchos, essa transferência de energia é realizada pela empresa Endesa Cien. A conversão é necessária, visto que a energia produzida no Brasil ocorre em frequência 50 Hz, diferente da utilizada na Argentina, que ocorre em 60 Hz (MACADAR, 1999). A exportação e a importação de energia também são fundamentais para os dois Estados. Em 2015, a Argentina solicitou energia brasileira em razão do consumo ter sido maior do que o esperado; o Brasil também já necessitou da energia argentina em ocasião da crise hídrica. Tanto a conversão quanto a exportação e a importação de energia são consideradas as principais atividades econômicas do município. Durante a instalação da conversora, as promessas para a região eram a de desenvolvimento e a do asfaltamento da RS-176. Nenhuma das duas foram cumpridas (CIGANA, 2014).

Figura 13 - Entrada da estrada que dá acesso ao Município de Garruchos (BRA)



Foto: Ludmila Losada da Fonseca (2016).

Existe uma relação, ainda que não tão intensa, entre o lado argentino e o brasileiro no trecho em que toca os municípios homônimos de Garruchos (Brasil e Argentina), cujos núcleos urbanos encontram-se na margem do rio Uruguai. Esta comunicação ocorre através de pequenas embarcações que dão vida ao cotidiano daquela fronteira, como evidenciado em notícia vinculada pela Zero Hora no dia 29 de março de 2014 (CIGANA, 2014).

Em razão do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi se localizar na fronteira entre Brasil e Argentina, utilizando-se das águas do rio Uruguai, também é preciso reconhecer a realidade das localidades argentinas. As províncias que serão afetadas pela implementação do Complexo Hidrelétrico são Corrientes e Misiones, caracterizadas por serem as de menor IDH do país, em razão de seu baixo desenvolvimento (UNASUL, 2014a). As duas províncias possuem, respectivamente, 14,2% e 12,7% de seu território protegido por lei ambiental, número considerado relevante quando comparado aos dados do Rio Grande do Sul que possui 3,2% (UNASUL, 2014a).

Na Argentina, a hidrelétrica de Garabi irá, se concretizada, localizar-se no município de Garruchos (nome homônimo ao do município brasileiro). Garruchos (ARG) faz parte do departamento de Santo Tomé, na província de Corrientes. Foi fundado em 1877, sendo um ponto espacial importante na história jesuítica, pois aquele era um ponto onde passavam mercadorias de São Borja (RS) em direção ao

Paraguai. Apesar de pequena - dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) apontam que a população da cidade no ano de 2010 era de apenas 803 habitantes - a cidade conta com escolas e centro de saúde, uma Aduana – característica dos municípios fronteiriços – e uma prefeitura naval, criada em 1897, responsável pelo comércio que ocorre na fronteira.

A UHE Panambi estará sediada no município de Alecrim (BRA), como já supracitado, e em Panambí (ARG). A província de Misiones, que carrega no nome a história das missões, considera a instalação de Panambi como fundamental para o desenvolvimento, assim como o de Corpus Christi (outra hidrelétrica a ser instalada no rio Paraná na fronteira entre Argentina e Paraguai). Panambí localiza-se, por óbvio, nas margens do rio Uruguai, fazendo fronteira com o Brasil. Para tanto, lá existe uma balsa que comunica as populações locais. Dados do INDEC do ano de 2001 apontam que à época viviam no município mais de cinco mil pessoas.

6.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O rio Uruguai há muito tempo é pensado como um gerador de energia elétrica. Na década de 1970, já haviam sido realizados estudos de inventário para o aproveitamento hidrelétrico no trecho binacional realizados pela ELETROBRAS e pela AyE (ELETROBRAS, 2010). O Tratado de Aproveitamento de Recursos Hidrelétricos Compartilhados⁴¹, promulgado no ano de 1983, possibilitou o primeiro estudo de localidades possíveis para a instalação de hidrelétricas no trecho binacional entre Brasil e Argentina.

⁴¹ No tratado está colocado que, além do aproveitamento hidrelétrico, os países possuem acordo para a melhoria da navegabilidade no rio Uruguai no trecho binacional, a diminuição dos efeitos das cheias extraordinárias para as populações ribeirinhas, além da racionalização dos usos da água quando o uso for consultivo (ou seja, a quantidade de água retirada é diferente da que é devolvida, como o que ocorre, por exemplo, na agricultura).

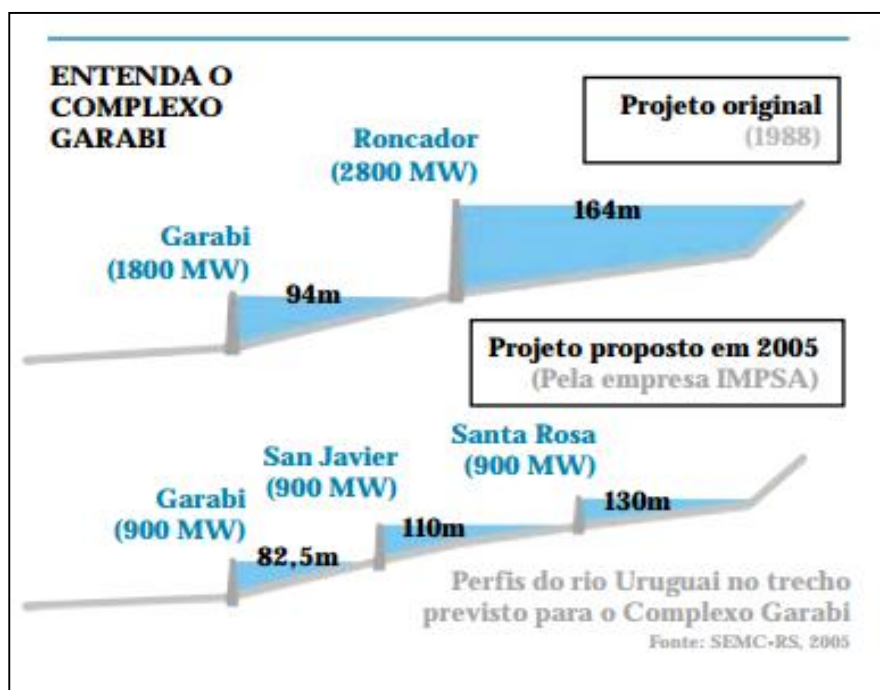
Quadro 4 - Caracterização do primeiro projeto para instalação de hidrelétricas

Aproveitamento	Nível do Reservatório (m)	Potência (MW)	Energia (GWh/ano)	Área do Reservatório (ha)
San Pedro	52	710	3.612	177.000
Garabi	94	1.800	6.083	81.000
Roncador	164	2.200	8.985	115.800

Fonte: EBISA (2010).

O estudo básico de Garabi foi finalizado em 1988. Se essa obra fosse concretizada conforme pensada em 1988 ela iria inundar o vale do rio Uruguai na região do salto do Yucumã, no Brasil, e seu correspondente na Argentina, Moconá; também atingiria parte do Parque Estadual do Turvo. No referido estudo, Garabi seria um Complexo Hidrelétrico formado por duas barragens: Garabi e Roncador, como ilustra a Figura 14 (ORTIZ; PAIM, 2006).

Figura 14 - Projetos anteriores para o complexo de Garabi



Fonte: Ortiz e Paim (2006).

Em razão da emergência de movimentos ambientais e de maior preocupação com o meio ambiente, em 2005 foi formulado um novo projeto que substituiu a

construção da UHE Roncador, por dois outros barramentos: UHE San Javier e UHE Santa Rosa (ORTIZ; PAIM, 2006), já que, no estudo de Inventário do Rio Uruguai (2010), está presente como premissa que qualquer empreendimento situado no rio, no trecho binacional, não pode afetar o Salto do Yucumã (Brasil), ou o Salto de Moconá na Argentina (ELETROBRAS, 2010).

Em 2008, a EBISA e a ELETROBRAS assinaram convênio de cooperação para os estudos de inventário do rio Uruguai e do aproveitamento hidrelétrico, esse último refeito em 2009, realizado por meio de dados disponibilizados pelos respectivos órgãos de estatística aliados a trabalhos em campo por três empresas privadas (uma brasileira e duas argentinas), que selecionaram dois aproveitamentos hidrelétricos: Garabi e Panambi, com capacidade instalada total estimada em 2.200 MW e que contaram com a aprovação do Ministério de Minas e Energias⁴², chefiado à época por Edison Lobão, como demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 - Caracterização do atual projeto para instalação de hidrelétricas

Aproveitamento	Nível do Reservatório (m)	Potência (MW)	Energia (GWh/ano)	Área do Reservatório (ha)
Garabi	89	1.152	5.970	64.200
Panambi	130	1.048	5.470	32.760

Fonte: ELETROBRAS (2010).

Vale destacar que os estudos realizados na década de 1970 e 1980 não tiveram validade para o atual projeto em razão das disparidades das legislações ambientais vigentes na época, que dão menos importância às questões ambientais quando comparadas com as atuais (ELETROBRAS, 2010). Em razão disso, foram analisados os documentos que integram o RIMA dos dois projetos, disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Os documentos revelam que havia um impasse quanto aos estudos ambientais, visto que as legislações nacionais eram diferentes para o tema, tendo que, para tanto, responder às duas legislações. Por se tratar de uma região de fronteira, os estudos

⁴² Esse projeto está situado em uma intenção do Ministério de Minas e Energia em aproveitar a capacidade do rio Uruguai através do seu barramento em diversos pontos. Já estão instalados em seu curso as hidrelétricas de Itá, Machadinho, Barra Grande e Foz de Chapecó.

seriam de responsabilidade dos governos federais. Nos documentos que precederam o RIMA, foi levantado como fundamental a presença do IPHAN na elaboração do termo de referência para sua elaboração, em razão da presença de aspectos históricos e arqueológicos na região de implementação dos projetos. A fim de diferenciar os diferentes graus de interferência na região frente ao empreendimento utilizou-se a divisão entre as Áreas Diretamente Afetadas (ADA): território destinado à instalação da infraestrutura necessária para a construção e operação das obras principais e complementares; e a Área de Influência Indireta (AII), onde a implementação impacta indiretamente.

Posteriormente, a EBISA lançou edital para licitação pública internacional a fim de contratação dos estudos de engenharia, estudos ambientais e plano de comunicação social. A vencedora foi a *Unión Transitoria de Empresas*, formada por duas empresas brasileiras: Engevix (atuante nos setores de energia, infraestrutura e indústria, responsáveis pela construção da UHE Itá e da UHE Belo Monte) e Intertechne (atuante na área de infraestrutura, energia, óleo e gás; também responsável pela UHE Belo Monte). Compõem também essa união quatro empresas argentinas: Consular (Consultora de Engenharia criada em 1968, atuante nas áreas de infraestrutura e energia, mais especificamente com obras hidrelétricas), Grupo Mesopotámico (sede em Misiones, com especialidade nos estudos ambientais), IATASA (experiência em grandes obras públicas e de infraestrutura, apresentando como clientes a empresa EBISA e a Entidade Binacional Yacyretá) e Latinoconsult (especializada na área de engenharia destinada à infraestrutura, energia e meio ambiente; já constam como responsáveis do anteprojeto e do projeto licitatório do aproveitamento hidrelétrico de Garabi-Panambi).

As empresas citadas fundaram o Consórcio Energético do Rio Uruguai para a realização dos estudos de impacto ambiental do Complexo Hidrelétrico, bem como para o cadastramento das famílias atingidas⁴³. Contudo essas empresas não gozam de confiabilidade das populações locais, visto que a Engevix, empreiteira brasileira, foi acusada de fraude nos estudos de impacto ambiental da barragem de Barra Grande, conforme veiculado no portal Sul21 (2015). Além desse caso, outros estão

⁴³ Quanto ao andamento do projeto, vale ressaltar que somente depois da etapa dos estudos ambientais é que será feita a licitação para as empresas construírem, de fato, o Complexo Hidrelétrico.

sendo descobertos através da Operação Lava Jato⁴⁴, com forte presença de empreiteiras brasileiras envolvidas em casos de corrupção.

Etapa de avaliação do impacto ambiental, a audiência pública é parte importante do processo de implementação de qualquer grande empreendimento. Conforme preconiza o *site* do IBAMA (2017) quando se destina ao tema

A audiência pública é uma das etapas da avaliação do impacto ambiental e o principal canal de participação da comunidade nas decisões em nível local. Esse procedimento consiste em apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental, esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas. As audiências públicas poderão ser realizadas por determinação do IBAMA, sempre que julgar necessário, ou por solicitação de entidade civil, do Ministério Público ou de cinquenta ou mais cidadãos.

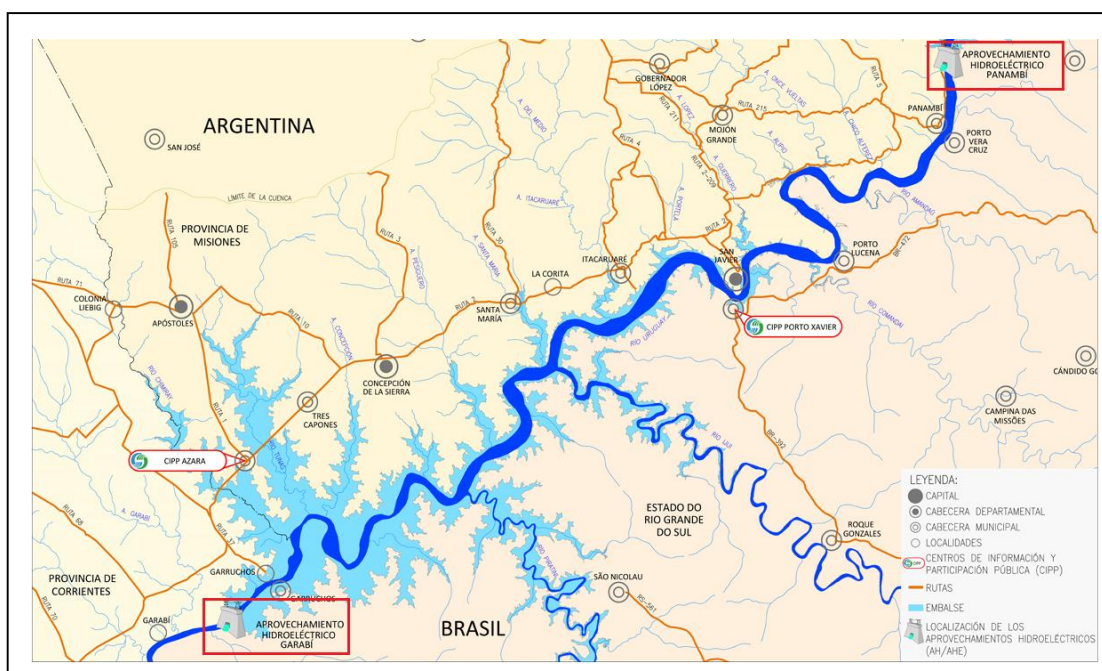
Na Argentina as audiências públicas são obrigatórias para a execução do projeto, baseado na garantia do direito à publicização dos atos do governo e de acesso à informação. Constitui-se, assim, a audiência pública um instrumento assegurado pela constituição nacional e que deve ocorrer anteriormente a qualquer ato que possa surtir efeitos à população.

Apesar do Complexo Hidrelétrico ser um projeto antigo, ele foi assimilado, com modificações, pela carteira de projetos do COSIPLAN-IIRSA, onde aparece de forma desmembrada. Existe um projeto para Garabi e outro para Panambi. Ambos se encontram em fase de pré-execução. Na descrição do COSIPLAN-IIRSA feita para o projeto de Garabi estão previstas a instalação de oito turbinas-geradoras, representando uma potência instalada máxima de 1.152MW; já o reservatório, segundo o inventário elaborado em 2010, teria uma área alagada de 642Km², com cota máxima de 89 metros. Não se apresentam neste detalhamento projetos relacionados à instalação da hidrelétrica. Juntamente à instalação de Panambi, a obra custará aos cofres públicos cerca de cinco bilhões de dólares, contudo ainda não se tem nenhuma ação formal na busca desses investimentos (COSIPLAN-IIRSA, 2017a). Na UHE de Panambi são previstas a instalação de sete turbinas-geradores, possibilitando uma potência instalada de 1048MW, com cota máxima de 130 metros (COSIPLAN-IIRSA, 2017b).

⁴⁴ A operação Lava Jato, deflagrada em 2014, é considerada a maior operação em que são investigados casos de corrupção e de lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, inicialmente. Estão relacionados nessa operação os maiores partidos políticos brasileiros, bem como as maiores empreiteiras do país.

Como o projeto está posto atualmente, a instalação se dará nos marcos identificados na Figura 15, já descritos, conforme apresenta o sítio oficial do Complexo Hidrelétrico.

Figura 15 - Localização das Hidrelétricas de Garabi-Panambi



Fonte: GARABI-PANAMBI, 2010.

O andamento da implementação das hidrelétricas é moroso, como já exposto na presente dissertação. Apesar dos novos estudos terem iniciado em 2010, apenas em 2014 o IBAMA emitiu o termo de referência, documento necessário para o início da elaboração dos estudos ambientais, em que são apontados os itens que devem constar nesses estudos. A partir deste momento, foram realizados estudos de engenharia e do meio biótico da região. No final daquele ano, ocorreram reuniões de cunho informativo com as populações atingidas da margem brasileira. Atualmente, segundo a ficha de acompanhamento do projeto, estão sendo realizados os estudos de diagnósticos arqueológicos e culturais, também na margem brasileira.

O Consórcio Energético do Rio Uruguai, já mencionado, responsável pelos estudos de impacto ambiental, e, conseqüentemente, pelo levantamento dos imóveis atingidos, conseguiu até o ano de 2015, como informa a representante do MAB, entrevistar menos de 10% da população. Ela aponta que esse baixo número deve-se, em alguma medida, à ação espontânea dos munícipes de negar-se à entrevista com

os representantes das empresas, pois, segundo ela, esta seria uma forma de se demonstrar a contrariedade à instalação do Complexo Hidrelétrico.

Os estudos encontram-se parados em razão de problemas com a UHE de Panambi, que teve seus estudos de viabilidade técnica e ambiental suspensos em razão de uma liminar da 1ª Vara Federal de Santa Rosa, oriunda de uma ação pública do Ministério Público Federal da região. Esta ação foi motivada pelos estudos de inventário realizados inicialmente em que a cota de Panambi (130 metros) poderia impactar o Parque Estadual do Turvo. O IBAMA também interferiu, pedindo estudos detalhados para o Parque, visto o possível impacto no local. Segundo o IBAMA, o Parque não poderá ser afetado em razão da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que impede a autorização de empreendimentos que causem inundação de uma Unidade de Conservação (UC) (IBAMA, 2013a). A ELETROBRAS, em função desse fato, decidiu suspender os estudos da hidrelétrica de Garabi também, enquanto aguarda o desfecho da situação de Panambi (IFES, 2015).

O Tratado de Aproveitamento de Recursos Hidrelétricos Compartilhados, promulgado no ano de 1983, já situa importantes pontos que esclarecem questões para o futuro funcionamento do Complexo Hidrelétrico. O primeiro é de que as obras e o funcionamento seriam executadas pela ELETROBRAS e pela AyE, podendo ser transferidas para outras entidades executivas mediante aprovação dos governos de Brasil e Argentina. Os demais pontos são: a instalação deverá observar os princípios da divisão por partes iguais da energia produzida; a implementação das hidrelétricas deverá cumprir com outros objetivos que não sejam só a sua instalação; distribuição igualitária de responsabilidades; e a aprovação dos custos estimados para a construção pelos dois Estados (utilizando o dólar como moeda). Ainda quanto aos cuidados com o rio Uruguai, o tratado pondera que a vazão a jusante -em direção a foz do rio- necessária para facilitar a navegação deverá ser garantida, e que as águas do rio não deverão sofrer alteração em razão da instalação da hidrelétrica no que tange a sua qualidade, seu regime fluvial ou a operação dos portos. Pontua, também, que as terras utilizadas para a implementação da hidrelétrica deverão ser consideradas de utilidade pública, praticando os atos administrativos necessários para a desapropriação de terrenos e das benfeitorias, sendo necessário o pagamento de indenizações às populações locais (BRASIL, 1983). Em 2007, foi elaborado um protocolo adicional, que reafirmava o anterior e adiciona pontos ao aproveitamento comum do trecho binacional. Destacam-se, ainda, as atualizações das legislações

ambientais e o surgimento da Comissão Técnica Mista, com atribuições de supervisionar o trabalho realizado pela ELETROBRAS e pela EBISA (ELETROBRAS, 2010).

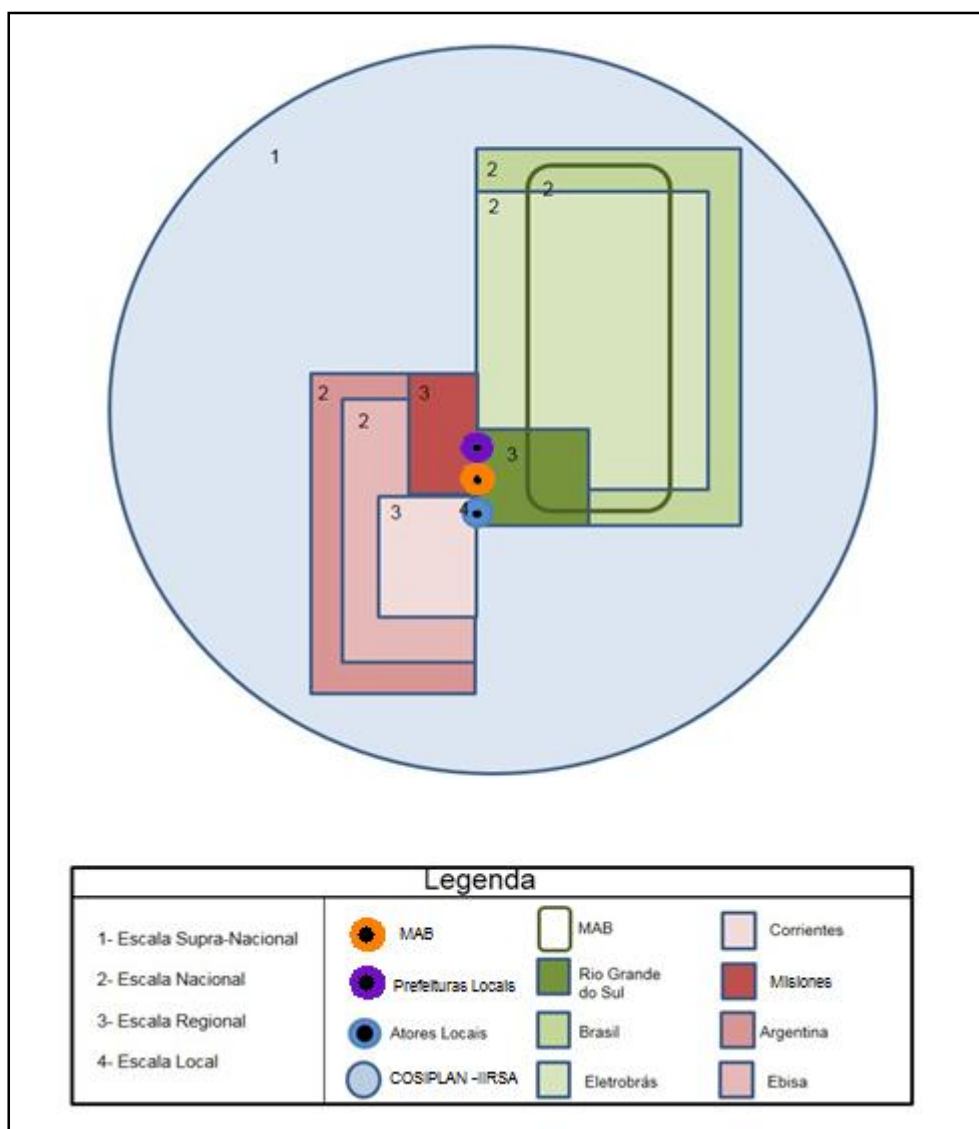
Segundo Brack (2016), a implementação das hidrelétricas compromete em 20%, equivalente a 64 hectares, o parque estadual do Turvo, que é extremamente importante para a preservação da biodiversidade local, pois abarca características dos biomas Mata Atlântica e Amazônico. Na questão ambiental reside uma grande problemática quanto à implementação do projeto hidrelétrico, visto que a região é caracterizada pela cultura da soja responsável pelo desmatamento, e que são poucas as áreas que ainda preservam a vegetação natural, remanescentes por vezes na mata ciliar, que serão atingidas pela construção da barragem.

6.2 OS ATORES TERRITORIAIS

Em vista de se obter a visão dos atores territoriais locais sobre a implementação e a repercussão do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, cabe, neste momento, a identificação dos atores territoriais que estão no projeto, caracterizando de forma mais precisa os que atuam localmente.

Para entender-se a organização espacial sob a perspectiva dos múltiplos atores, precisamos identificá-los e localizá-los em suas respectivas escalas. Assim, tem-se o esquema abaixo, baseado no elaborado por Dietz (2008), em que são ilustrados os principais atores envolvidos no processo de implementação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi, sendo eles: a IIRSA, o governo brasileiro, o governo argentino, a EBISA, a ELETROBRAS, os governos regionais de Corrientes, Misiones e do Rio Grande do Sul, e os governos municipais sedes das futuras hidrelétricas.

Figura 16 - Principais atores e suas escalas de atuação.



Fonte: Org. Ludmila Losada da Fonseca (2016)

Rosière (2007) divide os atores entre os clássicos e os novos. Nessa perspectiva, os atores clássicos são representados pelo Estado e pela Igreja. São considerados novos atores os movimentos sociais e as empresas. A seguir, serão definidos os papéis de cada um deles, exemplificando-os e caracterizando-os.

6.2.1 O Estado

Quando trazemos essas compreensões para o projeto do Complexo Hidrelétrico, percebe-se sua atuação por meio do apoio político e financeiro dos Estados-Nacionais

argentino e brasileiro para o projeto. Em razão da continuidade da administração petista (catorze anos) no Brasil, e Kirchnerista (doze anos) na Argentina, é que se pode falar em um projeto de Estado para o desenvolvimento desses dois países, que reflete em ações conjuntas para a produção energética articuladas através do COSIPLAN-IIRSA.

Apesar de Rosière (2007) não classificar os organismos supraestatais como atores, aqui sua explicação é importante no presente cenário, já que os Estados estão articulados por meio da IIRSA, caracterizada por ser uma associação de Estados que se constituem através de um tratado. Ela é considerada, pelo mesmo autor, como sendo de vocação regional, o que configura a sua dimensão política, e não só econômica.

6.2.2 A Igreja (Católica)

Foi (e é) extremamente influente na política e na vida das comunidades. No contexto estudado, a Igreja está presente através da Paróquia de Santa Cecília, como um elo integrador da comunidade, demonstrando preocupação com a situação daqueles que serão desalojados e com posicionamento claro frente ao projeto. O papel dela, em alguma medida, é o de organizar a população local. Sobre a Argentina, a ressalva vale por ser um Estado clerical cristão, isto é, a religião estatal é o catolicismo.

6.2.3 Movimentos Sociais

No presente estudo de caso, o movimento social, representado pelo MAB, possui grande relevância nessa disputa pelo uso do território. Para tanto, cabe neste momento compreender como ocorreu o seu surgimento. Segundo Kuczkowski (2007) ele surgiu na década de 1970, em razão da construção de Itaipu, quando o Brasil era governado pelos militares. A população que seria atingida pela construção foi organizada por meio da Comissão Pastoral da Terra, realizando um grande abaixo-assinado em razão do baixo valor das indenizações pagas aos atingidos. Em 1980, eles se organizaram através do Movimento Justiça e Terra, constituindo uma “organização popular” e alcançando o aumento das indenizações. O início dessa articulação aconteceu de forma regionalizada, por meio do CRAB, onde cada região,

em razão das hidrelétricas que estavam sendo construídas, articulava-se em prol dos desabrigados. Neste momento, tiveram destaques as lutas da região Nordeste do Brasil, que se mobilizou frente à construção da hidrelétrica de Itaparica; e na região Sul, em razão das hidrelétricas do rio Uruguai. Dessas lutas articuladas dos atingidos de todas as regiões, elaborou-se um plano de lutas em nível nacional, já espelhando para uma mobilização num âmbito menos local. Foram destacados como pontos principais, conforme coloca Kuczkowski (2007, p. 278)

- 1) elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;
- 2) solução imediata dos problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas, condição para a implementação de novos projetos;
- 3) cumprimento de acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias;
- 4) fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

Esse entendimento comum sobre quais são os pontos cruciais na luta pelos direitos dos atingidos por barragens é o que leva, dois anos depois, à criação do MAB. Ainda são destacados pelo mesmo autor os pontos que conduziram o surgimento do movimento: o primeiro é que a energia é subsidiada para quem a consome mais (as empresas), isto é, quem menos consome paga mais caro; o segundo é que, quando implementa-se uma hidrelétrica, as questões ambientais e sociais ficam em segundo plano, preteridas pelo “desenvolvimento” propiciado com sua instalação; o terceiro ponto é a imposição dessas hidrelétricas às comunidades, já que o Estado, com o discurso muitas vezes nacionalista de que se faz necessário para o crescimento do país, impõe o estabelecimento de uma hidrelétrica, sem espaço para diálogo e para a produção de energia através de outras fontes.

Atualmente a organização ocorre por meio dos grupos de base, nos quais as pessoas se organizam de forma mais local possível (bairros, comunidades) lutando por seus direitos.

6.2.4 Atores Econômicos

Por mais que as instituições financeiras não sejam fisicamente visíveis no território, elas conseguem determinar a sua estruturação. Pensemos no exemplo das

instituições que financiam os investimentos do COSIPLAN-IIRSA, como o BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o FMI. A fonte de crédito fornecida aos países para materializar as obras de integração é, muitas vezes, oriunda das instituições financeiras internacionais, que são formadas por diversos Estados, ao exemplo do BIRD – caracterizadas, dessa forma, como “agentes da globalização e da liberalização da economia” (ROSIÈRE, 2007, p.317).

Pontua-se aqui a importância das empresas transnacionais, que, apesar de não atuarem diretamente no COSIPLAN-IIRSA, são elas que têm um dos maiores benefícios: a circulação mais fluída de produtos, já que este segmento de empresas é responsável pela maior parte do comércio internacional. Ao exemplo do presente estudo de caso, as empresas conseguem se inserir dentro do processo de integração promovido pelo COSIPLAN-IIRSA desde seu início, pois o levantamento de inventário e os estudos ambientais referentes ao Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi já estão sendo realizados por empresas privadas (são cinco que formaram o Consórcio Rio Uruguai). E, provavelmente, o futuro complexo será gerido por empresas privadas, como na maioria das hidrelétricas em território nacional, ao exemplo de Itá.

6.3 VISÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E FUTURAS REPERCUSSÕES: OS ATORES TERRITORIAIS FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO E REPERCUSSÕES DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE GARABI-PANAMBI

Para fins de uma melhor percepção sobre a implementação do projeto e de quais são as repercussões esperadas, foram consideradas as opiniões daqueles que estão na “ponta” deste processo, isto é, os atores territoriais presentes nas escalas mais locais, pois, como afirma Dietz (2008, p.112), “é na escala local [...] onde acontece a materialização das relações produzidas nas outras escalas geográficas”.

Em razão disso, foram entrevistados os representantes dos governos municipais das legislaturas de 2013-2016 dos dois municípios-sede do empreendimento e uma representante do MAB, movimento que representa de forma legítima aqueles que serão afetados pelas barragens. Apesar das empreiteiras atuarem de forma local durante a implementação das hidrelétricas, considera-se aqui que elas são apenas prestadoras de serviços, executando meramente o que lhes é demandado pelas responsáveis (EBISA e ELETROBRAS). Não que isso acarrete uma

postura meramente passiva, contudo, com este perfil de executoras, não foram consideradas atores territoriais locais no presente caso.

A remoção das populações ribeirinhas são notadamente, junto à questão ambiental, o que mais repercute negativamente na implementação do Complexo Hidrelétrico. Por mais que estudos sejam elaborados pelas prefeituras para saber se a população atingida concorda com a implementação da hidrelétrica, sabe-se que, quando os atores territoriais de escalas nacionais e internacionais decidem sobre tal fato, dificilmente ele deixa de ser executado. Portanto, compreende-se como fato inexorável à implementação de Garabi-Panamby a remoção de pessoas, o que se fez presente na análise da implementação de outros projetos hidrelétricos, como já retratado na presente dissertação.

A saída dessa população de suas moradas e o rompimento da relação topofílica acontece em todo o processo de implementação de uma hidrelétrica. A remoção desencadeia um processo de desterritorialização, que se caracteriza, segundo Haesbaert (2003), pelo seu cunho social, e que está “ligada à crescente dinâmica de exclusão sócio-espacial” (HAESBAERT, 2003, p.1). Com a compreensão de que a implementação de uma hidrelétrica se concretiza não em função da demanda da população brasileira, mas sim da agropecuária e da indústria, pode-se pensar, conseqüentemente, que os moradores da margem do rio e os demais cidadãos dos municípios serão sim atingidos em razão de uma imposição, de uma dinâmica econômica que se concretiza espacialmente.

Assim, o “desterritorializar-se” está vinculado “ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais” (HAESBAERT, 2003, p. 8). O autor ainda pondera que, concomitante ao movimento da desterritorialização está o da reterritorialização, isto é, o novo movimento daqueles que foram retirados do seu antigo lugar de moradia e são conduzidos para outro. Nesse novo lugar, muitas vezes imposto pela administração pública, como foi o caso dos projetos hidrelétricos estudados, as pessoas formam novos laços, criando uma nova topofilia.

O fato dos estudos de viabilidade técnica estarem parados é considerado pela coordenadora nacional do MAB como uma vitória, visto que ela é fruto da mobilização dos atingidos. Lembra-se aqui que o movimento é considerado como um ator territorial nacional e local, que disputa o território ao lutar por um outro modelo de desenvolvimento em que as hidrelétricas não são a única alternativa para a produção

energética. A representante entrevistada afirma que o MAB não é contra o desenvolvimento, mas querem um outro tipo de desenvolvimento.

O Movimento de Atingidos por Barragens esteve presente nos municípios atingidos pelo Complexo Hidrelétrico já no surgimento da primeira proposta realizada na década de 1970 por demanda dos próprios atingidos. Com o apoio das pastorais, eles se organizaram de forma regional, formando as comissões regionais de atingidos de barragens (eram cinco apenas no Rio Grande do Sul). Com a paralisação do projeto, os habitantes e possíveis atingidos desmobilizaram-se. Contudo, a representante do MAB afirma que esta primeira mobilização ficou presente na memória daquelas populações. Isso fica evidente com a retomada do projeto, no ano de 2010, quando a comunidade pede a presença de representantes do MAB na região para que acompanhe e auxilie na reorganização do movimento.

Na entrevista com a representante do movimento foram feitas as perguntas elencadas no Anexo 1. Segundo ela, o movimento estima que o número de atingidos pelas barragens irá superar o número apontado pelos estudos feitos pelo Consórcio Energético do Rio Uruguai. Durante o processo de implementação do projeto, nesta nova etapa, a partir de 2010, foram realizadas quatro audiências públicas, realizadas nos municípios de Santa Rosa e de Porto Mauá (mais centrais para os dezenove municípios atingidos). O contato do movimento com os governos (estaduais e federal) ocorre por meio das audiências públicas ou no encontro de agendas para tratar sobre um assunto específico, oriundo da demanda da comunidade. Todas as audiências foram provocadas para acontecer em razão da pressão da população atingida. Como exemplo dessa movimentação, está a ocupação feita no escritório do consórcio. Essa ocupação foi motivada pela ação do consórcio em entrar no terreno dos municípios para os estudos de inventário, sem a autorização deles. Mesmo com a realização das audiências, nenhum retorno foi dado a partir do que foi reivindicado. Apesar disto, a representante do MAB coloca que o movimento teve “sorte” em razão da atuação da promotora de Santa Rosa, que suspendeu os estudos para o licenciamento ambiental do Complexo Hidrelétrico em virtude da altura do muro da barragem, pois, dependendo do seu tamanho, pode gerar impactos no Parque Estadual do Turvo.

Pelo motivo anteriormente mencionado, a representante do MAB pondera o quão importante é a relação (próxima) entre os ambientalistas e os atingidos, pois as pautas se coincidem em muitos momentos. Para a estratégia de luta dos atingidos, ela considera essa articulação importante. Ao passo que o MAB está voltado à

proteção dos atingidos e da garantia de seus direitos, os ambientalistas lutam, nesse embate em relação ao Complexo Hidrelétrico, pela preservação do último trecho que corre livre do Rio Uruguai e pela preservação da fauna e flora ali presentes. O MAB ainda atua na região possibilitando aos futuros atingidos que ouçam as histórias de pessoas que passaram por este mesmo processo. A representante do MAB afirma ser muito importante esse contato, pois permite aos atingidos saber como as hidrelétricas foram instaladas, como foram os processos de desterritorialização e reterritorialização, bem como se as indenizações foram pagas ou não. Ter acesso a essas informações permite aos atingidos, segundo a representante, a compreensão de que os vários danos sofridos se repetem em todo o território nacional, e que isso é algo provocado pelo capitalismo e pelo modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil, tanto o econômico como o energético.

O fato das instalações das barragens provocarem tantas repercussões e afetarem um grande contingente populacional é que fomenta uma das principais bandeiras do movimento: a existência de uma política nacional para atingidos por barragens (PNAB). Através dela existiria um protocolo de como proceder em razão da instalação de uma barragem. Atualmente, as questões pertinentes ao projeto são de responsabilidade do IBAMA (na etapa em que se encontra), mas são “jogadas” para o Ministério de Energia, que transfere a responsabilidade, de novo, para o IBAMA. Ela ainda aponta que o diálogo nas hidrelétricas de Itá e Machadinho se dá entre os atingidos e as empresas responsáveis pelo seu gerenciamento, que respondem legalmente por elas. No entanto, no Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi, ainda não há uma empresa responsável, apenas para os estudos de inventário. Neste cenário, os atingidos por meio do MAB buscam o diálogo com a ELETROBRAS e com os governos, pois, mesmo que o Complexo Hidrelétrico venha a ser gerido por um consórcio privado, como ocorre na maioria das vezes, o MAB compreende que a responsabilidade ser do Estado, pois se trata de uma concessão do uso da água e da produção de energia.

Mesmo que o futuro da barragem ainda seja incerto, a entrevistada coloca que a liminar que suspende os estudos para o licenciamento ambiental pode ser revogada a qualquer momento. Ainda demonstra preocupação quanto à entrada do capital chinês para a construção de projetos hidrelétricos, pois não sabem de que forma eles atuam, o que gera certa insegurança. Atenta, também, para o fato das hidrelétricas serem extremamente lucrativas para os municípios que as sediarão (Garruchos e

Alecrim) em razão dos *royalties* recebidos, mas também para as empresas que as controlarão, pois o custo da energia produzida é muito menor em comparativo ao seu valor de venda, fazendo da produção energética um negócio lucrativo.

Como representantes da administração pública no âmbito mais local, foram entrevistados os prefeitos dos municípios de Garruchos e de Alecrim que cumpriram o mandato dos anos de 2013 a 2016, como já mencionado, sede das futuras barragens de Garabi e Panambi, respectivamente.

O prefeito do município de Alecrim, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), reeleito para seu segundo mandato (2017-2020), aponta a dificuldade de se projetar qualquer tipo de repercussão territorial que possa atingir o município, pois pondera que isso irá depender de vários fatores, tais como: os locais da obra – ainda sem definição – e da instalação dos barrageiros, a logística necessária para a construção, as demandas por escolas e por saúde pública e de que forma irá afetar a segurança pública do município. Assim, o prefeito considera que não há como um empreendimento desse porte não gerar repercussões no município, contudo assinala que a população de Alecrim não poderá ser prejudicada quanto ao acesso aos equipamentos públicos sem que haja medidas compensatórias prévias ao empreendimento frente ao dano mencionado. E afirma que, diferente do que ocorreu em outros locais, as compensações oriundas da obra de implantação da hidrelétrica devem ficar na cidade ou, ao menos, na região.

O entrevistado pontuou que a prefeitura de Alecrim não tem qualquer participação na implementação da hidrelétrica de Panambi. O município não teve qualquer contrapartida ou obrigação, e também não foi consultado para sediar a hidrelétrica, já que essa escolha se deu em razão do maior aproveitamento energético de uma obra considerada de interesse nacional, que garante a soberania e a independência energética do país. O fato do Complexo Hidrelétrico ser um projeto que está presente na carteira de projetos do COSIPLAN-IIRSA e, por isso, estar associado a um processo de integração, não foi elucidado ao prefeito. Porém, ele tinha conhecimento de que era um projeto binacional, e portanto, internacional.

Destaca-se que ainda não se teve nenhuma exigência por parte do município ou da União pelo fato da própria implementação do empreendimento ainda não ser concreta. Há uma falta de comunicação entre as diversas escalas de poder (União-estado-município), tanto que o prefeito afirma que as informações que possui são aquelas que ele recolhe do *site* oficial do consórcio. O prefeito afirma que o município

mostrou-se disposto à sua inserção no processo, a fim de saber quais seriam os futuros “impactos” causados. Nesse sentido, também afirma que não interessa ser contra ou a favor do projeto, pois quando o Estado decide realizar algum projeto, ele o faz.

As dúvidas que eventualmente teve foram enviadas via correio eletrônico e, por vezes, respondidas pela ELETROBRAS. A busca pelas informações deu-se por iniciativa própria, pois o município “só servia de palco” para a implementação da hidrelétrica. Fato comprovado quando o prefeito afirma que “não pediram” para a administração pública se a hidrelétrica de Panambi poderia se instalar em Alecrim.

Como exemplo de participação, o prefeito recorda que esteve presente em uma reunião com representantes da ELETROBRAS, em que apontou as diferenças das populações atingidas entre Belo Monte e o Noroeste do Rio Grande do Sul, pois havia um receio de que a ELETROBRAS pensasse que a realidade encontrada seria mesma. Traçando essas possíveis diferenças, ele abordou que, na margem do rio Uruguai, há algumas casas de veraneio, agricultores e aposentados, e que a população ali não pode ser caracterizada como de vida precária.

Em sua fala, demonstrou preocupação quanto à utilização dos equipamentos públicos e com o aumento da demanda com a chegada dos trabalhadores (estimados em cinco mil). Ainda abordou que grande reunião foi realizada, contando com a presença de mil pessoas, além de representantes do governo do estado e da ELETROBRAS.

A chegada da hidrelétrica só traria vantagens ao município se a sua implementação considerasse e respeitasse os interesses da população que seria atingida, e principalmente, destaca o prefeito, se as indenizações fossem justas. Há a promessa, junto com a vinda da barragem, do desenvolvimento local, com uma maior dinâmica econômica e mais oportunidades de emprego na região. Mas esta última não configura entre as urgências do município, já que a população se encontra quase que em sua totalidade empregada. A vinda do projeto será proveitosa para o município, segundo o prefeito de Alecrim, se houver um planejamento focado nas questões socioeconômicas, em que se possa gerar oportunidades de desenvolvimento, com o ônus oriundo do reservatório da hidrelétrica minimizado por essas novas oportunidades.

Para tentar compreender a opinião da população de Alecrim que será atingida, o prefeito diz ter realizado uma pesquisa através dos agentes de saúde. Identifica-se,

pela prefeitura, que cerca de quatrocentas famílias serão atingidas; algumas delas dependem da pesca, outras da agricultura familiar ou da aposentadoria. O objetivo da pesquisa era saber o que as pessoas queriam como indenização e se aceitariam sair de suas casas, o que daria os lineamentos da atuação da prefeitura frente ao empreendimento. Os resultados da pesquisa apontaram que boa parte delas não tinha a intenção de sair de suas propriedades e que pretendiam ficar próximo ao futuro lago, em razão da relação destas pessoas com o rio. Sabe-se que o maior receio dos atingidos do município de Alecrim é o não pagamento das indenizações prometidas.

Espera-se que haja geração de emprego para a população local tanto durante a construção, quanto após a construção, bem como o aumento da renda local e das oportunidades de negócios. O prefeito manifestou sua vontade de, com a instalação da hidrelétrica, sediar no município uma extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), conforme já pedido às esferas competentes. Também solicitou para que o canteiro de obras não se localize dentro da cidade (nas proximidades do centro), e sim mais próximo ao rio Uruguai. E que esta já seria uma garantia da ELETROBRAS. Exigiu ainda que as estruturas usadas no canteiro de obras devam ser temporárias, sendo desmanchadas ao término da obra. Exigiu-se, também, a garantia de acesso ao lago, já que atualmente o rio Uruguai é utilizado pelos moradores para fins de lazer e de esportes, para irrigação da lavoura e para criação de peixes. Sobre a nova mata ciliar que se formaria, o prefeito pediu para que se criasse uma Área de Preservação Permanente (APP), variável a fim de evitar um maior número de remoções, compensando em outra área, fato que dependerá da autorização do IBAMA.

Como prefeito, ele avalia que economicamente a instalação da hidrelétrica de Alecrim é boa para todos. Sabe-se que é um empreendimento que dá retorno financeiro. Acredita que a hidrelétrica possa ser um instrumento de mudança da realidade local, se bem conduzido. Ele percebeu isto em visita técnica realizada na hidrelétrica Foz do Chapecó, no rio Uruguai, quando levou agricultores atingidos para que soubessem como ocorreu a implementação daquela hidrelétrica. Contudo, aponta para o fato de que cada município-sede de uma hidrelétrica passou por transformações diferentes, de formas diferentes.

Para o prefeito, o município já atuou no sentido de dar um respaldo para a população afetada quando facilitou a legislação local para a implementação de novos loteamentos no centro da cidade; isto foi uma resposta à especulação imobiliária que

ocorreu localmente quando divulgado que a hidrelétrica se situaria na cidade. Essa ação da prefeitura possibilitou a normalização dos imóveis. Apesar dessa manifestação, acredita-se que os danos que podem surgir em virtude das obras (aumento da prostituição, da violência, das doenças) não são “a tônica do projeto”, que deve trazer muitos benefícios para o município.

O futuro dos estudos e da implementação da hidrelétrica ainda é incerto. No município de Alecrim, isso foi sentido com a saída do escritório do consórcio que lá se situava e na ausência das empresas terceirizadas que realizavam os trabalhos técnicos. Na visão do prefeito, se retomado o projeto, restarão dúvidas se o consórcio assumirá a mesma formatação de antes, já que algumas empresas participantes estão envolvidas em escândalos de corrupção em âmbito nacional.

A visão do ex-prefeito do município de Garruchos, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), com mandato exercido entre 2013 e 2016, o empreendimento é visto como promotor de grandes mudanças no município, gerando, assim, diversos impactos. O que não se poderia ainda afirmar é se esses impactos serão positivos ou negativos para os munícipes.

Apontou que, em nenhum momento, o município foi consultado para saber sobre o interesse em receber a hidrelétrica, e assim, também não lhe foi exigido qualquer contrapartida. Fica, novamente, evidente a falta de protagonismo dos administradores locais frente à implementação do Complexo Hidrelétrico. A falta de comunicação também se evidenciou em sua fala, que foi comunicado apenas para reuniões onde seria explicado o projeto.

Sobre a postura da população local frente à construção da barragem, o prefeito coloca que aqueles que serão atingidos se posicionam de forma contrária ao empreendimento. Já as pessoas do entorno (que não serão atingidas) esperam se beneficiar com as repercussões positivas, que podem advir de dois diferentes âmbitos: econômicos (aumento do comércio em razão do crescimento populacional, ainda que este seja momentâneo) e social (criação de infraestruturas que ainda não atendem à necessidade dos munícipes).

Espera-se que, com a chegada da hidrelétrica, o município receba investimentos nas diferentes áreas. O então prefeito pontuou que o imposto advindo da utilização do rio Uruguai (devido à concessão de um bem público) trará ganhos para o município. Além deste, esperam-se obras de infraestrutura, a ligação asfáltica

da estrada estadual RS-176 que conecta a Garruchos⁴⁵ e a “construção de uma nova cidade”, pois a atual localiza-se nas margens do rio Uruguai, sendo assim, ela será alagada com o enchimento do futuro reservatório.

O ex-prefeito não tomou conhecimento do COSIPLAN-IIRSA como um dos fomentadores da construção do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi, tampouco sobre seu caráter internacional ou binacional. Isso demonstra o distanciamento entre os interesses binacionais e municipais e a falta de comunicação existente entre os entes envolvidos.

A situação de Garabi e Panambi foi retratada em notícia veiculada no jornal Correio do Povo em outubro do ano de 2016, descrevendo que os prefeitos, em sua maioria foram avisados quando estavam participando de uma marcha em Brasília, e que os munícipes souberam disso por meio das rádios locais. A população local vive com o temor da implementação do Complexo Hidrelétrico, pois, por mais que agora ele esteja embargado, a qualquer momento pode ser retomado, gerando insegurança, principalmente entre os atingidos

Essa mesma matéria aborda a realização de um plebiscito ocorrido na Argentina, promovido pela província de Misiones, que contou com a participação de mais de 120 mil pessoas, com o resultado de 97% dos votantes contrários à instalação da barragem, evidenciando, assim, o receio geral da chegada de um empreendimento desta magnitude na região.

6.4 ATUAIS E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO

A partir do entendimento dos atores territoriais entrevistados e das informações coletadas em pesquisa bibliográfica, em trabalho de campo e das outras fontes de informações, como foram as reportagens jornalísticas, foi possível inferir algumas mudanças no uso do território que a instalação das barragens poderá gerar *in loco*, isto é, nos municípios-sedes das hidrelétricas do complexo Garabi-Panambi, Garruchos e Alecrim.

Em um primeiro momento, serão observadas as mudanças nos usos do território nas regiões que serão atingidas pelo reservatório que surgirá. Atualmente o rio Uruguai é fonte de lazer para os moradores das cidades ribeirinhas, que o utilizam

⁴⁵ O revestimento asfáltico foi uma contrapartida na instalação da conversora no município, o que não foi cumprido.

principalmente para banho no período de verão. É também utilizado para a prática de esportes e para a pesca recreativa, sendo que esta última mobiliza o turismo nos municípios. Com a chegada do Complexo Hidrelétrico, esses usos serão alterados. Os lugares que hoje servem para a agricultura, para o lazer, que são áreas de proteção ambiental ou centros urbanos serão tomados pelas águas do reservatório, que cumprirão a sua principal função de produzir energia com a força das águas. As questões sobre o acesso ao reservatório ainda não estão esclarecidas, mas, em alguma medida, este poderá ser dado aos atuais frequentadores para fins de lazer.

As áreas que passarão por essa situação descrita serão, segundo o estudo de inventário do rio Uruguai realizado pela ELETROBRAS (2010), os municípios de Garruchos (Brasil) e Garruchos (Argentina), tanto núcleos urbanos quanto rurais, além dos núcleos urbanos de Azara, San Javier, Itacaruaré e Porto Xavier, atingindo, assim, cerca de seis mil pessoas. Serão inundados, segundo o inventário, 520 km², afetando, a área em seu aspecto ambiental, estimada em 4,4% de áreas do Parque Ruta Costera del río Uruguay e em 82% da área da Reserva Privada Santa Rosa. Foi identificado pelo estudo que, dos 87 sítios arqueológicos identificados, onze serão atingidos por Garabi, sendo dez deles relacionados à cultura guarani (ELETROBRAS, 2010).

Em Garruchos, o rio Uruguai, como nos municípios que o costeiam, atualmente é utilizado para fins de lazer, especialmente no verão. A utilização do rio neste trecho já está sofrendo alterações em razão dos barramentos já existentes no rio, como evidencia a fala do pescador habitante do referido município em reportagem a Zero Hora no dia 29 de março de 2014.

Só conseguimos pescar segunda e terça. O pessoal das barragens (outras já construídas no rio, como Itá) libera a água na quarta, e o rio começa a encher na quinta. Vem uma água branca, que nem parece ser do rio. O peixe some.

Essa informação dá margem para se compreender que as alterações no rio e no uso que os pescadores fazem dele venha a se alterar mais ainda, prejudicando não só a comunidade local, mas também os trabalhadores. O quão afetados esses pescadores serão dependerá se a barragem tiver consigo um sistema para a passagem dos peixes para superarem a diferença de altura do rio provocado pelo empreendimento, como em Yacyretá. Se instalado um sistema parecido com o descrito, os efeitos se darão em menor monta.

O perfil de Garruchos também poderá ser alterado, em razão da maior circulação de pessoas e dos investimentos esperados para a região. Assim, Garruchos, atualmente caracterizado por ser predominantemente rural e por seu centro ser pequeno, pode passar a aumentar as possibilidades de comércio, pois o espaço que hoje é rural pode dar espaço ao urbano. O município talvez passe pela mudança de uso mais profunda, pois o caso é semelhante ao de Itá. A cidade de Garruchos será completamente inundada, isto é, os prédios públicos, os bancos, as praças, as casas, todas elas deixarão de existir, dando lugar ao reservatório.

Da forma em que está projetada, a UHE Panambi irá inundar 212 km², desses, são dezenove hectares de mata nativa, impactando o Parque Estadual do Turvo em sessenta hectares, além da Reserva de Biosfera Yabotí, no lado argentino. As principais cidades afetadas, além das cidades-sede, serão Alba Posse e Porto Mauá, atingindo, no total, uma população de quase sete mil pessoas. Com relação ao patrimônio histórico, 21 diferentes sítios arqueológicos serão afetados, e alguns deles remontam à história guarani.

A pesquisa realizada pela administração 2013-2016 do município de Alecrim demonstra que a maior preocupação dos habitantes locais é a ida para uma nova locação, o recebimento do valor adequado como indenização e a segurança jurídica do processo; outras preocupações também aparecem, como: as condições das novas áreas destinadas para moradia, a chegada desse novo grupo de pessoas (trabalhadores) no município, o recebimento de terras produtivas, entre outras. Ao questionar sobre qual o local que as pessoas removidas desejariam ir, as respostas foram: permanecer na zona de colônia (44,34%), ficar na colônia em Alecrim (12,65%), morar na cidade (12,45%) e morar próximo ao lago da barragem (6,48%). Todas essas informações repercutem em mudanças no uso do território e nas novas funções que decorrerão do processo de implementação da hidrelétrica e do seu funcionamento. Isso mostra que poderá haver no município uma grande resistência frente à alteração desses usos, que, provavelmente, ocorrerão.

O rio exerce para essas comunidades papel fundamental, que abrange desde o sustento até o lazer. Em Alecrim, isto não ocorre de forma diferente. A população atingida, que sobrevive de fontes diversificadas, utiliza o rio como lazer (esportes e prática de pescaria esportiva) e como fonte para a irrigação de lavouras. Os terrenos da margem do rio são ocupados por casas, algumas de veraneio, e por pequenas propriedades rurais. Com o enchimento do reservatório, esses lugares deixariam de

existir, dando lugar a um grande lago. Em razão disso, as pessoas que ali habitam serão removidas para outras localidades que agora desempenham uma outra função.

Ambos os territórios dos municípios-sedes do Complexo Hidrelétrico sentirão, ainda que de forma distinta, a chegada de novos habitantes, necessária em razão da mão de obra específica para a construção. Contudo, esses novos habitantes incham os centros urbanos, gerando grande repercussão, ainda mais quando se trata de cidades de pequeno porte, já que elas não possuem infraestrutura necessária para receber esse montante de pessoas. Deverão ser construídos para receber esse novo contingente populacional postos de saúde, escolas, e, principalmente, moradias. Por mais que essas estruturas sejam temporárias, elas irão alterar suas funções de sobremaneira.

Depois da implementação do empreendimento, os municípios não serão mais o que eram anteriormente, nem terão o mesmo futuro. É contundente, na fala dos entrevistados, a repercussão trazida pelas hidrelétricas. Altera-se uma organização comunitária, uma vida cotidiana, a organização espacial do município, as relações de amizade e de pertencimento. Com a instalação de Garabi-Panambi, Alecrim e Garruchos sentirão de forma mais intensa os interesses do capital sobre seu território.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma certa dificuldade e insegurança quanto ao futuro dos estudos que abordam a integração regional. Isto se deve ao fato destas iniciativas estarem atreladas a uma vontade política, que, nos países sul-americanos, pode alterar em quatro ou cinco anos, devido às mudanças de governo. Assim, as questões ligadas à integração não são vistas através de um programa de Estado, onde o que impera é o interesse nacional, mas sim de uma vontade exclusiva daqueles que detém o poder em um período determinado de tempo. Contudo, tem-se como de grande importância esses estudos, já que revelam as intenções dos países frente à integração, bem como suas intencionalidades para o território

O que se percebe, com o passar dos anos e com a maturidade de alguns processos integracionistas, é que nenhum deles possibilitou de forma eficaz a mudança do papel dos países sul-americanos no cenário internacional, que continuam sendo agroexportadores, herança do processo colonial. Sobre a importância no cenário geopolítico, percebe-se que esta se dá de forma individual e pontual. A UNASUL, em si, não assume grande relevância no cenário internacional, como é a União Europeia, por exemplo. Quem assume esse lugar, no contexto exposto, são os países de maior expressão econômica no subcontinente, dependendo da temática que for pautada. Destaca-se ainda a importância da existência de iniciativas como a IIRSA que dão condições para que os países, de forma conjunta, consigam implementar infraestruturas necessárias, que, talvez, seriam impossíveis de serem concretizadas se atuassem isoladamente.

A integração energética torna-se estratégica quando se pensa na integração total dos Estados. A produção energética é o ponto de partida e a condição essencial para o desenvolvimento econômico, além de ser de suma importância na vida cotidiana das populações. A integração energética poderá corroborar com a autossuficiência da região em produção de energia, provendo-lhe de segurança e independência neste âmbito, possibilitando aos países maior poder no sistema internacional; além disso, esta integração poderá solucionar os problemas dos Estados deficitários em produção energética, como ocorre com Argentina, Chile e Uruguai (PADULA, 2014). Esta interdependência entre os países nestas questões demonstra a maturidade e a pacificidade em que elas se encontram. Tem-se no subcontinente diferentes realidades energéticas, onde países demandam ou são

produtores superavitários de energia. Deve-se almejar uma integração que contemple todas essas necessidades. Percebe-se que, na implementação de Garabi-Panambi, bem como das outras unidades hidrelétricas estudadas, foram contempladas as necessidades dos Estados. Se essa necessidade não era a energia, os países, em razão de recursos financeiros e da promessa de crescimento devido à implementação, aceitavam e aceitam os empreendimentos. Outro fator que contribui de forma positiva para se pensar na integração energética e na implementação de hidrelétricas é a diversificação nas formas de produção energética, diminuindo qualquer tipo de dependência de países produtores de energia externos ao subcontinente.

A importância dos projetos hidrelétricos reside no fato de que mesmo em períodos de recessão, os investimentos se mantiveram, como ocorreu na década de 1990 e na década de 1970. Isso demonstra que a instalação de hidrelétricas sempre teve uma importância essencial para os Estados Nações. O cenário econômico atual é de crise econômica mundial, desencadeada em 2008 e que ao longo dos anos vem atingindo os países da América do Sul, ocasionando a desaceleração dos investimentos nas obras de infraestrutura que dependem de muitos recursos. Contudo, visto sua importância, e com a entrada crescente do capital chinês nesse tipo de empreendimento, acredita-se que não será por falta de recursos que a implementação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi deixará de existir. Outro fato que comprova o interesse público, isto é, dos Estados Nacionais em relação às obras de infraestruturas está presente no investimento público nos projetos do COSIPLAN-IIRSA, onde dos 581 projetos da iniciativa, 475 são unicamente de recursos públicos.

Percebeu-se que esses projetos detentores de grande importância para os Estados contam com a participação contundente das empreiteiras que lucram de forma substancial com os estudos e com a construção das hidrelétricas, e quando concluídas, a exceto de Itaipu que é uma empresa pública, elas são destinadas para os cuidados de consórcios compostos por empresas privadas. Assim, de um recurso público é feita uma concessão, onde os impostos são destinados para os municípios e para a União, contudo o lucro que se faz do uso do rio é privado. Há de forma clara um beneficiamento da iniciativa privada frente à um recurso e a algo tão estratégico para as Nações. O discurso de soberania energética e de interesse nacional, finda-se nesse momento.

Quanto à integração física, o projeto do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi poderá contribuir com o processo de transfronteirização na fronteira entre Argentina e Brasil. As hidrelétricas, quando são instaladas na fronteira, permitem o uso compartilhado de um recurso e possibilitam essa maior interdependência, intensificando o processo de integração de forma real, de forma vivida. Essa aproximação se inicia já com a construção do Complexo Hidrelétrico (com a mão de obra dos dois países) e se estende no seu funcionamento, com a participação de mão de obra técnica igualmente dividida. Essas trocas geram uma maior comunicação, dos pontos de vista físico e informacional, entre as pessoas, os municípios e as localidades, auxiliando no processo de transfronteirização. As futuras hidrelétricas poderão contribuir para uma comunicação mais intensa entre os cidadãos da região se, como ocorre em Itá, a barragem permitir a circulação de carros, pois, quando se constrói uma barragem, cria-se automaticamente uma conexão de terra entre as duas margens do rio, possibilitando a passagem de carros. Mesmo que essa possibilidade exista, o que seria favorável para a região em virtude da demora da construção da terceira ponte no rio Uruguai, esta possibilidade encontra suas limitações por ser considerada insegura do ponto de vista da engenharia e por estar em um limite de fronteira.

A visão dos diferentes atores territoriais e as documentações alertam para a implementação do Complexo Hidrelétrico, trazendo à tona uma série de problemas que a envolvem. As repercussões em razão da instalação de uma hidrelétrica são sentidas nas diferentes esferas. No entanto, percebe-se que há uma maior preocupação com o que ocorre no meio ambiente em detrimento aos aspectos sociais, como ocorreu com Itaipu.

Quando comparamos com os processos de instalação das hidrelétricas já implementadas estudadas no presente trabalho, a implementação de Garabi-Panambi permite alguns apontamentos. O primeiro ponto de destaque se dá pela criação e pela modernização das legislações ambientais, que alteraram de forma significativa a implementação das hidrelétricas. Enquanto Itaipu, datada da década de 1960, não possuiu qualquer programa de proteção ambiental de forma prévia, percebeu-se que, ao longo dos anos, as hidrelétricas obrigaram-se à adequação, em virtude das novas legislações vigentes por meio das leis. A modernização e a preocupação com as questões ambientais se evidenciam na paralisação da implementação do projeto de

Garabi-Panambi, ocorrido devido à possibilidade de uma unidade de conservação ser afetada pelo empreendimento.

A realização das audiências públicas também foram uma nova realidade imposta na implementação de empreendimentos que provoquem grandes repercussões. Em Itaipu, não ocorreram audiências públicas. Não havia legislação na época, um direito garantido apenas na constituição cidadã de 1988 para o Brasil. Destaca-se que, no Paraguai, elas são regulamentadas apenas em 2014, obrigatórias para as obras de impacto ambiental, e na Argentina as legislações que tratam das audiências públicas datam do ano de 1992. Em razão dessas informações, infere-se que, na implementação de Itá, por lei, as audiências eram obrigatórias. O Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi já passou por audiências públicas importantes para o conhecimento do projeto. Contudo elas não cumprem só com essa função, mas também elucidam as dúvidas das populações atingidas e respondem às suas demandas e críticas. Sabe-se que dificilmente esse retorno ocorre.

Apesar da existência das audiências públicas existirem e estarem vinculadas às legislações ambientais, elas são utilizadas como instrumento de reivindicação das populações atingidas pelas barragens, não se limitando às repercussões ambientais. Mesmo que a legislação tenha se modernizado para ouvir a população, percebe-se que não foi alterada a relação com as pessoas removidas. Ainda há uma imposição para essas populações de que sua remoção se faz necessária, sem direito a ter decisão sobre sua vida, já que o empreendimento surge em nome de algo muito maior, que é a independência energética, a criação de condições para o crescimento do país e do subcontinente sul-americano.

As audiências públicas alteram, de forma ainda tímida, uma realidade presente na implementação de grandes empreendimentos: a ausência de informações sobre o projeto. Isto gera um temor tanto da população atingida, quanto das administrações municipais da região. Esse esforço também é visto nas ações do COSIPLAN-IIRSA em tornar os dados mais transparentes para a população, com informações mais precisas, fato considerado relevante para a inserção e para o conhecimento das populações locais sobre o projeto a ser implementado. Com auxílio tecnológico, a iniciativa disponibiliza o acesso por meio do SIP (Sistema de Informação de Projetos do COSIPLAN) e, para os projetos prioritários, existe o SMP (Sistema de Monitoramento Permanente). Todas essas informações fornecem o ciclo de vida da

obra, possibilitando uma maior interação de todos os atores territoriais, principalmente os locais, interessados nos empreendimentos.

A preocupação com o futuro do Complexo Hidrelétrico está presente não só na fala do prefeito de Alecrim, mas também do prefeito de Esperança do Sul, que demonstra preocupação em razão do município depender economicamente do turismo. Em Porto Mauá também há um descontentamento, pois, com a implementação do complexo, 70% do município ficará alagado. Há uma necessidade de escuta, de informações e de respostas. Todos esses anseios devem ser respondidos pelo consórcio responsável, pois se trata do futuro de toda uma região.

Com a chegada e a implementação de um novo empreendimento, e com ele as novas infraestruturas, os municípios, bem como os demais atores locais, tornam-se importantes nas questões estratégicas e de cooperação, pois eles têm o poder de exercer o papel de agente integrador, não só como um ator passivo que acate o que lhes é posto como de interesse nacional, mas tornando-se mais relevantes para todo o processo. Os movimentos sociais e os municípios começam a ter novas demandas e novas preocupações, articulando-se de forma que consigam se impor cada vez mais nesse cenário, já que o uso de seu rio se faz tão necessário. Fica claro nas falas e nas ações a não submissão desses atores, justamente por saberem da importância do projeto e por procurarem e imporem sua participação dentro das instâncias que lhes permitem. Para os movimentos sociais, essa participação só ocorreu durante as audiências públicas, já as prefeituras tiveram a oportunidade de participar com um pouco mais de assiduidade, ao exemplo de reuniões com a ELETROBRAS e com o governo gaúcho à época.

Observando o que ocorreu com as três hidrelétricas estudadas e o que se projeta para o Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, percebe-se que as repercussões imprimidas no território são quase sempre as mesmas, independente de quando foram pensadas e/ou construídas. As repercussões (positivas e negativas) poderão ser sentidas em escala regional, não se limitando apenas aos municípios-sede ou daquelas consideradas de impacto direto ou indireto (escala local).

Todas as repercussões negativas se dão para uma produção energética que se destinam à localidade onde a hidrelétrica é instalada. Normalmente as populações que vivem perto da usina e o ambiente local são prejudicados em razão do padrão de consumo de energia dos grandes centros. Itaipu surge pela demanda de Rio de Janeiro e São Paulo, Yacyretá para suprir as demandas de Buenos Aires, e a energia

produzida em Itá é transferida para uma distribuidora que a direciona para as regiões brasileiras demandantes, que se concentram na região centro-sul. Existem regiões onde são instaladas hidrelétricas, ao exemplo de Itá, onde há problema de falta de energia. Assim, tem-se que a construção das hidrelétricas é pensada para garantir a demanda energética dos grandes centros, que distam em muito dos lugares que recebem as hidrelétricas. Os efeitos são sentidos nos pequenos municípios ribeirinhos, que, por vezes, contam com pouca infraestrutura e, ironicamente, sem acesso à luz ou à internet.

As repercussões negativas dessa implementação pesam sobre aqueles que moram nas imediações dos rios que receberão as hidrelétricas e que costumam depender dele para sua subsistência. Em grande parte, são pequenos agricultores que o utilizam para a irrigação e para a pesca. Também estão em maior vulnerabilidade os indígenas, que podem estar situados ao longo da margem dos rios ou nas reservas destinadas à preservação da cultura e dos seus hábitos. Percebe-se, além das repercussões consideradas concretas, como a perda de suas terras, das casas, o alagamento da mata ciliar existem também as repercussões que são imateriais, como o sentimento de tofília, a perda do relacionamento de vizinhança que perdurara por décadas, a impossibilidade de retornar a lugares por eles não existirem mais, o alagamento de lugares considerados sagrados pela cultura indígena, o estabelecimento de um novo contato com o rio, e, no momento da instalação, o receio se dá com a vinda de pessoas de fora (os barrageiros), e, com essa maior movimentação o crescimento da violência e da prostituição.

Segundo a visão dos atores territoriais, estima-se que, com o aumento da circulação de pessoas nos municípios-sede (Alecrim e Garruchos), as demandas pelos equipamentos públicos deverão aumentar, bem como ocorreu com as hidrelétricas já implementadas. A construção de escolas, postos de saúde e moradias se fará essencial, ainda que provisoriamente. Dentro desse conjunto de demandas, deverão estar presentes os antigos anseios dos municípios, que, por não terem a visibilidade necessária para serem atendidos, aproveitam o momento para tal. A principal demanda para o município de Garruchos é o asfaltamento da ERS que conecta o município à BR-285; já para Alecrim há o interesse de se ter mais investimentos no município, aproveitando o possível crescimento do turismo em razão do rio e da própria hidrelétrica.

O turismo deve ser um ponto positivo nesse rol de repercussões pelas quais as cidades passarão. Os municípios visitados que sediam hidrelétricas conseguiram fazer delas um atrativo. Destacam-se aqui como referência as hidrelétricas de Yacyretá e de Itá⁴⁶: a primeira, de forma tímida, contribui para o turismo em Posadas, já existente por ser a capital de Misiones; já a chegada da hidrelétrica em Itá, que era um município sem atrativos, tornou-se um motivo para desenvolver o setor hoteleiro associado às termas (banhos quentes), que não são naturais. Criou-se, assim um ambiente para o desenvolvimento do turismo. A cidade conta hoje com um espaço mantido pelo consórcio responsável pela hidrelétrica, onde se conta a história da implementação da UHE de Itá. Pelas semelhanças em termos de tamanho e de importância dos municípios, espera-se que, se implementadas, os municípios do Complexo Hidrelétrico aproveitem os investimentos locais para o desenvolvimento do turismo atrelado às visitas e ao histórico do empreendimento, inclusive das disputas oriundas de sua implementação. Esse turismo, não só o de Alecrim e de Garruchos, como das demais hidrelétricas estudadas deveriam estimular o turismo histórico na região, face à presença de importantes resquícios da cultura missioneira presente nas ruínas, muitas delas a poucos quilômetros das hidrelétricas, como o caso de Yacyretá.

Destaca-se aqui que a repercussão mais sentida no território, que o transforma de forma irreparável e sem retorno, é o reservatório gerado pelo barramento. A alteração na vida cotidiana e na história das pessoas atingidas ocorre de forma brutal, por isso é tão relevante a participação popular nesses processos decisórios de implementação de um grande empreendimento. O reservatório atinge de sobremaneira o meio ambiente, tanto que se não houver uma política preservacionista de espécies vegetais presentes na beira do rio, que compõem a mata ciliar, haverá uma perda da diversidade da flora; além disso, algo semelhante poderá ocorrer com peixes e demais animais marinhos, além daqueles que vivem em suas margens. Para a população, o fato consumado é a sua remoção, desvinculando-se dos vizinhos e das benfeitorias realizadas em seus terrenos até ali, pairando, a partir desse momento, o medo do não pagamento das indenizações prometidas pelo consórcio. Essa desconfiança possui fundamento: se nos debruçarmos sobre o histórico das demais hidrelétricas, as populações atingidas ainda demandam essas indenizações não

⁴⁶ Itaipu, apesar de ser ponto de visitação, não   o principal atrativo da tríplice fronteira que conta com as Cataratas e com turismo de compras no lado paraguaio em Ciudad del Este.

pagas ou o preço que se pagou não foi aquele praticado na venda de outros imóveis, mesmo depois de findada a construção da hidrelétrica, como ocorreu em Yacyretá, inviabilizando qualquer continuidade de vida dessas pessoas.

Percebe-se que até hoje o território está em disputa. O interesse nacional e internacional supera a vontade e os anseios dos moradores da região. O conflito também aparece de forma local entre os considerados atores territoriais locais, com visões distintas do MAB e dos prefeitos sobre a instalação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi. Essas diferentes visões, além daquela oriunda dos governos federais, projetam naquele espaço uma disputa de intencionalidades, onde os governos federais, organizados pela UNASUL, utilizam-se de seu Poder para impor um novo uso a este território, desrespeitando a relação dos munícipes entre eles e seu espaço, com as formas de uso tradicionais.

Com a presente dissertação, compreende-se que a implementação de Garabi-Panambi cumpre com objetivos claros, que dão conta da integração energética e da sustentação para o crescimento pelo qual os países sul-americanos, principalmente o Brasil, vinham passando, mas que é desacelerado pela crise econômica mundial. Com a intenção da instalação dessas hidrelétricas, a vontade dos Estados Nacionais em manter os mesmos objetivos de desenvolvimento em comparação com aqueles promovidos na década de 1970 é reafirmada. Mesmo que o Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi cumpra com essas necessidades argentina e brasileira de energia, deve-se considerar que os atores territoriais locais devem ter ampla participação frente ao projeto, não estando à margem, conforme se encontram atualmente. Vale lembrar que esta ausência de participação da sociedade civil e de representantes de governos já foi detectada (SENHORAS, 2008; COSTA, 2011). Isto se deve, para Mariano (2014), à organização institucional da entidade que promove a integração. Assim, mesmo que medidas ao longo do tempo tenham sido tomadas pelo COSIPLAN-IIRSA, pela União e pelo estado do Rio Grande do Sul, ainda são urgentes mecanismos que deem conta desta necessidade.

O caráter integrador das obras de infraestrutura promovidos pelo COSIPLAN-IIRSA pareceu ser, na análise feita a partir da visão dos atores locais, como algo pouco importante, que ficou em um segundo plano. Fato este confirmado quando os prefeitos dos municípios sede não são informados sobre a iniciativa. Assim, mais uma vez, o COSIPLAN-IIRSA se assemelha a uma congregação de projetos que cumprem com

interesses nacionais, e que às vezes se dão de forma a contribuir com a integração sul-americana.

Ao longo da construção desta dissertação, confirmou-se a hipótese apresentada. Mesmo que Garabi-Panambi hoje esteja vinculada a um processo de integração, elas não foram pensadas nessa perspectiva, mas sim como um acordo binacional entre Argentina e Brasil. Com isso, são os interesses nacionais que permeiam esse megaprojeto, deixando em um segundo plano o que é proferido pela UNASUL quando trata da integração dos povos e do respeito às culturas. Quanto à implementação, o Complexo Hidrelétrico possui o mesmo distanciamento com as comunidades locais (para saber seus anseios, dúvidas e perspectivas de futuro), em comparação à Itá, e em maior monta o que ocorreu em Itaipu e Yacyretá. Quanto às repercussões possíveis, são esperadas pelos atores locais as mesmas repercussões que ocorreram em Itaipu, Yacyretá e Itá. Contudo o que pode tornar as repercussões mais brandas, se isso for possível, é justamente uma aproximação real, criar um espaço de diálogo efetivo com a população.

O COSIPLAN-IIRSA, por meio de Garabi-Panambi e das demais obras que estão sendo implementadas ou pensadas, está modificando o território histórico missioneiro. A primeira transformação se dá com a reafirmação de antigos projetos que ainda são considerados em sua carteira de projetos, corroborando com a afirmativa de que o COSIPLAN-IIRSA não pensa um subcontinente de forma diferente do que foi pensado até os dias de hoje. Essa interferência também aparece na destruição de sítios arqueológicos quando da implementação de suas obras e na intensificação dos fluxos no subcontinente, comprovado pelo número de empreendimentos na área do transporte.

O território histórico missioneiro que no passado era utilizado para a subsistência e o viver indígena, que foi ponto do encontro das culturas ocidentais e locais quando da produção do território, hoje dá lugar ao uso do seu território para a fomentação de uma sociedade capitalista, que enxerga na demanda de seu consumo de energia razão suficiente para alterar os usos de lugares que se quer acesso às infraestruturas básicas tem.

Por fim, na linha geohistórica a que nos propusemos desde o início da dissertação, pode-se afirmar que os velhos e os novos usos do território ficaram bastante evidenciados à medida em que se localizou o problema de pesquisa no território histórico missioneiro. Diferentes tempos e funções se acumularam neste

território onde confrontam-se projetos integracionistas e suas articulações físicas e energéticas à realidade de marginalização dos povos indígenas guaranis. A tradição, a cultura e o modo de vida desses povos tradicionais revelam-se nas próprias toponímias territoriais, porém seus destinos parecem não encontrar espaço nas análises geopolíticas de processos integracionistas.

BIBLIOGRAFIA

AIDA – Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente. Proyecto Binacional Yacyretá, Argentina y Paraguay. **Informe Grandes Represas en América**, ¿Peor el remedio que la Enfermedad? Novembro, 2009. Disponível em: <http://www.aida-americas.org/sites/default/files/INFORMEREP5Cyacyreta_0.pdf>. Acesso: 20 fev. 2017.

ALECRIM. Paisagens de Alecrim. 2014. Disponível em: <http://www.alecrim.rs.gov.br/Arquivos/290/Conte%C3%BAdos/513/paisagens_282S.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

AMARAL, Adriano S. **Os Grandes Projetos de Infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul**. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ARAUJO, Tania B. Brasil: territorialidade e políticas públicas. In: Curso para a ENAP 2013. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BARCELOS, ARTUR H. F. **O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: PUCRS, 2006.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo In: **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BITENCOURT, Jackson B. **Os Novos Elos de Integração Regional: A rede de gasodutos e a reestruturação territorial na região metropolitana de Porto Alegre/RS**. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BRACK, Paulo. **Ameaças das Hidrelétricas à Biodiversidade do Rio Uruguai**. Porto Alegre, Fundação Gaia, 2016. (Comunicação Oral).

BRASIL. **Comunicado de Brasília**. Set. 2000. Disponível em:<http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/comunicado_brasilia_esp.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. Decreto Nº 88.441, DE 29 DE JUNHO DE 1983. **Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu**, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.

_____. **Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente Rio Pepieri-Guaçu**. 2007. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_242/ >. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. In: **Textos para Discussão** – Escola de Economia de São Paulo FGV. nº 274. São Paulo: FGV, 2010.

CARNEIRO, Camilo P. **Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplíce Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CARNEIRO, C. *et. al.* Repercussões das hidrelétricas binacionais na região das Missões Jesuíticas. In: **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, nº9. Porto, 2016. Disponível em:< cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2016.09.002>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CARGNIN, Antonio P. O sentido das Políticas de Desenvolvimento Regional. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 81-94, out./dez., 2014.

CAZZAROTO, Rosmari. **A Geografia do Conhecimento e da Inovação do Território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológica –RS – Vale do Rio Pardo e Vale do Rio Taquari**. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CEPAL. **El regionalismo abierto em America Latina y el Caribe**. La integración económica al servicio de la transformación productiva com equidade. Santiago de Chile, 1994.

CIGANA, Caio. **Hidrelétricas vão inundar áreas de 19 municípios e desalojar 7,5 mil pessoas**. Jornal Zero Hora. 29/03/2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/03/hidreletricas-vaoinundar-areas-de-19-municipios-e-desalojar-7-5-mil-pessoas-4459268.html>>. Acesso: 20 fev. 2017.

_____, Caio. **Ambientalistas cerram fileiras contrárias aos novos aproveitamentos hidrelétricos do Rio Uruguai**. Jornal Zero Hora. 29/03/2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/03/ambientalistas-cerram-fileiras-contrarias-aos-novos-aproveitamentos-hidreletricos-do-rio-uruguai-4459548.html>>. Acesso: 20 fev. 2017.

CONSÓRCIO ITÁ. **Histórico da Hidrelétrica de Itá**. 2016. Disponível em: <http://www.consorcioita.com.br/paginas/visualizar/obra_ano_a_ano/#conteudo>. Acesso: 20 fev. 2017.

CORRÊA, Maria L. e De Paula, Dilma A. **Hidrelétricas e Desenvolvimento no Brasil: A construção da Usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965)**. In: Anais Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redestécnicas urbanas em América y Europa 1890-1930. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/Simposio/cCorrea-Paula_Hidreletricas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: **Território: Globalização e Fragmentação**. 4^oed. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

CORREIO DO POVO. **Vidas em Suspenso**. Veiculado em: 9 de Outubro de 2016. Disponível em: <<http://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=640>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CORRIENTES. **El gobierno provincial se interiorizó en los estudios de viabilidad de la represa Garabi – Panambi**. 2015. Disponível em: <<http://mcpyp.corrientes.gov.ar/noticia/el-gobierno-provincial-se-interiorizo-en-los-estudios-de-viabilidad-de-la-represa-Garabi-Panambi>> Acesso em: 20 fev. 2017.

COSIPLAN-IIRSA. **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento Agenda de Projetos Prioritários de Integração**, 2011. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Objetivos: Objetivos Específicos. COSIPLAN-IIRSA**, 2012. Disponível em <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=120>>. Acesso em 5 mar. 2016.

_____. **Ficha de Proyecto de la Construcción de Planta Hidroeléctrica de Garabí**. 2017a. Disponível em: <http://iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=313>. Acesso: 20 de fev. 2017.

_____. **Ficha de Proyecto de la Construcción de Planta Hidroeléctrica de Panambi**. 2017b. Disponível em: <http://iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1327>. Acesso em: 20 de fev. 2017.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil** 6 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

COUTINHO, Marcelo; HOFFMAN, Andrea R; KFURI, Regina. **Raio X da Integração Regional**. In: Estudos e Cenários – Observatório Político Sul-americano. Rio de Janeiro, 2007. 58p.

DIAS, Renato C. N. **O Neo-funcionalismo qualificado na Integração Sul-americana de Infraestrutura: uma proposta teórica a partir do estudo de caso do Brasil**. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2015.

DIETZ, Circe I. **Cenários Contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça**. Dissertação de Mestrado, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

ELETOBRAS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.). **Estudo de Inventário do Rio Uruguai no Trecho Compartilhado entre Argentina e Brasil**. Novembro de 2010. Disponível em: <<https://www.ELETOBRAS.com/elb/services/DocumentManagement/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2015** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/anuario_estatistico_de_turismo_2015_ano_base_2014_pdf.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

EBY. Entidad Binacional Yacyretá. **Desarrollo Social en ambas Márgenes: El Plan de Acción para Reasentamiento y Rehabilitación (PARR)**. 2009. Disponível em: <<http://www.eby.org.ar/PTY/PTYPARR200909.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

EBY. Entidad Binacional de Yacyreta. **Tratado de Yacyretá e Normas Complementares**. 1980. Disponível em: <http://www.eby.gov.py/images/pdfs/Historia-Institucional/tratado_de_yacyreta.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FERNÁNDEZ, Víctor R. **Explorando las limitaciones del nuevo regionalismo em las políticas de la Unión Europea: Uma perspectiva latino-americana**. In: Revista EURE, Vol. XXXIII, nº 98, pp. 97-118, Santiago de Chile, Maio – 2007.

FIORI, José L. **História, Estratégia e Desenvolvimento para uma Geopolítica do Capitalismo**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONT, Joan e RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FRAGA, Raiza; VIANNA, João; ARAÚJO, Carolina. Uma Análise sobre a América do Sul e a sua Integração Energética a partir das Teorias da Integração Regional. In: **Revista InterAção**, v. 7, n. 7, jul/dez 2014. Disponível em: <periodicos.ufsm.br/interacao/article/download/39-71/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FULCO, Carlos A. **El Paisaje Costero como fator de integración en el proyecto Yacyretá**. Tese de Doutorado. Universidade Nacional de La Plata. Faculdades de Arquitetura e Urbanismo. 2011.

GARABI-PANAMBI. **Estudios Ambientales y de Ingeniería**. 2010. Disponível em: <www.garabipanambi.com.ar>. Acesso: 20 de fev. 2017.

GERHARDT, Milton C. **Garabi: para quê e para quem? Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)**. Julho 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 20 fev 2017.

GOTTMAN, Jean. **A evolução do conceito de território** In: Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, jan., 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso: 20 fev. 2017.

HIRT, Carla. O Papel do BNDES nas Políticas de Desenvolvimento e Integração Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia e Econômica: Espaço e Economia**, 2013. Ano II, N.3.

HURRELL, Andrew. Os blocos regionais nas Américas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, p. 98-118. 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_06.htm> Acesso em: 20 fev. 2017.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Audiências Públicas**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php.> Acesso: 20 de fev. 2017.

_____. **Processos Licenciamento Ambiental Garabi**. 2013a. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Garabi/>. Acesso: 20 de fev. 2017.

_____. **Processos Licenciamento Ambiental Panambi**. 2013b. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Panambi/>. Acesso: 20 de fev. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

IFES. Informe Eletrônico sobre Empresas de Energia Elétrica – ELETROBRAS. **ELETROBRAS suspende temporariamente estudos de viabilidade do AHE Panambi**. Disponível em: <<http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/ifes/IFE3898.html>>. Acesso: 20 fev. 2017.

IIRSA. **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)**, 2012. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=45>>. Acesso em 5 mar. 2016.

IIRSA. **Eixo MERCOSUL-Chile. 2016a**. Disponível em: <<http://iirsa.org/infographic#mcc>> Acesso em: 20 fev. 2016.

IIRSA. **Eixo Capricórnio. 2016b**. Disponível em: < <http://iirsa.org/infographic#cap> > Acesso em: 20 fev. 2016

IIRSA. **Eixo Hidrovia Paraná-Paraguai. 2016c**. Disponível em: < <http://iirsa.org/infographic#hpp> > Acesso em: 20 fev. 2016

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Turismo Internacional (2014)**. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=13&id_tema_3=55> Acesso em: 2 jul. 2016.

IPARDES. Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Economico e Social. Ministério do Interior. **Impacto Ambiental de Itaipu**. Vol. I e II. 1981. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/impacto_ambie_itaipu_06_81_v2.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

ITAIPU BINACIONAL. **O que representa a energia da Itaipu para o Brasil e o Paraguai?** Itaipu Binacional, 2014. Disponível em: <www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2016.

KERN, Arno Alvarez. **O impacto das práticas missionárias nas Missões Jesuítico-guaranis: da aldeia guarani ao núcleo urbano colonial**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

KUCZKOWSKI, Cláudio. O Movimento dos Atingidos por Barragens: uma revisão. In: **Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de**

globalização. Santa Maria: MILA, CESH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007. (p.273-291).

LEVINTON, Norberto; SNIHUR, Esteban. **El Porvenir de Misiones**. 1ºed. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2011.

LIGRONE, Pablo. Transfronterización. In: BIAGINI, Hugo y ROIG, Andrés Arturo. **Diccionario del pensamiento alternativo**. Buenos Aires, 2006.

LUCE, Mathias S. **O Subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MACADAR, Beky M. **A influência do Mercosul na atração de investimentos diretos estrangeiros e na ampliação da infraestrutura do RS – 1998**. In: Indicadores Econômicos FEE. V. 26, N. 4 (1999). Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1681/2048>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Marcelo. O Papel do Brasil na Integração da Infraestrutura da América do Sul: Limites Institucionais e Possibilidades de Mudança. In: Org. NETO, Walter. **Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. (p. 230-290).

MARINHO, Jonas T. A Influência Chinesa nos Processos de Integração na América Latina. In: **Revista Interlector**. Ano XI, Vol.XII. Rio de Janeiro, Jan/Jun de 2016. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MARTÍNEZ, Osvaldo. ALBA y ALCA: el dilema de la integración o la anexión. In: **América Latina: de la integración del capital a la integración de los pueblos**. 1º ed. Havana: Editora de Ciencias Sociales, 2011. 107-143p.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Balanco Energético Nacional: Matriz Energética Nacional 2016 - Ano Base 2015**. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/BENRelatoriolnicial.aspx?anoColeta=2016&anoFimColeta=2015>. Acesso em: 20 fev. 2017.

NOGUEIRA, Carmen R. D. **O Turismo, o Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2007.

OLIVEIRA, Alessandra C. Do velho ao novo regionalismo: evolução das políticas conjuntas para o desenvolvimento planejado da América Latina. In: **CEPAL – Coleção Documentos de projeto**. Santiago, Chile. Março, 2014.

OLIVEIRA, Ana C. V.; SALGADO, Rodrigo S. **Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à UNASUL**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI - 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100011&lng=en&nrm=abn>. Acesso: 20 fev. 2017.

ORTIZ, Lúcia S. e PAIM, Elisangela S. (coords). **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai: guia para ONGs e movimentos sociais**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PAASI, Anssi. Territory. In: **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. (p. 109-p. 122).

PADULA, Raphael. Da lirsa ao Cosiplan da UNASUL: a Integração de Infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas Perspectivas de Mudança. In: **O Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. (p. 291-352).

PARO, Denise. A vila dos barrageiros de Itaipu sobreviveu. *Gazeta do Povo*. Curitiba –PR, 21 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-vila-dos-barrageiros-de-itaipu-sobreviveu-9pj3efd489sdm4xatj02buwjy>>. Acesso: 20 fev. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C.W. e QUENTAL, P. de A. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. In: Polis, Revista Latinoamericana, Volume 11, Nº 31, 2012, p 295-332.

PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais**. In: in CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile, 1962. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

QUINTANAR, S; LÓPEZ, R. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (lirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. In: **Revista brasileira de política internacional**, v.46 n.1 Brasília jan./jun. 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

RIBEIRO, Max R. **Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: Os Guaranis Missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801 – 1834).** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ROSEIRA, Antonio C. **Nova Ordem Sul-Americana: Reorganização Geopolítica do Espaço Mundial e Projeção Internacional do Brasil.** (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2011.

ROSIÈRE, Stephan. Les acteurs géopolitiques. **Géographie politique & Géopolitique.** 2^e édition. Paris: Ellipses Édition, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. e DIETZ, Circe I. **Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão.** Revista *Confins*, nº17/2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8216>>. Acesso em: 20 fev 2017.

_____, Aldomar A. **O estado do Rio Grande do Sul-Brasil como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional.** Invest. Geog, México, n. 51, p. 125-143, agosto 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/scielo.php>>. Acesso em: 20 fev 2017.

_____, Aldomar A. **Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais. O Pólo de Modernização Tecnológica da Serra – Rio Grande do Sul – Brasil.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan./jun. 2004, p. 148-183. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a08.pdf>>. Acesso em: 20 fev 2017.

_____, Aldomar A. **Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial. Cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____, Aldomar A. **Usos do Território e Políticas Territoriais Contemporâneas: Alguns Cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul.** In: Revista de Geopolítica, Ponta Grossa-PR, v.1, nº1, p17-32, jan./jun. 2010.

SACK, Robert D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANCHEZ, E. Ámbitos de la Geografía Política. In: **Geografía Política.** Madrid: Editorial Síntesis, 1992. (p. 63-84).

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território.** In: SANTOS, M. et al (orgs). Território. Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

_____. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil.** Território e sociedade no início do séc. XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHALLENBERGER, E. Estudos missionários: Temas e abordagens. In: **São Francisco Xavier: nos 500 anos do nascimento de São Francisco Xavier: da Europa para o mundo 1506-2006.** Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2007. (p. 27-56).Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16403881-Estudios-missionarios-temas-e-abordagens.html>>.

SCHEIBE, Eduarda. **Integração Física e Integração Regional: a iniciativa para integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração.** (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SEBBEN, Fernando C. **Infraestrutura e desenvolvimento: estudo de caso sobre a IIRSA e Cosiplan.** (Tese de Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SENATUR. Secretaria Nacional de Turismo. **Turistas a Paraguay por Nacionalidad** (2014). Disponível em: <http://www.senatur.gov.py/images/stories/pdf/Estadisticas/julio_2015/LLEGADA_DE_TURISTAS_A_PARAGUAY_POR_NACIONALIDAD_PRINCIPALES_MERCADOS_EMITORES_1990_AL_2014.pdf>. Acesso: 2 jul. 2016.

SENHORAS, Elói Martins. **Regionalismo transnacional e integração física: um estudo sobre a iniciativa de integração da infraestrutura sul-americana.** (Dissertação Mestrado) Campinas: Unicampi, 2008.

SERBIN, Andrés. **Atuando Sozinho? Governos, Sociedade Civil e Regionalismo na América do Sul.** In: Revista Lua Nova, São Paulo, 90: 297-327, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n90/a11n90.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

SERBIN, Andrés (org); MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI Jr, Haroldo. **EI regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe:** Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. In: Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe, 2012. Disponível em: < <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

SILVA, Karine S.; COSTA, Rogério, S. **Organizações Internacionais de Integração Regional: União Europeia, Mercosul e UNASUL.** Editora UFSC: Florianópolis, 2013.

SIMAS, Caio de A. **A Construção de Infraestrutura Física e os Desafios para a Integração Sul-Americana: uma Análise Espacial da IIRSA e da UNASUL.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SOUZA, Nilson Araújo de. **América Latina: as ondas da integração.** In: Revista OIKOS, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/296/168>_Acesso em: 20 fev. 2017.

SSP (Secretaria de Segurança Pública). **Indicadores Criminais Jan a Jun 2016 - Por Município RS.** 2016. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=348>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

STELLO, Vladimir. **Além das Reduções: a paisagem cultural da região missioneira.** (Tese de Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SUL 21. **ELETROBRAS suspende estudos de viabilidade técnica e ambiental para barragem de Garabi.** Veiculado em 7 ago. 2015. Disponível: <http://www.sul21.com.br/jornal/ELETROBRAS-suspende-estudos-de-viabilidade-tecnica-e-ambiental-para-barragem-de-garabi/>> Acesso em: 20 fev. 2017.

THORBECKE, E. **The Evolution of the Development Doctrine, 1950-2005.** UNU-WIDER, Finland, 2006.

TRASPDINI, Roberta S.; MANDARINO, Thiago M. **Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?** In: Anais do 37º encontro anual da ANPOCS. Águas de Lindoia, 2013.

UNASUL. **Cartera de Proyectos (2014a).** Disponível em: www.iirsa.org>. Acesso em: 20 fev 2017.

UNASUL. **Cartera de Proyectos (2016).** Disponível em: <https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2016.html>>. Acesso em: 20 fev 2017.

UNASUL. **Caracterización Socioeconómica y Ambiental del Eje Mercosur-Chile (2014b).** Disponível em: <http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2016/16509.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2017.

URI. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões – Garruchos.** Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file169>>. Acesso em: 20 de fev. 2017.

VIANA, Raquel M. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um Estudo de Caso sobre a Barragem de Itá.** (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

VITTE, Claudete C. **Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA.** In: Revista Terra Livre, ano 22, v.2, n27. Presidente Prudente, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico da civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WASSERMAN, Claudia (org.). **História da América Latina: Cinco Séculos.** 4^o ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

ANEXOS

APÊNDICE A - Guia para entrevista semiestruturada com os atores locais.

- a) Prefeitos
 - 1) Qual o seu nome?
 - 2) Primeiro mandato?
 - 3) Qual o seu partido político?
 - 4) Qual a importância da construção da barragem para o município?
 - 5) O município teve alguma obrigação/contrapartida para a futura implantação das obras?
 - 6) Quais são as repercussões para o município?
 - 7) O Sr./Sra. conhecem ou já ouviram falar do COSIPLAN/IIRSA? Sabem do seu envolvimento nessas obras?

- b) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
 - 1) Qual seu nome?
 - 2) Qual é o número de pessoas que habitam as margens do rio Uruguai e que serão afetadas pelas hidrelétricas?
 - 3) Quais são as repercussões da construção das hidrelétricas?
 - 4) Como é a comunicação com o poder público e responsáveis pelas obras?
 - 5) O MAB tem conhecimento do que seja o COSIPLAN –IIRSA?
 - 6) Reconhece alguma participação do COSIPLAN-IIRSA na formulação e implementação dessas obras?